

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

IARA SOUTO RIBEIRO SILVA

**MEMÓRIAS SOBRE A UFMG: MODERNIZAÇÃO E REPRESSÃO
DURANTE A DITADURA MILITAR**

Belo Horizonte
2017

Iara Souto Ribeiro Silva

**MEMÓRIAS SOBRE A UFMG: MODERNIZAÇÃO E REPRESSÃO
DURANTE A DITADURA MILITAR**

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da UFMG, para obtenção do título
de Mestre em História.*

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

**Belo Horizonte
2017**

981.063
S586m
2017

Silva, Iara Souto Ribeiro

Memórias sobre a UFMG [manuscrito] : modernização e repressão durante a ditadura militar / Iara Souto Ribeiro Silva. - 2017.

175 f.

Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2.Reforma universitária - Teses.
3.Brasil – História 1964-1985 - Teses. 4.Universidade Federal de Minas Gerais. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"Memórias Sobre A UfmG: Modernização e Repressão Durante A Ditadura
Militar"**

Iara Souto Ribeiro Silva

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Prof. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira
UFOP

Belo Horizonte, 18 de abril de 2017.

*A meus pais, José e Dedê, que me
fizeram ser quem eu sou.*

AGRADECIMENTOS

Todo processo de pesquisa e de escrita desta dissertação de mestrado foi longo e árduo. Ao longo desses dois anos, contei com o apoio fundamental de muitas pessoas, sem as quais nada disso teria sido possível. Sei que para muitos o caminho da dissertação é doloroso e solitário. Considero-me uma pessoa de sorte por ter tido a companhia e o afeto de muitos, que fizeram com que tudo tenha sido mais leve.

Ao professor Rodrigo Patto Sá Motta, agradeço a confiança de aceitar a orientação de minha pesquisa. Além de referência essencial para a dissertação, Rodrigo é um exemplo de profissional competente, ético e leitor atento. Sem suas sugestões, sua leitura atenta e seus apontamentos, esse trabalho não seria o que é.

Muito obrigada ao professor Douglas Marcelino pelas discussões e pelos debates de sua disciplina *Ritos e ritualizações do poder* e também por suas importantes sugestões em minha qualificação. Agradeço a Miriam Hermeto, por acompanhar minha trajetória acadêmica desde a especialização com sua leitura sempre atenta e com suas fundamentais contribuições ainda no processo de qualificação. Sou grata à Miriam e também ao professor Mateus Pereira por aceitarem fazer parte da banca da minha defesa de dissertação.

Agradeço às pessoas que cederam para mim o seu tempo, atenção e que me receberam tão bem em suas casas para compartilhar comigo algumas de suas memórias, que se tornaram fontes centrais desse trabalho: Aldeysio Duarte, Eduardo Cisalpino, João Batista dos Mares Guia e Irany Campos. Agradeço também a todos os pesquisadores e aos entrevistados envolvidos no projeto Memória Oral da Ciência da UFMG.

Minha eterna gratidão a Isabel Leroy e a Marcelo Paolinelli, meus chefes no Departamento de Recursos Humanos da UFMG, que autorizaram meu afastamento do trabalho para que eu me dedicasse exclusivamente aos estudos. Sem a compreensão de vocês, não sei como essa dissertação seria possível. Aos meus colegas da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal, que tiveram a generosidade de concordarem que eu me afastasse de minhas atividades, mesmo sabendo que não haveria substituição e que teriam que trabalhar com uma pessoa a menos por tanto tempo.

Agradeço a meus queridos e amados amigos, que talvez não tenham muita noção do quanto foram fundamentais ao longo de todo esse louco processo que é o mestrado. Alessandra, Aléssio, Arthur, Didi, Diogo, Heberth, Henrique, Lucas Mendes, Lipão, Luiz

Sousa, Mari, Natália, Olivia, Pedrinho, Rafael, obrigada por existirem na minha vida e por deixarem que eu faça parte da vida de vocês!

Aos meus pais, José e Dedê, nenhum agradecimento nunca será o suficiente. Obrigada por sempre me apoiarem em meus estudos e por me ensinarem as coisas mais importantes da vida. Agradeço a minha irmã Maíra e ao meu cunhado Luiz por terem colocado no mundo o bebê mais fofo que há, o Joãozinho, que chegou no ano passado para tornar as nossas vidas mais alegres e doces.

Meu agradecimento mais meloso e apaixonado para o meu marido, Lucas, ou Barrão, para os íntimos. Meu primeiro leitor, conselheiro mais próximo, o ouvido mais atento aos meus queixumes cotidianos. Paciente com minha ansiedade e com minhas crises com relação ao mestrado. Seu carinho, seu amor, sua amizade e seu companheirismo fazem de mim uma pessoa muito melhor e mais feliz. O seu apoio foi fundamental para que eu encarasse a empreitada da pós-graduação. Obrigada por compartilhar sua vida comigo.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender os impactos que a ditadura militar teve na UFMG, como esse período teria se fixado na memória e quais são as narrativas construídas sobre as relações da universidade com o regime militar e com os órgãos de vigilância e repressão, desde então. A intenção é lançar luz sobre alguns aspectos da universidade que foram pouco analisados até o momento, talvez por serem um tanto incômodos, ou por não serem coerentes com a memória oficial. Pretendo problematizar essa memória oficial, que não é necessariamente falsa ou mentirosa, mas que talvez seja apenas incompleta. A memória será o fio condutor deste trabalho em que irei conjugar a análise de fontes memorialísticas – entrevistas, publicações de caráter memorial, eventos de efemérides – e documentação produzida no período da ditadura, como relatórios de gestão da Universidade, relatórios sobre a aplicação da reforma universitária na UFMG e documentos produzidos pelo sistema de informação instalado na universidade a partir da criação de sua Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI). Ao analisar as memórias sobre a Universidade e suas relações com o regime autoritário, bem como seu projeto modernizador conservador, pretendo interrogar como determinada concepção e narrativa sobre o que ocorreu no passado se construiu, cristalizou-se, quais são os seus sentidos e a que ela serve. Para isso serão analisados alguns suportes de memória, produzidos em momentos distintos, mas que, em sua maioria, têm em comum a compreensão da Universidade como instituição que *resistiu* às interferências autoritárias e conseguiu preservar sua autonomia.

Palavras-chave: Ditadura militar; reforma universitária; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); memórias; história oral.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand the impact that the Military Dictatorship had on the UFMG, how this period would have been fixed on memory and what are the narratives constructed on the relationship between the university and the military regime and the bodies of surveillance and repression since then. The intention is to shed light on some aspects of the university that were little analyzed to date, perhaps because they are somewhat uncomfortable, or are not consistent with its official memory. I intend to discuss this official memory, which is not necessarily false or untruthful, but it might be incomplete. The memory will be the leitmotif of this work on which I will combine the analysis of mnemonics sources - interviews, publications of memorial character, ephemeris events – with that of the documentation produced in the period of dictatorship, like the reports on the University's management, reports on the implementation of the university reform at UFMG and documents produced by the information system installed at the university since the creation of the Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI). By means of the analysis of the memories about the University and its relations with the authoritarian regime and its conservative modernization project, I want to ask how a particular conception and narrative about what happened in the past was built and crystallized, what are its senses and what does it serves. For this purpose, I will analyze some of the memory supports, produced at different times, but that, mostly, have in common an understanding of the University as an institution that resisted the authoritarian interference and managed to preserve its autonomy.

Keywords: Military Dictatorship; university reform; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); memories; oral history.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução do número de matrículas no ensino superior	74
TABELA 2 – Cursos de pós-graduação no Brasil.....	82
TABELA 3 – Expansão do número de matrículas nas univ. brasileiras – 1960-1984	83
TABELA 4 – Cursos de pós-graduação na UFMG – 1969-1980.....	97
TABELA 5 – Dotação orçamentária da União para a UFMG – 1960-1978	98
TABELA 6 – População universitária da UFMG – 1960-1979	100

LISTA DE SIGLAS

ABH-SNI – Agência de Belo Horizonte – Serviço Nacional de Informações

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ADUFRGS – Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ADUSP – Associação de Docentes da Universidade de São Paulo

AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informações

ANP – Aliança Popular Nacional

APML do B – Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil

APUBH – Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte

ASI – Assessoria de Segurança e Informação

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAMDE – Campanha das Mulheres pela Democracia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBRAP – Centro Brasileiro de Pesquisa

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEU – Centro Esportivo Universitário

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CONSUNI – Conselho Universitário

CONSUNI – Conselho Universitário

DAU – Departamento de Assuntos Universitários

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DPF – Departamento de Polícia Federal

DSI/MEC – Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação

ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ESG – Escola Superior de Guerra

ESNI – Escola Nacional de Informações

FACE – Faculdade de Ciências Econômicas

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNDTC – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

FUNTEC – Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico

GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

ICB – Instituto de Ciências Biológicas

ICEX – Instituto de Ciências Exatas

ID-4 – 4ª Infantaria Divisionária do Exército

IGC – Instituto de Geociências

III ENE – III Encontro Nacional dos Estudantes

IPM – Inquérito Policial Militar

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

JOC – Juventude Operária Católica

MARINA – Movimento de Ação Revolucionária e Integração Nacional

MCTI – Ministério de Ciência e Tecnologia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OPM – Organização Político Militar

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PECLA – Programa de Estudos Comparativos Latino-Americanos

PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento

POLOP – Política Operária

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RDA – República Democrática da Alemanha

SINDIFES – Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino

SNI – Serviço Nacional de Informações

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID - *United States Agency for International Development*

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A CONSTITUIÇÃO DE UMA MEMÓRIA OFICIAL DA UFMG E DE MEMÓRIAS SILENCIADAS.....	33
1.1 Práticas de memória.....	33
1.2 Monumentos impressos	40
1.2.1 UFMG: Resistência e Protesto	40
1.2.2 Memórias de Reitores	45
1.3 Fontes orais e memórias silenciadas	57
2. A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFMG	73
2.1 Modernização das universidades brasileiras.....	73
2.2 Debates e implementação da Reforma Universitária na UFMG	85
2.3 A reforma universitária na memória.....	102
3. AUTONOMIA VIOLADA E A ATUAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA UFMG.....	114
3.1 O sistema de informação nas universidades	114
3.2 A vigilância sobre o movimento estudantil e os docentes	121
3.3 Memórias e esquecimentos sobre violações da autonomia universitária.....	148
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
6. FONTES.....	168
7. ANEXOS	174
ANEXO A – Reitores da UFMG	174
ANEXO B – Unidades Acadêmicas	176

INTRODUÇÃO

O ano de 2016 reacendeu debates, discussões e disputas políticas que muitos acreditavam que não voltariam ao cenário político brasileiro. Certos de que vivíamos uma democracia bem estabelecida e estável, talvez os acontecimentos políticos do ano tenham servido para nos mostrar que o que vivíamos desde 1988 tenha sido apenas um pequeno intervalo democrático da nossa história republicana, em que pouquíssimos presidentes eleitos conseguiram concluir seus mandatos. Após o afastamento da presidenta Dilma Rosseuff, em maio, as forças conservadoras do país, nos mais variados espaços, nas ruas, nos meios de comunicação e nos três poderes da república, articularam-se em torno da construção da ideia de que não havia mais governabilidade para a presidenta, que o melhor seria retirá-la do poder. Criou-se, então, a teoria de que ela haveria cometido crime de responsabilidade fiscal, entretanto, pouco depois se soube por meio de gravações que o que interessava era parar as investigações anti-corrupção, algo que Rosseuff se negava a fazer, e alçar ao poder seu vice, Michel Temer, comprometido com as pautas neoliberais. O golpe estava armado e foi aprovado com amplo apoio social.

Michel Temer trouxe uma agenda política muito distinta da que era proposta pelos governos democraticamente eleitos desde 2002. Enxugar a máquina do Estado, cortar direitos estabelecidos há décadas, com alterações na legislação previdenciária e a precarização da legislação trabalhista, reduzir investimentos em áreas sociais são medidas que seu governo está implementando desde que assumiu¹. Em meio ao turbilhão em que o país se encontra, em que mudanças de política de governo tentam desmanchar o pouco que se avançou em direção a um estado social de direito na última década, as universidades federais também vivem um cenário nada promissor.

Depois de anos de expressivos aumentos nos investimentos na área educacional e científica, o governo federal tem criado políticas que alteram esse panorama. Entre cortes orçamentários e alteração de políticas de inclusão, um dos primeiros gestos da gestão de Temer foi a fusão do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com o Ministério das Comunicações (MC). A comunidade acadêmica brasileira se mobilizou para marcar

¹ Não tenho a intenção de analisar os acontecimentos políticos brasileiros de 2016. Análises apressadas correm o grande risco de se equivocarem. Entretanto, acredito que não posso me furtar em estabelecer certas relações entre o trabalho aqui desenvolvido e o presente em que vivemos, principalmente no que diz respeito às batalhas pela memória do que foi a ditadura militar brasileira.

posição contra tal medida. Na Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 08 de junho de 2016, reitor e vice-reitora participaram de um ato contra a extinção do MCTI². Em sua fala no evento, a vice-reitora Sandra Regina Goulart afirmou que a UFMG estava pronta para resistir e ser foco de resistência, evocando a tradição democrática da universidade diante das turbulentas alterações políticas no século XX, a qual resistiu aos abusos autoritários sempre que necessário em sua história. A referência é clara. Há uma memória oficial hegemônica entre os membros dirigentes da Universidade Federal de Minas Gerais de que a instituição, durante o período da ditadura militar brasileira, teria conseguido *resistir* às interferências autoritárias do aparato repressivo. Em diferentes suportes de memória e em diferentes momentos, desde a abertura democrática, afirma-se que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao contrário de outras grandes universidades brasileiras, teria conseguido preservar sua autonomia no momento em que as instituições de ensino superior do país eram vistas pelo regime autoritário como centro de subversão.

O objetivo desta dissertação é compreender os impactos que a ditadura militar teve na UFMG, como esse período teria se fixado na memória de sujeitos que fazem parte da instituição e quais são as narrativas oficiais construídas sobre as relações da universidade com o regime militar e os órgãos de vigilância e repressão, desde então. A intenção é lançar luz sobre alguns aspectos da universidade que foram pouco analisados até o momento, talvez por serem um tanto incômodos, ou por não serem coerentes com a memória oficial.

A memória será o fio condutor deste trabalho em que pretendo conjugar a análise de fontes memorialísticas – entrevistas, publicações de caráter memorial, eventos de efemérides – e documentação produzida no período da ditadura, como relatórios de gestão da universidade, relatórios sobre a aplicação da reforma universitária na UFMG e documentos produzidos pelo sistema de informação instalado na instituição a partir da criação de sua Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI)³. Ao analisar as memórias sobre a universidade e suas relações com o regime militar e seu projeto modernizador conservador, pretendo interrogar como determinada concepção e narrativa sobre o que ocorreu no passado se construiu, cristalizou-se, quais são os seus sentidos e a que ela serve.

² AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UFMG. Em ato, comunidade da UFMG reivindica a volta do MCTI. Disponível em <https://www.ufmg.br/online/arquivos/043851.shtml>. Acesso em 28 de junho de 2016.

³ As AESI ou ASI foram criadas em 1971, estavam submetidas à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC) e integravam o Serviço Nacional de Informações (SNI). A atuação da AESI-UFMG será discutida no terceiro capítulo.

Memória, em sua concepção mais simples, pode ser compreendida como a propriedade de conservar certas informações. Henry Rousso afirma que a memória, em seu sentido mais básico, é a presença do passado no presente⁴. Para Ricoeur, a memória é a capacidade de se fazer remeter ao passado, mas mais que apenas uma ferramenta de armazenamento de dados mnemônicos, a memória é a capacidade de (re) significação das coisas e de si mesmo⁵. Paul Ricoeur, estabelecendo uma relação com a psicanálise, apresentou a ideia de trabalho de memória como uma dimensão fundamental da existência. Mais que reorganização das lembranças dispersas, o trabalho de memória também pressupõe a identificação dos significados coletivos e individuais que foram atribuídos às lembranças no presente e como essas lembranças foram ressignificadas ao longo do tempo.

Como campo de estudo acadêmico, os sentidos do que é a memória são variados. De acordo com Le Goff, a análise da memória individual é mais estudada pela psicologia, biologia, psiquiatria, neurologia, pedagogia, mas o que mais interessa às ciências humanas é o estudo da memória como fenômeno coletivo⁶. A memória coletiva tornou-se elemento importante na compreensão das lutas sociais pelo poder justamente porque “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”⁷. Rousso define que a memória

É uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (...) Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino da vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros⁸.

Para François Hartog, mesmo que os historiadores sempre tenham lidado com a memória, quase sempre desconfiaram dela, desde Tucídides. Ainda de acordo com Hartog, a abertura para a memória como objeto da história só viria em finais da década de 1970, com a publicação do dicionário *A história nova*, que trará o verbete “Memória coletiva”, de autoria

⁴ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 94.

⁵ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007.

⁶ LE GOFF, Jacques. Memória. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419.

⁷ Ibidem. p. 422.

⁸ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 94-95.

de Pierre Nora⁹. A partir daí, a memória e sua utilização como fonte e como objeto da história ganharão espaço, principalmente em estudos históricos do tempo presente.¹⁰

História e memória se constituem como narrativas sobre o passado e possuem características em comum, entretanto são procedimentos distintos. A história, como forma de conhecimento acadêmico, tem método, trata-se de uma operação intelectual que demanda análise, ela é um discurso crítico que tem exigências de prova e de rigor documental¹¹. A relação da memória com o passado não comporta uma pretensão à verdade, mas sim uma fidelidade à lembrança. Já a história tem como uma de suas características uma busca incessante pela veracidade, tem exigências de autenticidade e busca compreender e explicar o passado.

Parte significativa das memórias que serão estudadas ao longo da dissertação foram obtidas por meio de entrevistas de história oral. Assim como Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, compreendo a história oral como uma metodologia que, como todas as metodologias, estabelece e ordena procedimentos de trabalhos, e que possui certas especificidades¹². Uma de suas características mais singulares reside no fato que o próprio pesquisador (ou outro entrevistador, no caso de entrevistas realizadas por outros pesquisadores) é produtor das fontes analisadas. Os relatos analisados aqui são o resultado do diálogo entre sujeito e objeto de estudo. De acordo com Portelli, “mais do que ‘recolher’ memórias e performances verbais, [o entrevistador] deve provocá-las e literalmente contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações”¹³.

As entrevistas, fontes fundamentais para os objetivos da pesquisa realizada, são entendidas como maneiras de compreender o modo como se constituem as narrativas sobre

⁹ HARTOG, François. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 158.

¹⁰ Na análise do contexto europeu, principalmente o francês, há a compreensão de alguns autores de que viveríamos um excesso de memória. Pierre Nora e François Hartog postulam essa ideia. Entretanto, cabe ressaltar que falam de uma realidade muito específica, a francesa, que acreditam que vive um excesso de patrimonialização, comemorações e monumentalização de tudo. Não acredito que a teoria de que vivemos um uso excessivo da memória possa ser aplicada ao contexto brasileiro. Ver NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: v. 10, jul/dez 1993. HARTOG, François. *Regime de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

¹¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: v. 10, jul/dez 1993. p. 9.

¹² FERREIRA, MORAES. Apresentação. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. VIII.

¹³ PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 20.

determinado passado – a UFMG durante a ditadura militar – pela perspectiva de sujeitos importantes para a construção do que chamo de memória oficial da universidade. A história oral é também um método que possibilita que a política e as relações pareçam mais vivas e tangíveis, o que deixa mais evidente os impactos de certos eventos sobre a vida de determinadas pessoas¹⁴. A dimensão subjetiva é central nas fontes orais e memórias, algo que pode ser alvo, segundo Portelli, de objeções, já que a subjetividade é incontrolável e idiossincrática. Como basear então uma análise e construir conclusões generalizadas a partir da narrativa de episódios individuais? A tarefa do historiador diante de tais questões não deve ser exorcizar a subjetividade, mas sim tentar compreendê-la e utilizá-la. Dessa forma, a subjetividade será a maior contribuição das fontes orais¹⁵.

As entrevistas de história oral utilizadas aqui como fontes e como objetos podem ser divididas em dois grupos. O primeiro é composto pelas entrevistas realizadas pelo projeto Memória Oral da Ciência, pesquisa desenvolvida por conta das comemorações dos 80 anos da UFMG e que tinha como foco recolher memórias sobre a constituição dos diversos campos científicos da universidade. Essas entrevistas foram feitas com o objetivo de compor um *arquivo oral*, na concepção de Danièle Voldman. Arquivo oral, de acordo com a autora, é o documento sonoro gravado por um pesquisador em função de um assunto preciso, cuja guarda esteja numa instituição destinada a preservar os vestígios do tempo passado¹⁶. Foi o que ocorreu com as entrevistas realizadas nesse projeto, que estão sob a guarda do Núcleo de História Oral da UFMG. O segundo grupo de entrevistas, as que foram realizadas por mim com o objetivo de se constituírem em fontes para este trabalho, podem ser compreendidas como o que Voldman chama de *fontes orais*, material recolhido por um pesquisador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e das informações que precisa¹⁷. Foram realizadas quatro entrevistas, e todas tiveram o foco voltado para a compreensão das vivências dos entrevistados na UFMG durante a ditadura militar. Claro que isso não significa que essa foi a única temática abordada. Mas havia um direcionamento dado desde o primeiro contato, quando esclareci qual era o meu tema de estudo.

As entrevistas e as fontes orais foram minha primeira aproximação com o objeto da dissertação. Tenho consciência de que utilizar a primeira pessoa no singular em um texto

¹⁴ Ibidem. p. 27.

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

¹⁶ VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 36.

¹⁷ Ibidem. p. 36.

acadêmico não é muito usual. Entretanto, acredito ser a melhor alternativa, já que a temática pesquisada está intimamente relacionada à minha trajetória profissional e a separação fictícia criada com o uso da primeira pessoa do plural entre o eu e a pesquisa soa artificial, como se fosse possível de alguma forma separar o pesquisador do objeto. Ainda no início da graduação, em 2006, fui bolsista de iniciação científica do projeto Memória Oral da Ciência por cerca de dois anos. Tratou-se de uma primeira aproximação com o cotidiano de pesquisas de historiadora e também um primeiro contato com o que seria a história da UFMG e as memórias sobre seu passado. Em 2011, retornei à UFMG, então como servidora da instituição. É claro que a universidade não é a mesma que era nas décadas de 1960 e 1970, mas acredito que refletir sobre como a instituição lidou e lida com esse passado incômodo é fundamental para que se pense seu presente.

Parto da perspectiva de que a UFMG foi liderada durante a década de 1970 por um determinado grupo de docentes que conseguiu permanecer no poder por estarem bem articulados no interior da instituição e, também, por conseguirem manter relações, ainda que conflituosas em alguns momentos, de diálogo com a ditadura. Parte das memórias que serão analisadas no primeiro capítulo demonstrarão a existência de uma coerência nos discursos dos membros desse grupo. O principal elemento de coesão desses indivíduos, que passaram a se ver como grupo ainda no início da década de 1960, era a percepção da necessidade de implementação da reforma universitária na UFMG.

Os debates sobre a implementação da reforma na UFMG não eram exclusividade da instituição. A reforma universitária brasileira estava em pauta desde o início da década de 1960, e sua efetivação se deu por meio de um projeto modernizador conservador dos militares para as universidades brasileiras, implementado a partir da reforma universitária iniciada em 1968.¹⁸ No momento em que tomaram o poder, os setores golpistas não tinham ainda projeto claro e estabelecido sobre como agir com relação às reformas de base tão reivindicadas pelos movimentos sociais, como a reforma agrária, trabalhista, previdenciária e, o mais importante para esta pesquisa, a reforma universitária¹⁹. Não havia uma proposta de política universitária

¹⁸ A reforma universitária e o projeto modernizador-conservador dos militares para as instituições de ensino superior serão discutidos no segundo capítulo.

¹⁹ Cabe a ressalva de que isso não significa que os golpistas não tinham e não seguiam nenhum modelo político e ideológico de sociedade e de Estado. Acreditavam na possibilidade de uma modernização do país tutelada pelos militares, mesmo que a princípio não estivesse muito claro se seguiriam uma política liberal ou estatizante. Ver NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 17-18.

nacional formulada antes do Golpe de 1964. Mas era claro para os governantes que havia urgência na modernização das instituições de ensino superior brasileiras.

Fundamentalmente, duas razões levavam à necessidade da reforma universitária. Em primeiro lugar, para o projeto estatal desenvolvimentista²⁰ que os militares tinham para o Brasil, era imprescindível ter mão de obra capacitada e pesquisa nacional em áreas estratégicas. Em segundo lugar, consideraram necessário e uma estratégia viável abrandar as causas da rebeldia estudantil, e uma dessas causas era a estrutura arcaica das instituições de ensino superior brasileiras. De acordo com Rodrigo Motta, as reformas sociais implementadas pela ditadura militar apresentaram uma feição autoritária e conservadora²¹.

O caso específico da reforma universitária realizada pelos militares não foge dessa linha, apresentando um lado modernizante e outro repressor. No primeiro, temos a adoção de vários dos pontos propostos pelos movimentos sociais no pré-golpe, como a racionalização dos recursos, a busca da eficiência, o aumento do número de vagas, a organização e a valorização da carreira docente, a criação dos departamentos e adoção do regime de créditos, e, ainda, o incentivo financeiro à pesquisa e ao desenvolvimento da pós-graduação. É claro que vários pontos do projeto reformista das esquerdas, bandeiras de luta encampadas na efervescência política anterior ao golpe, não foram adotados, como a democratização da universidade. Nas reivindicações feitas pelo movimento estudantil, a universidade deveria contribuir para a transformação social e para a redução das desigualdades, proposta também deixada de lado pelo projeto reformista colocado em prática²². O modelo de universidade que temos até os dias atuais é herdeiro da reforma universitária empreendida pelo militares. Daí a centralidade de analisar a implementação da reforma na UFMG, quais os impactos que ela teve na instituição e como ela é lembrada no discurso da memória.

²⁰ Segundo Aarão Reis, o desenvolvimentismo e a prática nacional-estatista seriam elementos presentes em uma longa duração da história brasileira, não sendo características exclusivas do período da última ditadura do país. Para o autor, o nacional-estatismo é uma cultura política presente na história brasileira desde os anos 1930. Importante ressaltar que o nacional-estatismo não foi presente no imediato pós-golpe. REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatistas. REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 14.

²¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 12.

²² CUNHA, Janaína Dias. *A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009. p. 79.

O lado repressor da ditadura com relação às universidades manifestou-se em variados aspectos, como na ausência de liberdades de reunião e de pensamento, na perseguição ao movimento estudantil, na expulsão de alunos das universidades e por meio das cassações e aposentadorias compulsórias de professores e de funcionários indesejáveis. Mesmo com o grande número de docentes que perderam seus empregos, a repressão foi mais intensa sobre os estudantes, que eram vistos como mais ameaçadores. A força do movimento estudantil, principalmente pelas ações da União Nacional dos Estudantes (UNE), vinha em progressivo crescimento desde o início da década de 1960²³.

As narrativas dominantes sobre a experiência da UFMG durante o regime militar têm como uma constante o uso da ideia de resistência para nomear qual teria sido a principal ação da instituição diante do autoritarismo. A mobilização da ideia de resistência é utilizada nos mais distintos contextos históricos e tem vasta bibliografia. O início do uso do termo como o conhecemos hoje surgiu durante o governo de Vichy, na França, durante a Segunda Guerra Mundial²⁴. Foi utilizado para nomear as ações daqueles que se opunham à ocupação do território francês pelos alemães. Apesar de se associar ao contexto histórico específico da França ocupada, que se tornou referência na história do tempo presente, o termo *resistência* já teria sido utilizado na época para nomear experiências de outros países ocupados pela Alemanha²⁵. Após o fim da guerra, a narrativa e a memória coletiva nacional sobre o período passou a ser a de que, apesar da invasão ao seu território, os franceses haviam resistido. A partir dos anos 1970, a historiografia francesa passou a questionar até que ponto seria possível compreender o que foi o regime de Vichy apenas pensando em resistência. Também seria necessário colocar em foco e realizar estudos sobre a colaboração com os invasores.

As pesquisas sobre a temática da resistência cresceram significativamente desde então, e tal conceito passou a ser utilizado para a compreensão de outras realidades que não a francesa durante a guerra. Estudos sobre a resistência nas colônias africanas diante do domínio europeu, a resistência ao domínio imperialista estadunidense na Ásia e o que mais se aproxima de nosso objeto de estudo, a resistência às últimas ditaduras nos países latino-

²³ MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 186.

²⁴ RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. REIS FILHO, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

²⁵ ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX, v. 1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p.80.

americanos. Mesmo com o alargamento do campo, estudos que se proponham a definir conceitualmente o que significa resistência são poucos²⁶.

No que diz respeito à realidade brasileira e às suas especificidades, compreendo resistência como o que foi definido por Motta em suas reflexões sobre as universidades brasileiras durante o regime militar. Resistência é entendida como um conjunto de ações de recusa coletiva ao poder instituído. O autor cita alguns exemplos de ações de resistência no ambiente universitário no contexto da ditadura, como passeatas, paralisações de aulas, divulgação e circulação de produtos culturais censurados²⁷.

A realidade brasileira e sua relação com a ditadura militar é obviamente muito distinta do contexto francês durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a experiência francesa pode ser útil na construção de um paralelo no que diz respeito à mistificação da resistência. No caso brasileiro, haveria certo consenso entre os historiadores na interpretação de que a esquerda ganhou a batalha da memória sobre o período. De acordo com a visão dos próprios militares que participaram da construção do regime autoritário, a esquerda venceu a batalha da memória. Em suas lembranças, é forte a visão de que, mesmo que tenham sido vitoriosos na luta contra a guerrilha, foram derrotados na luta pela memória histórica do período²⁸. A memória coletiva que se tem sobre o período, em linhas gerais, é a de uma nação submetida à violência de um Estado autoritário, que por ter o recurso da força, conseguiu se manter por mais de vinte anos governando o país. Nessa narrativa, o país tentava resistir à ditadura por meio da ação de seus cidadãos defensores da democracia.

Essa ideia de uma memória da esquerda vencedora sobre as narrativas do período da ditadura militar brasileira pode estar em xeque. Não há como ignorar ou considerar irrelevante o alarmante crescimento dos saudos da ditadura, sobretudo das manifestações públicas de jovens conservadores que consideram o regime militar como o período de ouro da história recente do Brasil. É possível que as reflexões acadêmicas que afirmam que a esquerda ganhou a batalha da memória precisem de análise mais profunda e de uma revisão nos próximos anos.

²⁶ Para o debate no contexto histórico francês ver ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Páginas*: Revista digital de la Escuela de História. Universidad Nacional de Rosario. Año 8 – nº 17, Mayo – Agosto, 2016.

²⁸ D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary, CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

Isso só reforça o fato de que batalhas de memória nunca estão ganhas para sempre, são constantes e variam de acordo com os contextos das lutas políticas do presente.

Em 2015, em artigo publicado na revista *Varia História*, Mateus Pereira lançou luz sobre alterações nas guerras de memória sobre o regime militar brasileiro²⁹. O objetivo inicial de seu ensaio era verificar possíveis impactos da presença da Comissão Nacional da Verdade entre 2012 e 2014 nas batalhas de memória. Utilizou como fontes verbetes de plataformas *wiki*, Wikipedia e Metapedia, e analisou como os verbetes relacionados à ditadura militar foram alterados.

Pereira acredita na existência de um revisionismo e/ou negação no que diz respeito ao regime militar brasileiro, que teria crescido e ganhado corpo na segunda década do século XXI. Revisionismo e negação são compreendidos como similares e são definidos como uma interpretação livre que não necessariamente nega os fatos, mas os instrumentaliza para justificar combates políticos do presente. São interpretações que se recusam a distinguir palavras e realidade. O objetivo dessas narrativas é construir outra narrativa que de alguma maneira legitime certas dominações e violências³⁰. A negação e o revisionismo têm uma estrutura temporal baseada em uma concepção fatalista, determinista e homogênea do tempo histórico. Uma das hipóteses de Pereira é de que o revisionismo e a negação brasileiras seriam alimentadas, em grande medida, “pela impunidade (ausência de justiça) e pela ausência de arrependimento, remorso ou culpa por parte dos *algozes* diretos e indiretos e dos apoiadores de ontem e de hoje”³¹.

A nova direita, identificada como uma “comunidade de memória”, poderia ser compreendida como *nova* devido a três fatores no cenário público do país: a difusão da internet, a presença no poder por mais de uma década de um partido que adotou algumas políticas de esquerda e a presença da Comissão Nacional da Verdade. Não seria, assim, uma casualidade o fato de que o Golpe e a Ditadura tenham sido tão mobilizados nos acontecimentos e debates políticos dos últimos anos. Um caminho apontado pelo autor para tentar analisar os avanços de grupos revisionistas no país é compreender melhor as relações existentes entre negação, revisionismo, medo e ressentimento. A “comunidade de memória” brevemente estudada no artigo “é, assim, produto e produtora de uma visão de sociedade e da

²⁹ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

³⁰ *Ibidem*. p. 865.

³¹ *Ibidem*. p. 865.

história brasileira que defende e reproduz a dimensão hierárquica, violenta e desigual da nossa história. No nosso caso, *qualquer* tipo de transformação da sociedade em dimensões mais justas e democráticas”³².

A lembrança que as pessoas que viveram no período da ditadura militar, e principalmente os sujeitos que viveram em ambientes controlados e vigiados constantemente, como as universidades, costumam ter e relatar é a de que não foram apoiadores do regime autoritário e que também não foram omissos. Durante o regime militar, com a direita ocupando o poder, era cultivada a memória do golpe como a intervenção que salvou o país do comunismo. Entretanto, à medida que a ditadura perdia sua popularidade e que a sociedade brasileira se aproximava mais de valores democráticos, as versões da esquerda sobre o golpe e a ditadura passaram a aparecer com mais vigor³³. Esse tipo de memória, de acordo com Reis Filho³⁴, constituiu-se ao longo do processo de luta pela anistia, nos anos 1970. A partir da posse de Geisel, em 1974, que trazia uma proposta de transição controlada à democracia, e com a vitória no mesmo ano do MDB nas eleições, a sociedade brasileira e até elementos da política de centro e de direita se deslocaram rumo à defesa do restabelecimento das instituições democráticas. Mesmo as esquerdas, que antes defendiam a derrubada da ditadura por meio de uma revolução, visando à sua substituição pelo socialismo e por uma ditadura revolucionária, passaram a adotar e a elaborar perspectivas democráticas e de inserção nas lutas institucionais e legais³⁵. Vale a ressalva de que também os grupos políticos mais conservadores não tinham a democracia como valor fundamental. A nação mudava e agora todos pareciam convictos democratas.

Esse mecanismo da memória advém de uma dificuldade em compreender como a sociedade brasileira, em um passado muito recente, participou e concordou com um regime

³² PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015. P. 886

³³ *Ibidem*.

³⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. REIS FILHO; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

³⁵ Ao longo da redação deste texto e da leitura de livros e artigos sobre a vitória da narrativa das esquerdas sobre a última ditadura brasileira acabei tendo mais dúvidas do que esclarecimentos. Até muito recentemente concordaria totalmente com essa interpretação sobre a memória do período, entretanto, não há como ignorar o avanço do pensamento conservador no Brasil com a ascensão e maciço apoio recebido por figuras como o deputado federal Jair Bolsonaro e outros expoentes da extrema direita. Após votar a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff em nome do conhecido torturador do DOI-CODI Brillante Ustra, o livro *Verdade Sufocada*, de autoria do último chegou a entrar na lista de livros mais vendidos do país. Acredito que nos próximos anos é possível que historiadores comecem a rever a afirmação de que as esquerdas teriam a narrativa vencedora. Todos esses acontecimentos nos mostram que as batalhas pelas memórias não têm fim e podem mudar completamente de direção de acordo com os acontecimentos do presente.

autoritário. Como a ditadura teria sido aturada em um país tão democrático? Todos teriam resistido, mas a sociedade teria sido esmagada pelo Estado autoritário e violento³⁶. Para Quadrat e Rollemberg, os primeiros estudos sobre o período da ditadura militar brasileira tinham o foco centrado no poder do Estado e na valorização da resistência. O problema dessas interpretações é o de não compreender o regime autoritário como um *produto social*, uma construção que envolveu diferentes atores e diferentes situações, e não a imposição de um Estado todo poderoso sobre uma população submetida por meio exclusivo da violência. Construir narrativas moralizantes e simples, em que o período da ditadura é compreendido como uma luta entre o mal e o bem, não é útil na compreensão dos mecanismos de ação do regime militar brasileiro. Essas explicações binárias, como as de vítima / algoz, opressor / oprimido, de acordo com as autoras, são sedutoras, porém levaram a distorções consideráveis³⁷.

Nos debates entre resistência e colaboração há outros grupos que devem ser levados em consideração, como os que permaneceram indiferentes (talvez essa seja uma característica ainda marcante do comportamento político brasileiro). De acordo com Denise Rollemberg³⁸, para compreender a sociedade brasileira durante a ditadura militar, há que se levar em conta, além dos apoios e compromissos com o regime autoritário, as omissões e as indiferenças. No objeto de estudo que me proponho a analisar ao longo da dissertação, pode ser útil a utilização da ideia de acomodação para compreender determinados comportamentos do grupo dirigente da Universidade. Em diversas ocasiões, o comportamento das lideranças da UFMG com o regime militar não se enquadram em nenhuma das opções do binarismo resistência ou colaboração. As ações buscavam evitar ao máximo o confronto direto com os militares, mas ao mesmo tempo é possível perceber o esforço para ainda garantir algum grau de autonomia à universidade.

Refletir sobre os comportamentos sociais desempenhados diante do autoritarismo, portanto, tornou-se uma questão central da pesquisa empreendida. Em seu livro *As universidades e o regime militar*, Rodrigo Motta propõe uma classificação, a qual é uma

³⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. *VERSÕES e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

³⁷ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. Memória, história e autoritarismos. ROLLEMBERG; QUADRAT (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina, volume II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11.

³⁸ ROLLEMBERG. História memória e verdade: em busca do universo dos homens. SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES; Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil. Vol. 2*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009. p. 575.

tríade, para os principais comportamentos dos indivíduos da comunidade acadêmica brasileira em sua relação com a ditadura militar: adesão, resistência e acomodação. A classificação criada não significa que seriam opções excludentes, existindo, de acordo com o próprio autor, ações que poderiam “ser classificadas em dois ou nos três tipos, em momentos diferentes ou simultaneamente, de modo que o ‘ou’ em alguns casos foi “e” (por exemplo, resistência e acomodação)”³⁹.

Assim como o resultado das pesquisas de Motta apresentado no livro citado, o comportamento de parte significativa dos dirigentes da UFMG estaria em algum lugar entre aderir e resistir.

Pessoas que não desejavam aderir, por não partilhar os valores dominantes, mas que também não tinham intenção de resistir frontalmente ao Estado autoritário – por medo da punição ou por achar inútil –, buscaram estratégias de conviver com ele, inclusive como forma de reduzir os efeitos da repressão. Do seu ponto de vista, tratava-se de explorar possibilidades abertas pelo próprio regime militar, usando-as com o objetivo de atenuar o autoritarismo⁴⁰.

A ideia de acomodação, assim como em Motta, será aqui compreendida como uma via de mão dupla. Isso significa que o Estado também atuava de forma ambígua. Algumas das lideranças acadêmicas conviviam com o regime militar sem enfrentá-lo diretamente, mas para que o arranjo fosse possível, a ditadura também deveria fazer concessões. No caso específico da UFMG, veremos que em determinados momentos a presença de intelectuais de esquerda era tolerada pelo Estado e existiram arranjos que flexibilizavam a repressão em alguns momentos. De sua perspectiva, o regime autoritário procurava atrair os docentes das universidades, e a reforma universitária pode ser vista como um dos aspectos centrais nessa relação.

Ao analisar os posicionamentos e comportamento políticos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) nos anos do regime militar e suas relações com os representantes da ditadura, Denise Rollemberg afirma que a ABI não foi em um primeiro momento defensora dos militares e, depois, resistente à ditadura⁴¹. O comportamento da ABI com relação ao

³⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Páginas*: Revista digital de la Escuela de Historia. Universidad Nacional de Rosario. Año 8 – n° 17, Mayo – Agosto, 2016. p. 13.

⁴⁰ *Ibidem*. p. 16.

⁴¹ O artigo relata que na memória construída durante a abertura política, algumas instituições surgiram como “as grandes fortalezas no embate contra o regime”, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a própria ABI. A OAB e CNBB saudaram o golpe de 1964 com

regime militar não foi coeso, era, sobretudo, ambivalente, “capaz de ser a favor e contra os governos militares ao mesmo tempo”⁴². Simultaneamente, a instituição denunciava as prisões políticas de jornalistas, mantinha relações com os governos militares e os celebrava em homenagens. A ABI não era um órgão do governo federal, como a UFMG, entretanto é possível realizar um paralelo sobre como podem ser interpretados determinados comportamentos.

Durante a ditadura e depois do seu fim, muitos que estiveram no campo da resistência democrática argumentaram que essa duplicidade fora um recurso encontrado para combater o regime *por dentro*. Essa posição, entretanto, não pode ser entendida exclusivamente pela impossibilidade de se fazer de outra maneira sob uma ditadura ou para evitar o isolamento da instituição, visando a uma atuação concreta.

A história da ABI nesses anos é a história da defesa da liberdade de expressão e também a história dessas relações cinzentas com a ditadura⁴³.

No caso específico do estudo aqui proposto sobre as memórias da UFMG sob a ditadura militar, o termo *resistência* é utilizado em variados discursos de memória do período. A questão que pode ser depreendida daí é que é importante para a instituição se identificar como resistente à ditadura e se afastar de qualquer rótulo de colaboracionismo ou indiferença. O que me proponho a analisar são os mecanismos mobilizados para construir essa autoimagem e quais as razões disso.

No contexto da abertura política e do começo do fim do regime militar, as interpretações históricas e de cientistas sociais sobre o golpe e sobre o período do autoritarismo no Brasil partiram primordialmente do ângulo de observação do Estado e da valorização da resistência. Em um levantamento da historiografia sobre o golpe de 1964 e a ditadura, Marcos Napolitano afirma que parte da perspectiva histórica construída pela literatura acadêmica sobre o período é em sua maioria fruto de reflexões feitas por sociólogos e cientistas políticos, e menos por historiadores de ofício⁴⁴. Para Napolitano, as análises sociológicas tenderam a voltar o foco para questões estruturais e para a busca de explicações

entusiasmo, como registrado em suas atas. Já a ABI, não chegou a apoiar formalmente o golpe, mas silenciou sobre determinados temas. ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina, vol. II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴² Ibidem, p. 132.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporanea: Historia y problemas del siglo XX*. Volumen 2, Año 2, 2011.

sistêmicas para o golpe de 1964 e para o regime autoritário. Acabaram por sobrevalorizar o poder de decisão de atores individuais ou institucionais, concebendo, assim, a história política “como uma sucessão de erros e acertos na manutenção do equilíbrio sistêmico e dos canais de negociação”⁴⁵. Geralmente tais análises partiam de oposições do tipo Estado / sociedade; vítima / agressores.

Em estudo sobre a União Soviética, Moshe Lewin também discute o papel destacado que se dá ao Estado em análises de regimes autoritários. Para ele, um Estado que paira sobre todas as coisas é um Estado a-histórico, que pressupõe um sistema político sem um sistema social⁴⁶. Esse Estado não existe, nem nunca existiu. Consequentemente, a oposição Estado / sociedade não é útil para estudos dessa relação. Para esse tipo de análise, Lewin acredita que é necessário formular um novo conceito de Estado, que dê conta de explicar as conexões entre a área política e as demais áreas da vida social.

Em um texto clássico, analisando a construção de imaginários sociais, Bronislaw Baczko também segue a linha de afirmar que nenhum poder se estabelece apenas com o uso da força. Para o autor, nenhuma relação social, nenhuma instituição política é possível sem que se conquiste a imaginação dos homens⁴⁷. O poder deve se impor como legítimo, não só como poderoso. Não é a intenção deste trabalho detalhar e problematizar as construções de imaginário e as campanhas pela legitimação do poder feitas pelos militares. A contribuição de Baczko se dá no sentido de que nem o braço forte do Estado, nem o uso abusivo da violência são suficientes para explicar a permanência de um governo no poder por mais de vinte anos.

Estudos desenvolvidos desde os anos 1990 já levantam o debate de que a ditadura contou com apoio de grandes parcelas da população, inclusive das camadas populares, animadas com o “milagre econômico”, a conquista do Tricampeonato de Futebol pela seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, e seduzidas pela intensa propaganda do Governo Federal. Há que se lembrar que o medo da ameaça comunista / terrorista era real e um sentimento muito forte disseminado em vários setores da população brasileira. Em detalhado estudo sobre o anticomunismo, Rodrigo Motta afirma que essa reação teve um papel central na história política brasileira do século XX e teria sido um dos principais argumentos a

⁴⁵ Ibidem. p. 213.

⁴⁶ LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev: uma interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 21.

⁴⁷ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social. Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332. p. 301.

justificar e provocar as intervenções autoritárias mais significativas do período republicano: o Estado Novo e o Regime Militar⁴⁸. Os grupos militares que ocuparam o poder durante todo o período da ditadura não eram homogêneos, mas tinham elementos em que se unificavam: o anticomunismo e a rejeição à política de massas no jogo político eleitoral⁴⁹.

Como um sentimento gerado pelo medo e pela insegurança, o anticomunismo no Brasil se disseminou com mais intensidade após 1935, quando ocorreu a tentativa de tomada do poder orquestrada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), nomeada como “Intentona Comunista”. A partir daí, à medida que o temor ao comunismo aumentava, também se alargava o campo de atuação anticomunista, que tinha como seus agentes e reprodutores a ação do Estado, organismos sociais e indivíduos. Associações civis foram criadas com caráter profundamente anticomunista, como as ligas de mulheres católicas e outras associações que congregavam empresários, banqueiros, sacerdotes da Igreja, entre outros⁵⁰. Além de unificar os diferentes grupos golpistas, o anticomunismo, assim como o “milagre” econômico, contribuíram para legitimar o regime autoritário para certos grupos sociais.

O foco principal dos estudos sobre a ditadura se centraram por muito tempo no estudo de campos binários, como referido anteriormente. A análise das relações de instituições sociais específicas com o regime militar carece de maior investimento de pesquisa. E sua compreensão só será possível se sairmos do debate entre resistentes e colaboradores. É claro que a ditadura teve seus ferrenhos apoiadores e entusiastas, inclusive dentro da comunidade universitária da UFMG. Todavia, não são todas as ações de indivíduos que podem se encaixar nessa classificação entre resistência e apoio. Acredito que, para compreender a universidade do período, é necessário levar em conta o comportamento dos dirigentes da UFMG. Os reitores e diretores no período estudado⁵¹ tinham, em sua maioria, um comportamento que se enquadra na definição de *acomodação*. Cediam às exigências do regime autoritário quando era imprescindível e, quando possível, descumpriam ordens e recomendações vindas de cima, esforçando-se para preservar ao máximo a autonomia da instituição. Esse descumprimento de

⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁴⁹ NAPOLITANO. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporanea: Historia y problemas del siglo XX*. Volumen 2, Año 2, 2011.

⁵⁰ CORDEIRO, Janaina. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

⁵¹ Isso não significa que a universidade não teve atores sociais que eram claramente apoiadores e opositores da ditadura. Alguns indivíduos que teriam tido posicionamento radicais aos olhos do regime militar, inclusive diretores de faculdades e reitores, foram cassados da instituição por conta de seu posicionamento diante das interferências da ditadura no cotidiano universitário.

ordens não se dava pelo confronto direto, e sim por estratégias como dissimular, protelar decisões, buscar caminhos no aparato jurídico e legislativo da própria ditadura.

A dissertação será dividida em três temáticas principais. No primeiro capítulo, pretendo discutir o que compreendo como a versão oficial da UFMG sobre o período da ditadura militar. Para isso, serão analisados alguns suportes de memória, produzidos em momentos distintos, mas que, em sua maioria, têm em comum a compreensão da universidade como instituição que *resistiu* às interferências autoritárias e conseguiu preservar sua autonomia. Um caso será contraposto a essa memória quase homogênea sobre o período, o de um servidor da instituição, Irary Campos, que foi demitido em 1969 por conta do seu envolvimento com o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e que nunca foi reconhecido publicamente pela universidade. Este caso será compreendido e analisado aqui como um silenciamento por não se enquadrar na narrativa da memória oficial que enfatiza a resistência da universidade diante da ditadura.

No segundo capítulo, irei analisar a implementação e os impactos da reforma universitária na UFMG e como ela é lembrada. Para isso, serão apresentados os antecedentes e os debates sobre a reforma universitária no Brasil, a proposta modernizadora autoritária dos militares e como essa discussão se deu no contexto específico da Universidade Federal de Minas Gerais. Será considerada fundamental a reflexão sobre como a reforma universitária teria se sedimentado na memória e na narrativa oficial sobre o passado da instituição, além de como seria lembrado (ou esquecido) o fato de que ela foi efetivada durante a ditadura militar brasileira.

No terceiro e último capítulo, irei abordar a atuação do sistema de informações dentro da UFMG por meio de sua Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), as ações repressivas que ocorreram no ambiente universitário e como essas temáticas estão quase ausentes nas memórias analisadas. Os eventos e circunstâncias em que a ação do estado autoritário se fez presente no interior e no cotidiano da universidade são pouco ou quase nada lembradas pela narrativa oficial da instituição e, também, serão compreendidas neste estudo como silenciamentos.

1. A CONSTITUIÇÃO DE UMA MEMÓRIA OFICIAL DA UFMG E DE MEMÓRIAS SILENCIADAS

1.1 Práticas de memória

No dia 9 de maio de 2016 faleceu, o ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Aluísio Pimenta. Aluísio era professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia⁵², foi reitor da UFMG entre 1964 e 1967, quando a Universidade passou por uma intervenção do Exército, sendo afastado do cargo e substituído pelo interventor e comandante da 4ª Infantaria Divisionária do Exército (ID-4), General Carlos Luis Guedes. A intervenção teria ocorrido devido à não colaboração da gestão de Aluísio Pimenta, que não teria levado a sério o inquérito que todas as universidades deveriam entregar apontando nomes de docentes, funcionários e estudantes subversivos⁵³. Naquela ocasião, a UFMG, ao final de sua sindicância, não apontou nenhum nome, e essa teria sido a principal razão para a intervenção na Universidade. Após deixar o cargo de reitor, Aluísio Pimenta foi aposentado compulsoriamente pelo regime. Na ocasião do falecimento de Pimenta, o site da UFMG divulgou uma nota de pesar, com uma pequena biografia em que se afirmava, entre outras coisas, que Aluísio Pimenta teria sido o primeiro reitor eleito da Universidade, o que colocaria sua gestão como símbolo de democracia⁵⁴.

Entretanto, a primeira eleição para reitor da UFMG com participação ampla da comunidade acadêmica se deu na década de 1980, com a eleição de Cid Veloso. À época da escolha de Pimenta para reitor, o Conselho Universitário da universidade escolhia nomes para compor uma lista tríplice e cabia ao presidente da república escolher e nomear quem preferisse⁵⁵. De onde vem, então, a afirmação de que Aluísio Pimenta teria sido eleito pela comunidade universitária? Seria uma mentira criada pela instituição? Em contato telefônico com os editores da página de notícias da Universidade, fui informada de que esse dado seria

⁵² A Faculdade de Odontologia e Farmácia foi criada em 1907, em Belo Horizonte. A separação que deu origem à Faculdade de Odontologia e à Faculdade de Farmácia como unidades independentes foi em 1963.

⁵³ Além da comissão de sindicância não ter tido os resultados esperados pelo general, o mesmo foi vaiado pelos estudantes da universidade na aula inaugural do ano letivo de 1964, proferida por Darcy Ribeiro. FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2016. p. 83.

⁵⁴ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UFMG. *Morre o ex-reitor Aluísio Pimenta; corpo será velado na Academia Mineira de Letras*. Disponível em <https://www.ufmg.br/online/arquivos/043347.shtml>. Acesso em 9 de maio de 2016.

⁵⁵ A partir de 1968, a legislação da reforma universitária ampliou os nomes a serem indicados pelos Conselhos Universitários e as listas passaram a ser sêxtuplas. Muito provavelmente a intenção era oferecer ao general presidente da vez um leque maior de opções para a nomeação.

de conhecimento geral, não havia uma fonte específica a ser citada⁵⁶. A afirmação de que Pimenta teria sido o primeiro reitor eleito da UFMG é uma memória que compõe a narrativa da resistência e do espírito democrático da instituição⁵⁷. A intenção deste capítulo é compreender, no que diz respeito ao passado da UFMG, como e por que determinadas práticas de memória têm sido empreendidas, qual é sua lógica interna, suas incoerências e também suas repercussões e relações com o presente e qual tipo de universidade elas pretendem construir. Terei como foco as memórias existentes sobre a UFMG no período da ditadura militar, mais especificamente as memórias sobre a década de 1970, período em que se implementou e efetivou a reforma universitária. Serão utilizadas como fontes diferentes suportes de memória: entrevistas, monumentos, eventos institucionais, efemérides, livros e outras publicações, no intuito de compreender qual é a versão oficial que a universidade tem sobre esse passado⁵⁸.

Tendo em vista o objetivo de analisar criticamente a versão oficial da UFMG sobre seu passado, acredito ser necessário discutir um pouco melhor as relações entre memória e história. Para isso, pode ser útil iniciar com a reflexão de Beatriz Sarlo sobre a separação entre história acadêmica e história não acadêmica. Em seu livro *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, a autora discute uma possível canonização do testemunho e da subjetividade no século XX. Para ela, a memória teria ganhado um status de verdade absoluta, já que sempre se deveria respeitar o testemunho e não questioná-lo nem criticá-lo enquanto fonte de conhecimento histórico. Existem semelhanças entre história e memória. A primeira e a mais óbvia: ambas se referem ao passado. O tempo passado só é compreensível quando ele é organizado por procedimentos de narrativa, e tanto a história quanto a memória se organizam desta maneira⁵⁹. Entretanto, história e memória são campos diferentes de conhecimento, que se relacionam, comunicam-se, mas desconfiam uma da outra. Nem sempre a história consegue

⁵⁶ Após a rápida conversa por telefone a notícia foi alterada, e a informação de que Pimenta teria sido o primeiro reitor eleito da UFMG foi retirada da nota de falecimento.

⁵⁷ A ideia de um “espírito” da instituição aparece em outras fontes, como na entrevista do ex-reitor Eduardo Cisalpino em que ele afirma: “Uma universidade não resiste ao autoritarismo porque tem um reitor que está resistindo; é uma coisa interna a ela, está no seu sangue, está na sua índole”. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 327.

⁵⁸ Chamo de oficial a versão do passado da UFMG que a própria instituição transmite por meio de suas publicações, monumentos, discursos em eventos, e efemérides.

⁵⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. Das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 12.

acreditar na memória, e a memória desconfia da história, já que esta não tem como centro os *direitos de lembrança*⁶⁰.

Para Sarlo, a história não acadêmica está disposta a atender às crenças de seu público e aos sentidos comuns do presente. Isso não a torna falsa, mas ligada ao imaginário contemporâneo do momento em que é produzida. As narrativas não acadêmicas sobre o passado recorrem geralmente a um princípio teleológico que garante origem e estabelece relações de causalidade. O campo das hipóteses é reduzido e, assim, apresenta-se uma nitidez na narrativa e na argumentação que falta à história acadêmica. Talvez, por isso, consiga muitas vezes atrair um público maior.

As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas. Muito do que foi escrito sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina (e também em outros países da América Latina), em especial as reconstituições baseadas em fontes testemunhais, pertencem a esse estilo. São versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação. Seus princípios simples reduplicam modos de percepção social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas⁶¹.

A intenção aqui não é hierarquizar memória, testemunho e história, mas compreender e esclarecer que são conceitos distintos. Para Beatriz Sarlo, o estruturalismo triunfante nas ciências humanas nos anos 1970 decretou a morte do sujeito. Porém, a pós-modernidade (não definida pela autora) teria retomado o sujeito, e uma de suas características marcantes é exatamente o tom subjetivo. Nesse caso, os testemunhos têm sido vistos, em algumas situações, como instrumentos de verdade e um direito reprimido que deve ser libertado. É aí que surgiria um problema para a história como conhecimento acadêmico: o que garantiria a memória e a narrativa em primeira pessoa como captação de um sentido da experiência?⁶² O dever de memória, levado por alguns sujeitos (às vezes alguns historiadores) induz uma relação afetiva e moral com o passado. Essa relação é pouco compatível com o distanciamento e com a busca de inteligibilidade próprias do historiador. A atitude de excessiva deferência com o passado pode tornar mais difícil sua compreensão.

⁶⁰ Ibidem. A autora compreende como direitos de lembrança os direitos de vida, de justiça e de subjetividade.

⁶¹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. Das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 14-15.

⁶² Ibidem. p. 40.

Ainda de acordo com Sarlo⁶³, a partir dos anos 1970 e 1980, a atual tendência acadêmica e do mercado de bens simbólicos de grande valorização da primeira pessoa e da subjetividade ganhou espaço relevante, o que ela chama de *guinada subjetiva*. Com isso, o testemunho e a história oral se transformaram em ícones de verdade, ou talvez nos recursos mais importantes para a reconstituição e compreensão do passado, justamente por dar um estatuto privilegiado para os discursos em primeira pessoa. A autora se propõe a discutir a possibilidade de construção de uma crítica do testemunho, que muitas vezes é visto como algo incriticável e intocável por ser a narrativa de alguém que vivenciou determinados eventos e, por isso, seu discurso teria estatuto de verdade. Todavia, o relato de uma experiência muitas vezes não é o suficiente para a compreensão do que ocorreu e seria equivocada a confiança de que a narração das memórias poderia preencher o vazio da explicação / compreensão. Nas palavras de Beatriz Sarlo, “é mais importante entender do que lembrar, embora para entender também seja preciso lembrar”⁶⁴.

O discurso da memória opera em uma lógica de luta contra o esquecimento, que pode ser entendida como uma ambição de fazer um relato completo que dê conta de unificar a interpretação sobre um determinado passado. Além da utopia de um relato completo, Sarlo aponta a tendência ao detalhe e ao acúmulo de precisões como aspectos que produzem um modo realista-romântico de narrativa do passado. Esse modo realista-romântico se coloca em campo distinto da narrativa própria da história, justamente por não se ver obrigado a explicar e nem a atribuir sentidos às ausências de seu próprio discurso⁶⁵. A maneira como determinado indivíduo narra seu passado será sempre descontínua com relação à experiência vivida. A experiência primária é intrasferível, é exatamente isso que a caracteriza, portanto toda recordação é descontínua⁶⁶.

Apesar de ser comum o emprego da expressão *memória coletiva*, é claro que coletividades não recordam, essa é uma faculdade dos indivíduos. Entretanto, é inegável que os ritos de lembrança, como uma entrevista concedida e a participação em um evento para

⁶³ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Editora UFMG, 2007.

⁶⁴ Ibidem. p. 22.

⁶⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Editora UFMG, 2007. p. 51.

⁶⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: Madri, 2011, p. 40.

rememorar um determinado passado, desempenham funções instauradoras de sociabilidades⁶⁷ e de identidades em comum. Estudando algumas liturgias de recordação em Portugal, Catroga define que o papel principal dessas liturgias são dois: gerar coerência e perpetuar o sentimento de pertencimento e de continuidade de uma determinada comunidade.

A historiografia exorciza a morte. Ela fala sobre o passado para lhe dar um lugar e redistribuir o espaço. O texto histórico tem papel análogo ao dos túmulos e ritos de recordação dos mortos. Marcar um passado, portanto, é dar lugar aos mortos e permitir às sociedades situarem-se simbolicamente no tempo. Ao comparar historiografia e memória, Fernando Catroga acredita que as duas ajudam as sociedades e os indivíduos a fazerem o trabalho de luto. Mas diferentemente da memória, que julga, a historiografia pretende explicar e compreender, propondo, para isso, um distanciamento entre sujeito e objeto (componentes fundidos no caso da memória). Além disso, a narração memorialística é, para este autor, sempre fundacional e sacralizadora do passado. Isso não significa, é claro, que a historiografia não funcione em muitos casos como produtora e legitimadora de memórias e de tradições. Em sua obra *Memória, História e historiografia*, Catroga vai além e afirma a existência de um caráter totalizador e teleológico da recordação:

pois a retrospectiva, esquecendo-se do esquecimento, cose um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente. Em certa medida, ela é – como as outras narrativas que exprimem a historicidade do homem – uma previsão ao contrário (o *efeito* é a causa não confessada da sua própria *causa*)⁶⁸.

Paul Ricoeur compreende que as distinções entre memória e história não são tão claras quanto pretendem alguns historiadores, como Le Goff, por exemplo. O que ele busca como ideal é uma justa memória, um equilíbrio entre memória, história e esquecimento, que seja capaz de evitar esquecimentos impostos e obsessões pelo passado. Alcançar essa justa memória, para Ricoeur, não é algo resolvido apenas academicamente, é algo que deve se dar no debate no espaço público⁶⁹.

Nesse sentido, de ler a história a contrapelo, é que me debrucei sobre algumas memórias sobre a Universidade Federal de Minas Gerais e suas relações com a ditadura militar na década de 1970. Os suportes de memória que serão analisados são nesta análise

⁶⁷ CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23.

⁶⁸ CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 22.

⁶⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

compreendidos como monumentos. Jacques Le Goff, em seu clássico texto *Documento/Monumento*⁷⁰, desenvolve a ideia de que a história, enquanto conhecimento do passado, não é possível sem a existência de traços desse passado, que são os monumentos, suportes da memória coletiva. O que permite a compreensão de todo documento como monumento é a noção de que todo documento é um produto da sociedade que o fabricou, seguindo as relações de força que conformavam o poder à época. O documento/monumento é resultado do esforço, consciente ou inconsciente, de uma coletividade de impor ao futuro uma determinada verdade de si própria. Compreendo, então, os suportes de memória aqui estudados como documentos/monumentos que têm a pretensão de instituir uma versão legítima e oficial sobre o passado da UFMG. A reflexão sobre esses monumentos se guia por algumas perguntas: qual é o tipo de memória sobre a UFMG no período autoritário brasileiro que pretendem instituir? Há uma versão única? Ou existem discordâncias e posicionamentos diferentes?

Mas quais são esses documentos/monumentos? Podemos dividi-los em dois grupos principais: livros de caráter oficial que abordam a temática estudada e entrevistas concedidas por sujeitos que pertencem ou pertenciam à comunidade universitária da época. Os livros foram publicados em diferentes anos e contextos, mas de uma maneira geral foram editados em razão de alguma efeméride da Universidade, momentos em que são comuns a realização de eventos que pretendem realizar um balanço das instituições para que os mais jovens saibam como se chegou até o presente. Como dito anteriormente, os ritos de lembrança, particularmente os comemorativos, desempenham importantes funções instauradoras de sociabilidades. Na orelha de uma dessas obras comemorativas, escrita pelo vice-reitor da universidade à época da publicação, Jacyntho Lins Brandão, o livro é apresentado ao leitor como um convite à reflexão e ao debate sobre a trajetória da UFMG. Mas, mais do que isso, um convite à partilha de memórias: “É que, a partir de agora, tudo deixa a categoria da simples lembrança, para tornar-se *memória coletiva*. A memória de cada um, se não compartilhada, é tão efêmera quanto os acontecimentos”. Na Apresentação da mesma obra, o então reitor da universidade, Tomaz Aroldo da Mota Santos afirma que essa publicação é “indispensável para quem deseja compreender o espírito de nossa Universidade”⁷¹ e tirar lições importantes dos relatos. De acordo com Aroldo, a obra é uma oportunidade para o leitor

⁷⁰ LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento. História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 525.

⁷¹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 13.

conhecer “as condutas admiráveis de nossos reitores na defesa da autonomia da Universidade e da liberdade acadêmica, *mesmo em ambiente hostil à liberdade*”⁷² (grifos meus). Veremos que tais efemérides são também momentos de se reler o passado e de construir uma narrativa positiva sobre ele.

Os livros analisados serão: *UFMG: Resistência e Protesto*, publicado em 1979, e *Universidade Federal de Minas Gerais: Memória de Reitores (1961-1990)*, publicado em 1998. Existem também outras obras que podem ser enquadradas na constituição de uma narrativa oficial sobre a história da UFMG, como *Universidade Federal de Minas Gerais: Projeto Intelectual e Político*; *Medicina: história em exame*; *Memórias do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG*; *Uma história da Veterinária*; *80 anos UFMG: álbum de figurinhas*, e *História da Universidade Federal de Minas Gerais*⁷³. Entretanto, como esses livros não abordam o período estudado neste trabalho, não serão aqui analisados. Vale a ressalva de que a história oficial da universidade, desde sua fundação até os dias atuais, tem muitas publicações, e não apenas as que serão citadas neste trabalho.

As entrevistas estudadas também estão incluídas na categoria de monumentos de efemérides. Foram realizadas a pedido da Reitoria em meio às comemorações dos 80 anos da UFMG, entre 2007 e 2008, sob coordenação de pesquisadores do Programa de História Oral (atual Núcleo de História Oral) da FAFICH, e contou com entrevistas de docentes de destaque em suas áreas de pesquisa de diversos campos da Universidade. O tema do período da ditadura não era o foco daquele projeto, mas o assunto era recorrente nas narrativas dos entrevistados. Além disso, em 2016 realizei quatro entrevistas com atores sociais importantes para a temática estudada, que serão também utilizadas como fontes neste trabalho, no intuito de esclarecer algumas questões que serão melhor explicadas adiante⁷⁴.

⁷² Ibidem. p. 13.

⁷³ DIAS, Fernando Correia. *Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político*. Belo Horizonte: UFMG, 1997. STARLING, Heloisa Maria Murgel.; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia.; CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. *Medicina: história em exame*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. CONSENZA, Ramon (org.). *Memórias do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. MENESES, José Newton Coelho. *Uma história da Veterinária: exercício e aprendizagem de ferradores, alveítas e veterinários em Minas Gerais e a Escola de Veterinária da UFMG – 80 anos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. MORAES, Eduardo R. Affonso. *História da Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. 1 e 2*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1971.

⁷⁴ As entrevistas e os livros serão também retomados nos próximos capítulos.

1.2 Monumentos impressos

1.2.1 UFMG: Resistência e Protesto

O livro *UFMG: Resistência e Protesto* é uma coletânea de discursos proferidos por docentes da universidade em cerimônias de concessão de títulos de professores eméritos aos que foram aposentados compulsoriamente em 1969, pela ditadura militar. A UFMG teve dezessete docentes aposentados e essas cerimônias ocorreram dez anos depois da demissão dos professores, em 1979, mesmo ano de publicação da obra, em meio ao contexto político da luta pela anistia e em meio a movimentos de massa pela volta da democracia, que tomavam corpo e ganhavam cada vez mais força. As razões para as aposentadorias são variadas e não muito claras, passam por envolvimento com a esquerda no passado e conivência com o movimento estudantil⁷⁵. Em comum, todas as demissões partiram do governo federal e foram publicadas no Diário Oficial da União. A partir de 1964, no imediato pós-golpe, alguns docentes da UFMG chegaram a ser detidos no DOPS⁷⁶. Desde então, a universidade já vinha sendo pressionada para criar listas de docentes “subversivos” e enviá-las para os órgãos de informação para que fossem expurgados da instituição.

Para compreender o processo que desembocou na anistia – e a citada homenagem aos professores expurgados da UFMG – é necessário considerar a estratégia distensionista da ditadura a partir de meados dos anos 1970. A distensão política do regime militar foi iniciada em 1974, no governo Geisel⁷⁷ que, empurrado pela força crescente dos movimentos sociais, sancionou em 1979 a lei de anistia. Desde 1975, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia, foram desenvolvidas campanhas organizadas em favor da anistia por todo país e também entre os exilados políticos no exterior⁷⁸. As reivindicações eram que os presos políticos fossem anistiados, os exilados pudessem retornar para o país e que alunos e funcionários públicos expurgados fossem reintegrados. A partir de 1977, os estudantes

⁷⁵ Para uma análise mais detalhada sobre as demissões ver FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

⁷⁶ *Idem.* p. 86.

⁷⁷ Há vasta bibliografia sobre a abertura política da ditadura e o maior debate é sobre a intencionalidade ou não do regime autoritário de chegar ao fim por conta própria. A abertura política seria uma iniciativa dos próprios militares ou resultado das reivindicações de parte significativa da população? A democracia brasileira ainda em vigor foi outorgada pelos militares ou foi uma democracia conquistada? Ver NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 238-239.

⁷⁸ RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 178.

voltaram às ruas com as primeiras manifestações de massa em muitos anos, operários e intelectuais se mobilizaram politicamente pedindo pelo fim da ditadura e clamando pelas “liberdades democráticas”, entre outras o direito de reunião, a liberdade de expressão, pelo fim da censura e pela revogação do AI-5. Entre esses movimentos sociais, foram criados, em 1978, os Comitês Brasileiros pela Anistia, que tinham discurso mais radical que o Movimento Feminino, lutavam pela punição dos responsáveis pelos crimes cometidos pela ditadura e demandavam que a morte e o desaparecimento de militantes políticos fossem esclarecidos⁷⁹. Entretanto, o projeto do governo encaminhado para o Congresso Nacional não incorporou estas demandas e, em um legislativo submetido ao arbítrio do regime militar e dominado pela ARENA, aprovou legislação que anistiava as pessoas que cometeram crimes políticos e conexos⁸⁰. A lei excluía da anistia aqueles que tivessem cometido crimes de terrorismo, de assalto, de sequestro e de atentado pessoal. Além disso, a reintegração ao serviço público de servidores aposentados ou exonerados por razões políticas seria possível apenas diante de requerimento do próprio interessado e era condicionada à existência de vaga e ao interesse da administração pública.

A efervescência política de 1979 também estava presente na UFMG. Graças à criação da Lei de Anistia, que previa a possibilidade de reversão de aposentadorias compulsórias, algumas das unidades acadêmicas que tiveram professores aposentados por razões políticas em seus quadros, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Exatas (ICEX), em conjunto com a Reitoria, decidiram readmiti-los e conceder-lhes o título de professores eméritos⁸¹. As cerimônias de entrega desses títulos, como relatado nos discursos que compõem a obra, foram momentos de lembrar o passado recente do período mais duro do regime e de projetar um futuro de democracia para o país e de autonomia para as universidades.

A ação da UFMG não foi isolada, e o próprio prefácio da obra cita como referências de iniciativas semelhantes as edições de livros que tratam da perseguição do regime a professores universitários: *O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade e*

⁷⁹ RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 180.

⁸⁰ A Lei de Anistia de agosto de 1979 e o “perdão” concedido aos assim chamados crimes conexos é ainda hoje o entrave legal para a responsabilização judicial dos indivíduos que atuaram como agentes da repressão

⁸¹ Mais adiante iremos abordar o caso de um servidor, técnico de laboratório da universidade, que foi demitido por razões políticas e nunca foi homenageado pela instituição.

Universidade e Repressão: os expurgos da UFRGS, ambos publicados em 1979⁸². A contracapa do livro define seu objetivo:

Este livro, conjuntamente com *O livro negro da USP e Universidade e repressão, os expurgos na UFRGS*, marca o momento em que a universidade brasileira, no seu conjunto, denuncia aberta e frontalmente as injustiças perpetradas no seu interior, e em toda a sociedade brasileira pelo regime autoritário imposto ao país em 1964. Os depoimentos que o compõem são, no dizer de um dos professores, ‘a tentativa de se gravar na memória nacional o esforço de retomada do processo de total redemocratização do país e de recuperação plena da vida universitária.

Neste trecho, fica evidente que a publicação do livro pretende afirmar uma determinada perspectiva de como esses sujeitos lidaram com a ditadura e de qual foi sua atuação em sua derrocada. Da perspectiva dos responsáveis pela publicação do livro, a obra deveria marcar a atuação da comunidade universitária no processo de redemocratização em curso.

Apesar da referência às publicações, *UFMG: Resistência e protesto* tem conteúdo muito distinto das obras que tratam das ações do regime militar na UFRGS e na USP. Estes dois livros são focados em apontar as ações repressivas do regime no interior da comunidade universitária e também as ações de colaboração que partiram de indivíduos das próprias instituições⁸³. No caso da obra aqui analisada, não há estudo, mesmo que breve, de quais foram as ações mais efetivas da ditadura na perseguição à comunidade universitária e muito menos referência a qualquer sinal de simpatia ou de colaboracionismo partindo de membros da UFMG. Não há listas dos cassados e nem dos estudantes atingidos pelo Decreto 477⁸⁴. Os discursos presentes na obra são de elogio a indivíduos específicos que estavam sendo agraciados com o título de professor emérito. No entanto, para agraciar os docentes punidos durante a ditadura com o título de professores eméritos, era necessária a aprovação das

⁸² A publicação dessas obras fez parte do contexto de surgimento de associações de docentes universitários e da sua articulação no combate à ditadura. A Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH) foi fundada em novembro de 1977. ADUSP e ADUFRGS, foram fundadas, respectivamente, em 1976 e 1978.

⁸³ Ver ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*. São Paulo: ADUSP, 1979. AVERBUCK; CAMPILONGO; HOLZMANN; MIRANDA; SANTOS; TAITELBAUM (orgs.). *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

⁸⁴ O Decreto-Lei nº 477, promulgado em fevereiro de 1969, previa que estudantes, professores e funcionários de universidades que praticassem atos “subversivos” fossem expulsos da instituição após processo sumário. Os estudantes que fossem enquadrados no Decreto 477 ficavam impedidos de se matricular em qualquer universidade por três anos, e os professores ficavam impedidos de trabalhar em qualquer instituição educacional por cinco anos. O decreto só foi revogado em 1979.

congregações das respectivas unidades. As homenagens significam que existiam autoridades e colegas da UFMG que apoiaram a iniciativa.

É importante levar em conta que o número de dirigentes cassados na instituição foi elevado: quatro diretores de unidades, um ex-reitor e um reitor⁸⁵. O motivo de suas cassações foi justamente o fato de se recusarem a cumprir o papel de agentes do regime no interior da universidade. Isso fez com que fossem vistos pelos militares como cúmplices do movimento estudantil. Essa característica das demissões da UFMG contribuiu para fortalecer o discurso de resistência da universidade, já que lideranças foram expurgadas justamente por se recusarem a perseguir estudantes.

Porém, pelos próprios textos presentes na obra, é possível perceber que a concessão dos títulos de professores eméritos não foi uma unanimidade. Em seu discurso, o então diretor da FAFICH, Délcio Vieira Salomon, afirmou que havia quem pensasse que de nada valeria um título de professor emérito. Defendendo a atitude da instituição, Salomon explicitou em seu discurso que as homenagens eram, acima de tudo, um ato político:

Ato político de retomada por nós mesmos do processo de redemocratização do país, ainda que num espaço diminuto e insignificativo (ao menos para aqueles que nos querem perseguidos e aviltados). Quem nos vê e quem nos ouve saberá que não morremos como nação, nem como universidade. Reconhecemos nestes quinze anos, nossa fraqueza diante da força armada e nossa desorientação diante das manifestações de ódio e de perseguição à inteligência deste país; sabemos claramente que nestes anos não podíamos nem sequer expor publicamente nosso pensamento, e menos ainda nos reunirmos e nos associarmos. Mas reputamos que sessões como esta de hoje, homenagens como esta, pronunciamentos como os destes dias não são concessões dos donos do poder, mas conquista nossa, de professores, de alunos, da universidade enfim⁸⁶.

O livro e seus discursos têm um tom geral de exaltar a coragem da iniciativa da homenagem. Algo compreensível tendo em vista o clima do ano de 1979. Olhando retrospectivamente, há quem já veja a data como um período em que a ditadura já estava

⁸⁵ A UFMG teve dezessete professores aposentados: Edgar Godói da Mata Machado, Amílcar Viana Martins, Celson Diniz Pereira, Eder Simões, Fábio Lucas Gomes, Julio Barbosa, Osório da Rocha Diniz, Rui de Souza, Sami Sirihal, Guido Antônio de Almeida, Lourival Vilela Viana (diretor da Faculdade de Direito), Rodolpho de Abreu Bhering (diretor da Faculdade de Ciências Econômicas), Sylvio Carvalho de Vasconcellos (diretor da Escola de Arquitetura), Pedro Parafita de Bessa (diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Aluísio Pimenta (ex-reitor) e Gerson Boson (reitor). FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2016. p. 191.

⁸⁶ UFMG: *Resistência e protesto*. Belo Horizonte: Vega, 1979. p. III.

praticamente derrotada, entretanto ainda não estava claro se o projeto de abertura política realmente seria levado a cabo. Apesar de um relativo afrouxamento da repressão com o projeto de distensão política anunciado por Geisel, a segunda metade da década de 1970 foi marcada por demonstrações de setores mais conservadores das forças armadas de que não concordavam com a abertura política. Os assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, em 1975 e 1976, e o grande número de atentados a bomba executados por grupos de extrema direita são alguns dos sinais de que o caminho rumo à abertura política era de avanços e de retrocessos⁸⁷.

A preocupação da repressão e também dos docentes aposentados com as cerimônias de colação de grau dos estudantes da universidade é tema que se repetiu nos discursos presentes no livro⁸⁸. Amílcar Viana Martins lembrou dos alunos e de sua solidariedade, que o convidaram repetidas vezes para ser paraninfo e homenageado das festas de formatura. Aluísio Pimenta contou em seu discurso que teve a honra de ser convidado diversas vezes para ser paraninfo de turmas de formandos, inclusive da primeira turma de formandos do ICEX. Porém, em meio a uma conjuntura tão pesada e perigosa, decidia-se por não comparecer para não criar maiores problemas para os próprios estudantes e para a UFMG⁸⁹.

Morse Belém Teixeira ressaltou a importância de não esquecer, de não se deixar apagar as humilhações sofridas por professores e por estudantes, afastados de suas funções na universidade, marginalizados da vida escolar. Para ele, mesmo com a anistia, não se podia permitir que a memória desvanecesse e prevalecesse o esquecimento das “injúrias físicas e morais”⁹⁰. Afirmou que a solenidade, por si só, era uma contestação. Contestação tardia e talvez um pouco atrasada. Mas a sua realização apenas em 1979 deveria ser compreendida devido à violência do regime militar e do medo que imperava na década anterior.

Importante ressaltar que a perspectiva de passado que a obra quer legar, algo óbvio pelo próprio título do livro, é de que a UFMG resistiu. Mas diferente de livros que representam a história oficial da universidade que vieram depois, o lado perverso da ditadura e as derrotas da comunidade universitária também foram expostas. Isso se deu principalmente

⁸⁷ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus Editora, 1995.

⁸⁸ A preocupação e vigilância dos órgãos de informação no que diz respeito às cerimônias de formatura da universidade serão abordadas detidamente no terceiro capítulo.

⁸⁹ *UFMG: resistência e protesto*. Belo Horizonte: Vega, 1979. p. 46.

⁹⁰ *Ibidem*. p. 11.

pelo fato de que o foco da publicação era homenagear pessoas que perderam seus empregos e que tiveram suas trajetórias acadêmicas interrompidas em razão de seus posicionamentos políticos que desagradaram o regime autoritário de alguma maneira. Em um contexto de luta pela democracia, quando o fim do regime militar ainda não estava estabelecido, quando ações violentas e contrárias aos direitos humanos ainda eram práticas, a tensão ainda pairava na universidade. Era uma luta que ainda estava sendo travada, e justamente por isso era necessário apontar as violências cometidas em nome da ordem.

1.2.2 Memórias de Reitores

Publicado em 1998 pela Editora UFMG, o livro *Universidade Federal de Minas Gerais: Memória de Reitores (1961-1990)*, coordenado pelas professoras Maria Efigênia Lage de Resende e Lucília de Almeida Neves, reproduz entrevistas realizadas com reitores da instituição no período referido⁹¹. A organização e a publicação do livro se deu em razão das comemorações dos setenta anos da universidade, completados em 1997. Os depoimentos estão divididos em duas partes: em uma primeira, as entrevistas estão separadas por ex-reitores e, na segunda, estão agrupadas por temáticas e por perguntas semelhantes. A análise das entrevistas presentes no livro, que se seguirá, não pretende concluir o que há de verdade ou de mentira nos fatos narrados, pois o que há de rico nessas memórias é justamente o quanto se tornaram significativas e importantes na construção da autoimagem da instituição. Como se trata de depoimentos de ex-reitores que ocuparam o cargo durante a ditadura militar brasileira, acredito que as versões apresentadas por eles tiveram importante papel para construir e para fixar a memória da UFMG resistente.

Os relatos que compõem a obra evidenciam que não há o menor rastro de inocência ou de ingenuidade nos entrevistados. São sujeitos que ocuparam o maior cargo administrativo de uma universidade federal, experimentados em política e cientes do que significava sua fala. Sabiam que estavam concedendo entrevistas para um projeto coordenado pela própria instituição, sendo, portanto, pouco provável que sua finalidade fosse construir algum tipo de crítica institucional. Sabiam também que nada seria publicado sem que antes passasse por sua revisão e edição. O tom geral dos depoimentos é elogioso aos seus próprios reitorados.

⁹¹ O reitores e as datas de suas respectivas gestões: Orlando Magalhães Carvalho (1961-1964); Aluísio Pimenta (1964- 1967); Gerson de Britto Mello Bosen (1967-1969); Marcello de Vasconcellos Coelho (1969-1973); Eduardo Osório Cisalpino (1974-1978); Celso de Vasconcellos Pinheiro (1978-1982); José Henrique Santos (1982-1986); Cid Veloso (1986-1990). Ver lista de reitores da UFMG em Anexos.

Joël Candau, em sua obra *Memória e identidade*⁹², propõe uma taxonomia das diferentes manifestações da memória em três principais tipos. Primeiro, a protomemória, que pode ser entendida como uma memória de baixo nível, quase corporal que foi socialmente incorporada. O autor apresenta alguns possíveis sinônimos para a protomemória: memória procedural, memória repetitiva, memória-hábito. Seria uma espécie de memória imperceptível. Outra manifestação do fenômeno é a “memória propriamente dita”, que seria a memória de alto nível, a memória de recordação ou reconhecimento. O terceiro tipo, o que mais interessa ao caso estudado, é o de metamemória, que pode ser definida como a representação que o próprio indivíduo faz de sua memória, “é portanto, uma memória reivindicada, ostensiva⁹³”. É o conhecimento que cada sujeito tem de sua própria memória, o que diz dela. Do ponto de vista individual, as memórias dos reitores apresentadas na obra/monumento analisadas, podem ser compreendidas como uma metamemória.

Cabe um alerta feito pelo próprio Candau com relação ao uso do conceito de memória coletiva. É obvio que um grupo ou uma determinada coletividade não recorda e nem possui a faculdade de recordar. Como já afirmado anteriormente, quem lembra são os indivíduos⁹⁴. E mesmo que todos os sujeitos de uma determinada coletividade tenham vivenciado algo juntos, a percepção do ocorrido e a própria lembrança sobre aquilo será diferente⁹⁵. Mas essa ressalva não exclui a ideia de que memórias partilhadas fortalecem o sentido de identidade comum em um determinado grupo. Para Candau, quando vários sujeitos afirmam recordar como acreditam que outras pessoas recordam, trata-se de uma situação de *metamemória coletiva*⁹⁶. Mesmo que alguns membros de um determinado grupo afirmem recordar como acreditam que todos os outros recordam, só se atesta a metamemória coletiva. É possível atestar o fato de que, para esses sujeitos, existe uma memória em comum, uma memória partilhada, pela

⁹² CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

⁹³ Ibidem. p. 23.

⁹⁴ CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23.

⁹⁵ Sobre esse assunto ver também KOSELLECK, Reinhart. *La discontinuidad del recuerdo. Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011. E PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁹⁶ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 34.

existência do que Candau chamou de “atos de memória coletiva”, como comemorações, mitos, narrativas, construções de museus⁹⁷.

Seguindo a chave de leitura proposta por Joël Candau, além de uma metamemória coletiva, podemos entender as memórias do livro *Memórias de reitores* como uma “memória forte”. Esse tipo de memória seria “massiva, coerente e compacta⁹⁸”. Uma memória forte é uma memória organizadora, geralmente mais comum em pequenos grupos, e configura-se como uma dimensão importante de representação que o grupo terá de sua própria identidade. No caso dos reitores entrevistados para o livro analisado, é possível identificar um grupo que se articulou identitariamente como aquele que defendeu, construiu e executou a reforma universitária na UFMG, e resistindo à ditadura militar e garantindo a autonomia da instituição.

A urgência e a necessidade de uma ampla reforma universitária no Brasil era uma reivindicação e uma pauta importante do ativo movimento estudantil pré-golpe. Mesmo antes de março de 1964, os debates sobre qual modelo de reforma seria o ideal para as universidades brasileiras era intenso nas instituições de ensino superior⁹⁹. Para os setores defensores da reforma, era urgente a alteração e a modernização da estrutura universitária brasileira. As propostas eram variadas, mas tinham em comum algumas questões: ampliação do número de vagas, democratização do acesso e das decisões institucionais, abertura das universidades para os problemas brasileiros, fim do regime de cátedras, racionalização dos recursos, valorização da carreira docente. Na UFMG, as discussões sobre a reforma universitária ganharam mais força com a nomeação de Aluísio Pimenta para o cargo de reitor, ainda em fevereiro de 1964. Pimenta era docente de uma geração mais jovem na universidade, defensor do fim do regime de cátedras e da reforma universitária. Alinhado ao projeto janguista, foi escolhido pelo então Ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro, justamente por suas posições políticas progressistas. No entanto, logo no início da gestão de Aluísio Pimenta, com o golpe em 1º de abril de 1964, houve uma alteração do panorama.

Alguns projetos que apontavam a intenção de reformar a estrutura da universidade foram elaborados na UFMG mesmo antes de 1968, ano em que foi aprovada a lei que definiu

⁹⁷ Ainda assim, os atos de memória coletiva não seriam o suficiente para provar a realidade de uma memória coletiva. A existência de marcos memoriais em comum não significa necessariamente o compartilhamento das mesmas representações do passado. Ibidem. p. 35.

⁹⁸ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 44

⁹⁹ Para um panorama geral sobre os debates em torno da reforma universitária brasileira ver CUNHA, Luiz. *A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. Irei discutir no próximo capítulo os debates sobre a reforma universitária da UFMG e os percursos de sua implantação.

o modelo da Reforma Universitária brasileira. Mesmo não concordando com o sentido que o campo progressista brasileiro pretendia dar às universidades, os militares tiveram a percepção de que o ensino superior era um setor estratégico para o seu projeto de país. A reforma universitária realizada em 1968 pode ser vista à luz de três motivações principais: aplacar a rebeldia estudantil, investir na formação de mão de obra qualificada e propiciar o desenvolvimento tecnológico brasileiro por meio da pesquisa. Essa reforma deixou como legado o modelo de universidade que o Brasil tem ainda hoje. Para citar algumas das mudanças que se efetivaram com a reforma de 1968, as universidades públicas brasileiras tiveram a adoção do sistema de créditos, o fim do regime de cátedras, a criação dos departamentos, o conceito de que as universidades devem ser basear no tripé ensino-pesquisa-extensão¹⁰⁰.

A UFMG teve seus percalços na implementação da reforma universitária. E esse é um dos elementos fundamentais de identidade do “grupo” que liderou a Universidade nos anos 1970: o compromisso de implementar a reforma. Do ponto de vista administrativo, um dos maiores desafios era o de centralização. A instituição, na perspectiva daqueles sujeitos, tinha a missão de passar a ter um status de universidade na prática, não apenas no nome, e deixar de ser um aglomerado de unidades desconexas que tinham por finalidade apenas a formação profissional¹⁰¹.

Os reitores Marcello Vasconcellos Coelho, Eduardo Osório Cisalpino e Celso de Vasconcellos Pinheiro se sucederam na liderança da instituição, mas deixam claro em suas entrevistas que pertenciam ao mesmo grupo e apoiaram as candidaturas e as gestões uns dos outros como membros do Conselho Universitário, diretores de unidade ou pró-reitores¹⁰². Outros sujeitos que não foram reitores da universidade também são citados como parte desse “grupo”¹⁰³.

¹⁰⁰ A reforma universitária será discutida com maior atenção no próximo capítulo.

¹⁰¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *A reforma da UFMG: plano de reforma. Belo Horizonte: A Universidade, 1967*. Em suas entrevistas para o livro *Memórias de reitores*, Aluísio Pimenta e Orlando de Carvalho também fazem referência a condição de desagregação da universidade antes da reforma.

¹⁰² Apesar de todos os reitores citados fazerem parte do “grupo”, em entrevista concedida para esta pesquisa, Eduardo Cisalpino afirmou que Celso Pinheiro não era o nome originalmente pensado para assumir a reitoria. Relatou que em conversa com o então ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, teria sugerido o nome de Hélio Pontes e de Beatriz Alvarenga para sucedê-lo na reitoria da UFMG. O primeiro foi rejeitado por Braga por seu passado esquerdista e a segunda pelo simples fato de ser mulher.

¹⁰³ O “grupo” é assim chamado pelos entrevistados que o compunham.

A narrativa de como se deu a indicação de Marcello Coelho para ocupar o cargo de reitor da universidade é indicativa da existência deste grupo, que teria se unido devido às suas afinidades de interesses dentro da UFMG¹⁰⁴. À época, o processo de escolha de reitores para as universidades federais era feito pelo Ministro da Educação com base em uma lista sêxtupla formada pelos Conselhos Universitários de cada instituição. No período da ditadura militar brasileira, era comum a indicação de nomes que fossem simpáticos ao regime autoritário e que tivessem sua confiança. O reitor anterior a Marcello Coelho, Gerson Boson, tinha sido cassado e aposentado compulsoriamente enquanto fazia uma viagem profissional aos Estados Unidos. Quem construiu a indicação de Coelho, um jovem professor da Faculdade de Farmácia que nunca tinha ocupado nenhum cargo de direção dentro da Universidade, foi o “grupo” formado por Eduardo Cisalpino, José Mariano Lanna Sobrinho, Marino Mendes Campos, Hélio Pontes, Ramayana Gazzinelli, Márcio Quintão Moreno e alguns outros. De acordo com a entrevista de Coelho e Cisalpino, o “grupo” considerou que era melhor que um sujeito comprometido com a reforma universitária e com a autonomia da universidade fosse nomeado, ao invés de um apoiador do regime. Entretanto, sabiam que, dependendo do nome apontado, o presidente da república não o escolheria para reitor. Nas palavras de Marcello Coelho:

Eu tinha força. O meu concunhado era o General [Antônio Carlos da Silva] Murici, que era chefe do Estado Maior do Exército. Então, eu entrei levado por um grupo de amigos, de pessoas aqui da Universidade, para a lista sêxtupla. Era professor assistente da Faculdade de Farmácia nesse tempo, nunca tinha entrado aqui no quarto andar da Reitoria, no Conselho Universitário. (...) Eu era, naquele tempo, professor da Universidade em tempo parcial, mas tinha a possibilidade de ser nomeado reitor se entrasse na lista sêxtupla, porque tinha o respaldo de um concunhado que acreditava muito em mim, sempre acreditou, ele era muito meu amigo. Então era importante que eu entrasse na lista sêxtupla, porque o grande risco para a Universidade seria a nomeação de professor afinado com o Golpe de 64¹⁰⁵.

Mais adiante, Coelho relata que o “grupo” também teve poder de influência durante toda sua gestão. O grupo “equacionava a conjuntura e tomava as decisões”, chegando a constituir uma instância informal de poder paralelo ao Conselho Universitário. Isso se justificava, de acordo com o entrevistado, pela existência de muitos diretores dentro do Conselho nos quais “*nós* não confiávamos absolutamente” (grifos meus) por serem “contra a

¹⁰⁴ Para verificar os reitores da UFMG e o período de seus respectivos mandatos, verificar os Anexos.

¹⁰⁵ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 108.

maneira de pensar do pessoal que dirigia a universidade”¹⁰⁶. O uso da primeira pessoa do plural é indicativo de que Marcello Coelho identificava seu reitorado e suas escolhas como de um grupo dirigente da UFMG, e não exclusivamente suas. Essa característica também está presente em outros depoimentos do livro.

Michael Pollak, em seu artigo *Memória e identidade social*¹⁰⁷, compreende identidade como a imagem que um indivíduo adquire ao longo de sua vida referente a ele mesmo. A imagem que ele constrói e apresenta para os outros e para si. Nessa construção de identidade, há, pelo menos, três elementos essenciais: o sentimento de ter fronteiras físicas e de se ver como alguém distinto dos outros; a sensação de continuidade no tempo e o sentimento de coerência de sua vida. A memória pode ser vista como constituinte fundamental do sentimento de identidade justamente por ser, ao mesmo tempo, um fator estimulante do sentimento de continuidade no tempo e de coerência individuais ou coletivas. Ainda de acordo com Michael Pollak, podemos compreender o conceito de identidade social como a imagem de si, para si e para os outros.

Estudar memórias partilhadas implica em analisar qual é sua função. Para Michael Pollak¹⁰⁸, a memória comum tem ao menos duas funções essenciais: manter a coesão interna de uma determinada coletividade e defender as fronteiras internas daquilo que o grupo tem em comum. No caso estudado, percebe-se a gestação de uma leitura específica do passado da universidade, que se tornaria oficial e institucionalizada. Essa memória está presente em publicações da instituição, em eventos, em discursos oficiais e em narrativas constantemente repetidas. Para essa perspectiva, a UFMG no período do regime autoritário, apesar das investidas dos militares que tentavam controlar a universidade e a comunidade universitária, teria conseguido unir seus diversos setores e resistiu bravamente à ditadura. Essa resistência garantiu a preservação de sua autonomia, valor dos mais importantes, de acordo com essa versão oficial.

No livro/monumento *Memória de reitores*, essa versão é reafirmada em várias passagens. Aluísio Pimenta afirma que a UFMG conseguiu se manter “dentro da sua

¹⁰⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 118.

¹⁰⁷ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.

¹⁰⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 1989, p. 3-15.

dignidade, dentro da sua resistência”¹⁰⁹; Celso Pinheiro diz que a UFMG foi a única universidade que manteve sua integridade durante a ditadura militar¹¹⁰; de acordo com José Henrique dos Santos, “a Universidade nunca assimilou dentro de si a violência que vinha de fora; não consentiu em ser o braço estendido da repressão”¹¹¹. De maneira geral, todos relatam que existiu pressão, os reitores se sentiam ameaçados constantemente, mas o que ganha mais destaque é a “resistência” da UFMG. Nesse caso, a memória partilhada desse grupo de reitores, em sua seleção e em sua representação dos fatos do passado, acaba por dar maior destaque para as ações em que a universidade conseguia manter sua autonomia.

Não obstante, é importante ressaltar que existem outros acontecimentos que não são muito destacados por suas narrativas, entre eles a intervenção direta do regime militar na destituição de dois reitores da universidade, as várias invasões policiais em prédios da UFMG, (sede do DCE, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Medicina), a aposentadoria compulsória de docentes, o controle existente para que professores assumissem cargos de chefia, fossem admitidos na instituição e pudessem se afastar para estudos no exterior¹¹², a expulsão de estudantes pelo mecanismo do Decreto 477. Enfim, são muitas as circunstâncias em que essa “autonomia” exercida pela UFMG e reafirmada pelos entrevistados foi violentada pela ditadura.

Os relatos apresentados em *Memórias de Reitores*, como todas as memórias partilhadas, passaram e passam por um constante trabalho de enquadramento da memória¹¹³. Esse conceito pode ser compreendido como um quadro de referências para a elaboração de narrativas sobre o passado. Claro que a memória não pode ser construída arbitrariamente, e esse constante processo de reinterpretação do passado será limitado por uma exigência de credibilidade. Importante ressaltar que as interpretações serão sempre feitas em função dos combates do presente e do futuro da narrativa. Nas palavras de Candau: “Pela retrospectoção o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-los a encarar sua vida presente”¹¹⁴. As entrevistas presentes no livro foram

¹⁰⁹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 265.

¹¹⁰ Ibidem. p. 268.

¹¹¹ Ibidem. p. 269.

¹¹² Para relatos mais minuciosos sobre os impactos da repressão sobre os professores universitários brasileiros durante a última ditadura brasileira ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹¹³ POLLAK, Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. p. 9.

¹¹⁴ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 15.

concedidas na primeira metade dos anos 1990 e repercutiram o contexto da época. Muitos dos depoentes reafirmaram a importância da universidade pública, em um esforço por valorizá-la em época de descaso do governo federal com as instituições de ensino superior brasileira. Eram tempos em que o neoliberalismo avançava e, com ele, os investimentos federais nas universidades eram muito escassos, verbas de custeio para pesquisa e bolsas de estudos quase inexistentes e salários muito defasados para o funcionalismo público.

Uma das maneiras de controle da memória pode se dar pela escolha de quem são os testemunhos autorizados a relatar determinado acontecimento¹¹⁵. Um livro que se propusesse a construir a memória da universidade poderia ter optado por outros entrevistados. Ex-reitores foram escolhidos justamente por serem considerados pelas organizadoras como as vozes autorizadas. Se a obra fosse uma coletânea de entrevistas com sujeitos que atuaram no movimento estudantil e com professores que foram aposentados compulsoriamente ou impedidos de realizar seus estudos no exterior, o tom geral seria muito diferente, e a memória que seria legitimada institucionalmente seria outra. O controle da memória e seu enquadramento também pode se dar pelo emprego de “historiadores da casa”¹¹⁶. Uma das organizadoras da obra, a historiadora e, à época, professora da UFMG, Lucília Neves, já havia sido pró-reitora de Graduação nos anos 1990. A outra organizadora do livro, também historiadora, Maria Efigênia Lage, chegou a ser vice-diretora da FAFICH e chefe de gabinete do reitor Cid Veloso entre 1986 e 1990. Com isso, não quero dizer que houve uma manipulação consciente por parte das pesquisadoras que coordenaram a edição do livro. Entretanto, é possível afirmar que estavam afinadas com um determinado discurso sobre a universidade e seu passado, tanto que aceitaram a incumbência de organizar e de publicar o livro estudado. Além do mais, o formato do livro e o fato de ter sido encomendado pela Reitoria da instituição, configurando apenas o registro de alguns depoimentos, não era muito propício para a elaboração de um discurso crítico e analítico por parte das organizadoras da obra.

A memória de que a UFMG conseguiu preservar sua autonomia e se resguardar do autoritarismo do regime militar é quase unânime entre os ex-reitores entrevistados¹¹⁷.

¹¹⁵ POLLAK, Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

¹¹⁶ *Ibidem*. p. 10

¹¹⁷ Pela perspectiva apresentada nas entrevistas, o único ex-reitor que teve posições diferentes da maioria com relação à reforma universitária e à ditadura foi Orlando Magalhães Carvalho, que foi reitor de 1961 a 1964. De acordo com sua entrevista, não podemos dizer que Carvalho foi um apoiador da ditadura, mas mostrou certo ressentimento com o governo de João Goulart e o clima político anterior ao golpe, em que “baderneiros” tinham

Todavia, sabemos que as memórias dos indivíduos não são coerentes. Ao mesmo tempo em que acreditam que a universidade se preservou da violência, relatam casos de violação da autonomia da instituição.

Marcello Coelho, em seu depoimento, contou que, assim que tomou posse e montou sua equipe de trabalho, recebeu telefonema do então chefe da 4ª Infantaria Divisionária, órgão do Exército sediado em Belo Horizonte, General Gentil Marcondes, que o pressionou, dizendo que não aprovava alguns dos nomes designados para ocupar cargos de chefia em sua gestão. Coelho diz ter respondido:

Olha, general, eu nunca designei coronel seu. Portanto, eu espero que também o senhor não se meta nos meus designados, porque eu dirijo a Universidade, escolhido pelo Presidente da República. O senhor dirige o Exército, designado pelo Ministro do Exército. Então, eu acho que tenho que dar satisfações às autoridades do Ministério da Educação, como o senhor tem que dar ao Ministério do Exército”. Foi muito desagradável, ele bateu o telefone, acho que ficou numa situação muito tensa. Foi esse o relacionamento que houve¹¹⁸.

Não questiono a veracidade desse diálogo, mas é necessário problematizar o fato de que em sua entrevista, Marcello Coelho não faz nenhuma referência às interferências diretas que a Universidade recebia constantemente durante seu mandato, inclusive da própria 4ª Infantaria Divisionária do Exército (ID-4). Em sua entrevista, na sequência do trecho acima citado, Coelho afirma que “a única invasão da Universidade foi no tempo do Cisalpino”, algo que também não condiz com os fatos, já que as unidades da UFMG foram invadidas por forças policiais em várias outras ocasiões: a sede do Diretório Central dos Estudantes, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a Faculdade de Ciências Econômicas, são alguns exemplos¹¹⁹. Não são apenas os fatos narrados e descritos que devem ser levados em consideração na análise de memórias pessoais. Os silêncios e os não ditos também têm grande significado. Há uma razão para que alguns fatos sejam deixados de lado ou considerados menos relevantes. Os depoimentos concedidos para o livro *Memória de Reitores* fazem parte de uma narrativa de si mesmos, em que é buscada a coerência e um significado para todas as ações dos indivíduos.

muito espaço. Afirmou entre outras coisas, que o papel da universidade é o de formar elites, o que vai contra o tom geral das discussões sobre a reforma universitária brasileira que ocorriam no período de seu reitorado.

¹¹⁸ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 110.

¹¹⁹ As ações repressivas sofridas pela UFMG serão melhor abordadas no terceiro capítulo.

Em um de seus textos clássicos, Pierre Bourdieu chamou atenção para a existência de uma ilusão biográfica nas narrativas de vida¹²⁰. Essas narrativas, em primeira pessoa ou não, acreditam ilusoriamente na existência de coerência, na linearidade, no sentido e na finalidade nas trajetórias de indivíduos. Os relatos autobiográficos possuem sempre a característica de tentar dar sentido e estabelecer relações inteligíveis entre distintos momentos, estabelecendo relações de causa e consequência. O único elemento que unificaria a trajetória de um indivíduo como algo constante, “uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos”¹²¹, seria o nome próprio. A melhor maneira de compreender a trajetória de um indivíduo seria, então, superar a ideia de linearidade e pensar as relações em rede, refletindo sobre as relações objetivas entre os diferentes pontos da existência da pessoa estudada.

Yves Clot criticou a perspectiva objetivista de Bourdieu, que na verdade seria uma outra ilusão biográfica¹²². Ao escapar de uma perspectiva essencialmente subjetiva, cairia-se em uma objetiva em excesso, em que a trajetória de um indivíduo seria previamente determinada por uma matriz específica das relações objetivas. Uma representação mais equilibrada entre o subjetivo e o objetivo de uma trajetória de vida estaria em perceber que o comportamento humano estaria em encruzilhadas, no encontro de uma história social que situará constantemente o sujeito diante de novos problemas, e de uma história individual em que o sujeito terá dispostas diante de si uma pluralidade de vias a considerar. As narrativas dos ex-reitores presentes no livro tinham diante de si tanto o passado cujas feridas ainda estavam abertas, quanto o futuro que precisava ser guiado pela ação do presente, representada em seus depoimentos pela ideia de resistência. Resistência que teria se dado durante o regime militar, e também diante dos problemas enfrentados pela universidade na década de 1990, apontados em algumas das entrevistas da obra, como a falta de recursos para as instituições públicas e até a perspectiva de privatizações.

As memórias sobre a altivez da UFMG face ao regime militar foram apresentadas como caso único dentre as instituições de ensino superior brasileiras. Em 1964, nos primeiros momentos pós-golpe, foram criadas Comissões Especiais internas nas universidades, por ordem no Ministro da Educação e Cultura para a apuração de ações subversivas e indicação dos sujeitos ligados a essas ações. Em algumas instituições, as comissões funcionaram

¹²⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹²¹ *Ibidem*. p. 189.

¹²² CLOT, Yves. La otra ilusión biográfica. *Acta Sociológica*, n. 56, Cidade do México, p. 129-134, 2011.

efetivamente e levaram à expulsão de alguns estudantes e à cassação de docentes¹²³. Na UFMG, o então reitor da instituição, Aluísio Pimenta, instituiu uma comissão, mas que teve uma atuação apenas *pro forma*, sem funcionamento efetivo. Na entrevista concedida ao livro *Memórias de Reitores*, Aluísio Pimenta narrou a estratégia que teria sido utilizada na época pela Universidade:

Nós não podíamos, em hipótese nenhuma, fazer comissão para apontar ou indicar quem seria punido nem admitir a presença de ninguém estranho, muito menos de um militar. Procurei agir politicamente e tentar uma temporização, mas sem desviar um milímetro sequer do princípio da autonomia. Resolvemos nomear, com aprovação do Conselho Universitário, uma comissão interna de alto nível para fazer uma sindicância, que está registrada aí na Universidade. Assim afastaríamos a possibilidade de uma ação unilateral dos militares. (...) O General Carlos Luís Guedes não aceitou o processo. Acusou-me de proteger os “subversivos”, dizendo que aquilo era uma farsa, e que eu, reitor da Universidade, tinha nomeado uma comissão para dizer que na Universidade não tinha nada. Pedi-me uma audiência. Recebi-o em meu gabinete de reitor. Ele repetia as acusações. Rechacei-as energicamente. Ele deu um murro na mesa e eu dei dois. Ele se retirou e nunca mais nos falamos. Esse foi o início do processo que terminou com a intervenção na Universidade, pouco tempo depois. Considerávamos que se o General Guedes não estava satisfeito com os resultados da sindicância, ele deveria assumir a responsabilidade de um IPM. (...) Se não me engano, *foi a única Universidade brasileira que enfrentou o regime dessa forma*¹²⁴. (grifos meus)

As memórias constituídas em torno da afirmação de que a UFMG teria sido diferente da maioria das instituições de ensino superior e teria conseguido preservar sua autonomia foram constituídas por sujeitos que, como parte dos brasileiros que vivenciou o período da ditadura militar, esforçaram-se por construir um discurso coerente em que apareçam como pessoas que defenderam a acreditaram na democracia como um valor fundamental¹²⁵. Essa mudança de chave de leitura do passado se deu com a construção dos valores democráticos como algo positivo, desejado e defendido por todos. Tal constatação não é sinônimo de

¹²³ Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, a comissão funcionou a todo vapor e levou à cassação de dezenas de docentes da instituição. MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos da UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1968)*. Dissertação (Mestrado). PUC-RS, 2009.

¹²⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 54.

¹²⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. REIS FILHO, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

afirmar que os sujeitos entrevistados compactuaram com o regime militar, porém há que se refletir sobre a tendência de supervalorização das ações de resistência ao regime.

É fundamental destacar que os dirigentes da UFMG tampouco foram colaboradores do regime e não eram entusiastas da perseguição a estudantes, funcionários e docentes. Como já exposto na introdução, o grupo que liderava a universidade não pode ser interpretado de forma binária, resistência versus colaboração. Podem ser compreendidos como sujeitos que atuavam de maneira a evitar ao máximo os confrontos diretos com o regime, mas também se esforçavam por proteger a instituição da violência vinda de fora. As negociações com o regime eram prática comum, assim como atrasos propositais em responder aos questionamentos do sistema de informação, a busca de estratégias para não demitir ou conseguir contratar docentes não desejados pelos militares. Isso não significa que a UFMG teria se mantido autônoma durante a ditadura militar. Algumas pessoas foram protegidas e outras não¹²⁶.

Alessandro Portelli apresenta uma interessante ideia de que alguns episódios ganham com as narrativas sobre eles uma dimensão mítica:

um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura.¹²⁷

Dessa forma, podemos compreender a narrativa de resistência da UFMG diante do arbítrio da ditadura militar como a construção de um mito: não necessariamente uma mentira ou uma invenção. É, assim como a citação anterior de Portelli, uma formalização narrativa de uma determinada autoimagem do grupo dirigente da instituição no período. Essa mesma narrativa de resistência extrapolou a identidade de grupo, esteve e está presente em outros diferentes suportes de memória.

¹²⁶ Pretendo discutir a situação de pressões sofridas pela UFMG pelo sistema de informações no terceiro capítulo, em que serão debatidas algumas das ações repressivas que ocorreram na universidade.

¹²⁷ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 121.

1.3 Fontes orais e memórias silenciadas

Em 2006, em meio às comemorações dos 80 anos da Universidade Federal de Minas Gerais, a Reitoria solicitou ao Programa de História Oral da UFMG¹²⁸ que fosse realizada uma série de entrevistas com cientistas de destaque da universidade. O projeto fazia parte das comemorações que aconteceriam em 2007 e tinha por intenção constituir um acervo e uma memória sobre a ciência da UFMG. Por terem se desenvolvido no contexto de uma efeméride e por ser um projeto de iniciativa da própria administração da universidade, compreendo as entrevistas resultantes como documentos/monumentos que compõem a história oficial da universidade. Os entrevistados, informados previamente sobre o projeto, tinham consciência de qual era o objetivo das entrevistas e sabiam que era um projeto de memória institucional.

Os critérios de seleção dos entrevistados foram estabelecidos pela própria equipe de pesquisadores, mas a escolha se deu por um critério da própria instituição – os entrevistados seriam os pesquisadores ganhadores do Prêmio FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa). O prêmio foi instituído em 1986 e homenageia professores em atividade na UFMG que tenham realizado obras de valor para avanço de suas respectivas áreas. Mas, coincidentemente ou não, a grande maioria dos entrevistados eram sujeitos também importantes na administração da universidade e não só em suas áreas acadêmicas. Ocuparam cargos de direção anteriormente e também posteriormente às entrevistas.

Ao longo de pouco mais de um ano, foram entrevistados vinte e oito professores da UFMG, das mais diversas áreas e gerações. Mesmo sem ser o foco do projeto, a temática relativa ao período da ditadura militar tornou-se recorrente. Os entrevistados eram professores ou alunos no período do regime autoritário, e as mudanças que ocorreram nas instituições de ensino superior brasileiras durante o regime foram tão significativas que espontaneamente eram abordadas nas memórias dos depoentes¹²⁹.

Outras quatro entrevistas que serão utilizadas como fontes ao longo do estudo foram realizadas por mim em busca de esclarecer algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa¹³⁰. Com a intenção de compreender alguns aspectos do funcionamento da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFMG e das relações existentes entre direção da

¹²⁸ O centro de pesquisa teve seu nome alterado e hoje se chama Núcleo de História Oral.

¹²⁹ Essas entrevistas serão exploradas mais adiante.

¹³⁰ Foram entrevistados exclusivamente para esta pesquisa em 2016: Eduardo Osório Cisalpino, Irany Campos, Aldeysio Duarte e João Batista dos Mares Guia. Os três últimos foram servidores da UFMG (docentes e funcionário) que teriam sofrido com ações repressivas na universidade.

universidade e governo federal e órgãos de repressão, entrevistei o ex-reitor da universidade Eduardo Osório Cisalpino. O período das gestões de Cisalpino e de Marcello de Vasconcellos Coelho é o que abarca a maior parte da documentação do acervo AESI-UFMG¹³¹. E mesmo com várias publicações sobre a universidade relacionadas anteriormente, pouco ou quase nada se diz sobre a existência da assessoria. Com a entrevista de Cisalpino, tinha o objetivo de esclarecer melhor as relações anteriormente referidas e como elas se consolidaram no plano da memória de um dos membros do grupo dirigente da instituição no período da ditadura.

Eduardo Osório Cisalpino se graduou em Medicina pela UFMG e foi professor catedrático da Faculdade de Odontologia. No início da década de 1960, relacionava-se com o grupo de professores defensores da reforma universitária na instituição. Foi um dos articuladores da criação do Instituto de Ciências Biológicas e um de seus primeiros diretores¹³². De 1974 a 1978, foi reitor da universidade, período de consolidação do sistema de informações na instituição¹³³.

Outro entrevistado foi um feliz acaso. Em 2013, ao apresentar a comunicação “*O acervo da AESI-UFMG e as memórias da universidade sobre a ditadura*”, resultado de estudos desenvolvidos em minha monografia do curso de Especialização, na III Jornada Produção de Conhecimento pelos Técnico-Administrativos em Educação, fui interpelada pela presidenta do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (SINDIFES). A curiosidade da dirigente sindical era sobre a existência de registros ou de referências à perseguição política sofrida por algum servidor técnico-administrativo da universidade. Minha resposta foi negativa, pois dentro da comunidade universitária, o alvo número um eram os estudantes, e também há bibliografia e um repertório considerável de homenagens aos docentes da UFMG que foram aposentados compulsoriamente. Estes, como já explicado, receberam homenagens da universidade desde a anistia, em 1979. Foi assim que tomei conhecimento de um nome, citado pela presidenta do SINDIFES: Irany Campos, cassado pela própria universidade em 1969¹³⁴.

¹³¹ Marcello de Vasconcellos Coelho faleceu em 2004.

¹³² A gestão de Cisalpino como diretor do ICB foi de 1969 a 1973.

¹³³ As memórias do ex-reitor serão analisadas com mais atenção nos próximos capítulos, em que irei abordar a reforma universitária e as relações da universidade com o regime militar.

¹³⁴ A entrevista concedida por Irany Campos foi uma longa conversa. O entrevistado disse só aceitar conversar comigo porque eu era pesquisadora, já que não concede mais entrevistas para jornalistas, e também porque eu era “companheira”, se referindo ao fato de que também sou servidora da UFMG. Ao longo de toda a entrevista os pronomes utilizados eram constantemente na primeira pessoa do plural: “nossa universidade”, “nosso sindicato”, “nossa categoria”. Além disso, mesmo sabendo de antemão que o foco da minha pesquisa era o

Irany era técnico de laboratório do Hospital das Clínicas e ainda antes do golpe ingressou nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e participou da luta em defesa da legalidade em favor de João Goulart. Foi um dos fundadores da União dos Servidores da Faculdade de Medicina¹³⁵ e teve militância na tentativa de organizar os trabalhadores da instituição. Alguns meses após o golpe, Campos foi detido no DOPS de Belo Horizonte para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da União dos Servidores, da qual era presidente à época¹³⁶. Depois do golpe e de sua rápida passagem pelo DOPS, Irany começou a participar de reuniões da JOC (Juventude Operária Católica) e, em contato com alguns estudantes da universidade e percebendo que era o momento de radicalizar a luta revolucionária, iniciou militância na POLOP (Política Operária). Em 1967, o grupo a que pertencia percebeu que a luta da POLOP não surtia efeito e não era mais adequada. Nas palavras do entrevistado: “já a ditadura, a cada dia piorando mais a sua repressão e tal, a gente começou a chegar a conclusão, um grupo bom, que... a base de discurso só, de parada, de passeata só não ia derrubar a ditadura, né?”¹³⁷.

Assim o entrevistado justificou a criação da COLINA (Comando de Libertação Nacional) e a sua opção pela luta armada. Em 1969, Irany solicitou o gozo de seis meses de férias prêmio. Sua intenção era criar um alibi para que sua ausência não causasse estranheza enquanto ia a Uberlândia executar uma tarefa de organização da guerrilha. Enquanto estava ausente, um grupo importante de militantes da COLINA foi preso no Rio de Janeiro e, assim, Campos tornou-se procurado pelos militares e entrou na clandestinidade¹³⁸. Circulou por algumas cidades em busca de pessoas que o colocassem novamente em contato com o que restou da organização. Em uma das viagens, o ônibus que ia do Rio de Janeiro para Belo Horizonte em que estava sofreu um gravíssimo acidente, despencando de um viaduto. De todos os passageiros, apenas três sobreviveram, e Irany estava entre eles. Mas isso significou a sua prisão. Após internação e uma cirurgia para conter uma hemorragia interna decorrente do acidente, foi enviado para o DOPS-MG e lá foi torturado para que entregasse a localização de alguns companheiros. Após algumas idas e vindas, foi encaminhado para o presídio de

período da ditadura militar, falou mais sobre sua vivência no movimento sindical das décadas de 1980 e 1990, sempre fazendo o contraponto com os problemas “do nosso sindicato” no presente e sua falta de combatividade.

¹³⁵ Na época, o Hospital das Clínicas ainda era ligado e submetido à Faculdade de Medicina.

¹³⁶ De acordo com o entrevistado, a entidade foi fechada e só reabriu em 1967.

¹³⁷ CAMPOS, Irany. Entrevista a Iara Silva. 16 de junho de 2016.

¹³⁸ O COLINA foi o primeiro grupo armado a ser desmantelado pelo regime militar. O grupo também ficou conhecido por ter sido o primeiro a reconhecer assaltos a bancos como ações políticas. LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2009. p. 120.

Linhares, em Juiz de Fora. Apenas lá foi informado de que havia sido demitido de seu cargo na UFMG.

Em documentação presente no acervo AESI-UFMG, constam os processos internos abertos contra os membros do COLINA que integravam a universidade. Esses processos sumários foram abertos a pedido do então general da ID-4, Gentil Marcondes Filho, que enviou para o reitor os nomes dos estudantes envolvidos no Inquérito Policial Militar (IPM) do COLINA. A lista continha o nome de sete estudantes e o de Irany Campos, o único funcionário¹³⁹. A intenção era que os indiciados fossem enquadrados no Decreto 477/69. Por ser o único funcionário da instituição, Irany teve processo a parte dos outros, processo esse que foi conduzido na Faculdade de Medicina pelo professor Sylvio Gonçalves Coutinho, que deveria investigar prováveis infrações disciplinares praticadas pelo servidor e a possibilidade de sua punição¹⁴⁰.

No processo de Campos, constam os ofícios trocados entre o professor responsável pela condução da investigação e a ID-4 com a solicitação do depoimento concedido pelo acusado em sua prisão. De acordo com ofício de 30 de outubro de 1969, Irany teria confessado seu envolvimento com a organização revolucionária COLINA e também com vários assaltos ocorridos em Belo Horizonte¹⁴¹. Ciente de que Irany encontrava-se preso, o professor Coutinho solicitou ao general Marcondes filho a presença do acusado para que pudesse se defender, algo que nunca ocorreu. No relatório final do processo, apesar de concordar que eram verídicas e gravíssimas as acusações feitas ao funcionário, Sylvio Coutinho concluiu que as ações teriam sido todas praticadas antes de 26 de fevereiro de 1969, data da promulgação do Decreto 477 e não havia possibilidade de retroagir a aplicação da legislação. Entretanto, recomendou que mesmo que não fosse possível a aplicação do referido decreto, as ações de Irany Campos feriam o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e o ele poderia ser acusado em um processo administrativo de “incontinência pública e escandalosa” em razão de suas ações¹⁴². O diretor Versiani Caldeira acatou a decisão do relatório e, por meio de uma portaria de 11 de novembro de 1969, nomeou a comissão de

¹³⁹ Acervo AESI-UFMG, Caixa 12/69, maço 1, folha 2.

¹⁴⁰ Ofício confidencial do diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira, para o reitor em exercício Leônidas Machado Magalhães em 20/10/1969. Acervo AESI-UFMG. Caixa 12/69, Maço 1, folha 5.

¹⁴¹ Acervo AESI-UFMG, Caixa 12/69, Maço 12.

¹⁴² *Ibidem*.

inquérito para conduzir o processo administrativo com base na legislação dos servidores públicos¹⁴³.

O tempo de Irany Campos na prisão foi de aproximadamente um ano e meio. Em novembro de 1970, o embaixador da Suíça foi sequestrado, e a principal exigência para seu resgate era que setenta presos políticos, nominalmente relacionados em uma lista, fossem soltos e pudessem deixar o país. Irany era um dos nomes e, no dia 13 de janeiro de 1971, junto com outros prisioneiros, foi banido do país e partiu para o exílio no Chile. Com o golpe chileno em 1973, partiu pra o México, viveu também na Alemanha e em Angola. Retornou para o Brasil em 1979, com a anistia, e obstinado a retomar seu cargo na UFMG. Não quis ser reintegrado à universidade pela lei de anistia, para Irany, quem o mandou embora foi a universidade, portanto a própria universidade deveria ser responsável pelo ato de sua reintegração ao antigo cargo.

A entrevista de Irany, diferentemente das outras aqui analisadas, aponta para uma perspectiva muito diferente do que teria sido o envolvimento da UFMG com o regime e também sobre como a instituição lida com esse passado. Para Irany, mesmo antes do golpe, muitos docentes da instituição clamavam e apoiavam uma intervenção militar. Tanto que em sua entrevista citou a moção de apoio ao governo provisório aprovada no Conselho Universitário pouco tempo depois do golpe como prova do comprometimento de parte importante da comunidade acadêmica com os golpistas.

Luan Fernandes, em sua dissertação, menciona a referida moção que foi proposta pelo então diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira, em “apoio ao governo revolucionário”. Além dessa demonstração de apoio oriunda do mais importante órgão colegiado da universidade, duas unidades acadêmicas também fizeram questão de externar o seu apoio à derrubada de João Goulart. Fernandes também aponta para a existência de uma carta dos docentes da Medicina enviada para o general Luis Carlos Guedes parabenizando a iniciativa de buscar comunistas entre os estudantes estrangeiros da universidade e solicitando punição para os apoiadores do “comício comunista” do dia dois de março¹⁴⁴. A congregação do Conservatório Mineiro de Música (atual Escola de Música) aprovou “voto de aplausos e de

¹⁴³ Infelizmente, não consta no acervo o processo administrativo que teria concluído pela demissão de Irany Campos.

¹⁴⁴ Se referem à aula inaugural do ano letivo de 1964, proferida por Darcy Ribeiro.

irrestrita solidariedade às forças armadas e às autoridades civis, pela restauração da tranquilidade e do sossego à família brasileira”¹⁴⁵.

Eduardo Cisalpino, que era, na época, professor catedrático da Faculdade de Odontologia, ao ser indagado sobre a existência dessa moção de apoio, disse não se lembrar, mas afirma que o Conselho Universitário de então era muito dividido entre um grupo mais conservador, defensor da manutenção das cátedras e da independência das unidades acadêmicas, e outro reformista, que pretendia articular a modernização da universidade e apoiava o reitor Aluísio Pimenta. A lembrança de um e o esquecimento do outro não significa que Cisalpino está mentindo. Apenas denota que as narrativas que os indivíduos constroem para lembrar seu passado, no caso aqui estudado, estão sintonizadas com a imagem que têm sobre suas experiências vividas e sobre a instituição. Para Irany, a UFMG colaborou em diversos momentos com a ditadura e até hoje se mantém como uma instituição “extremamente autoritária, conservadora e antidemocrática”. Sua perspectiva é a de um sujeito que foi demitido e viveu no exílio político por quase dez anos e que em seu retorno militou e ainda milita no movimento sindical, mesmo após sua aposentadoria. Seu posicionamento político como um homem de esquerda e sempre disposto à luta foi por ele reafirmado em diversos momentos da entrevista. Expôs claramente sua visão política ao dizer que sempre foi e ainda hoje é um homem socialista e cristão. Para ele, ser cristão foi o que fez com que entrasse na revolução e, se ainda for necessário, diz-se disposto a fazer a agir do mesmo modo novamente.

A perspectiva do movimento sindical da universidade é diferente da que têm os dirigentes da instituição. Em livro publicado sobre a história da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH), há também uma visão diferente da oficial sobre como foi a relação da UFMG com o regime militar¹⁴⁶. A obra, como o próprio título define, tinha o objetivo de construir uma narrativa sobre os vinte anos de fundação da APUBH por meio de entrevistas realizadas com dirigentes sindicais. O momento fundacional da entidade teria relação com a invasão da Faculdade de Medicina por causa da tentativa de realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE). O movimento docente teria, então, surgido em defesa da democracia, da autonomia universitária e na luta pelo fim do regime militar em

¹⁴⁵ FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2016. p. 92.

¹⁴⁶ MAIA, Andrea Casa Nova; MENEZES, William Augusto. *APUBH: 20 anos: História Oral do Movimento Docente da UFMG*. Belo Horizonte: APUBH – S. Sind., 1998.

um contexto em que os dirigentes universitários eram vistos como pessoas de confiança da ditadura¹⁴⁷. Parte significativa da atuação da associação em seus primeiros anos se deu por denúncias aos arbítrios do regime, e um fato é destacado para relatar uma mudança de postura da universidade no final da década de 1970. A professora Maria Luiza Ramos, diretora em exercício da Faculdade de Letras, foi intimidada em seu gabinete por policiais federais que exigiam que ela fornecesse os endereços de alguns estudantes envolvidos no III ENE. Maria Luiza se recusou a passar os endereços, logo em seguida se demitiu de seu cargo e recebeu apoio dos colegas docentes. De acordo com *APUBH: 20 anos*:

A posição da professora Maria Luiza rompeu com uma tradição autoritária de cooperação entre Universidade e órgãos de repressão política instalada pelo Regime Militar. (...) Ela contribuiu para o surgimento de um novo padrão de relacionamento que poderia, doravante, ser imitado¹⁴⁸.

O trecho deixa clara a percepção de que até então o que teria vigorado no interior da comunidade universitária, principalmente por parte de sua administração, teria sido o clima de cooperação com a ditadura, e não de resistência, como apresentado em outros suportes de memória. A perspectiva de atores sociais que atuavam e atuam no movimento sindical da Universidade vai em direção oposta à perspectiva dos dirigentes da UFMG. Se estes supervalorizam a ideia de que a instituição resistiu bravamente ao regime e afirmam que a autonomia foi garantida, os primeiros exageram ao afirmar que a postura da universidade foi de cooperação com o regime. Em diversas circunstâncias, autoridades da UFMG protegeram membros da instituição das ações repressivas vindas de fora.

Em 2014, em ato para homenagear os quatro estudantes da UFMG que foram assassinados pela ditadura, a reitoria realizou uma homenagem em meio às celebrações e aos eventos que marcaram os cinquenta anos do golpe. O local escolhido foi um monumento localizado em frente à Biblioteca Central, inaugurado em 2004, de autoria do artista plástico Fabrício Fernandino, e intitulado *Liberdade*. O monumento é composto por quatro troncos de árvore cortados que estariam ali para memória dos estudantes Gildo Macedo Lacerda, Idalísio Soares Aranha Filho, José Carlos Novaes Mata Machado e Walkíria Afonso Costa¹⁴⁹. O ato

¹⁴⁷ MAIA, Andrea Casa Nova; MENEZES, William Augusto. *APUBH: 20 anos: História Oral do Movimento Docente da UFMG*. Belo Horizonte: APUBH – S. Sind., 1998. p. 32-33.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 65.

¹⁴⁹ Poucas pessoas que circulam diariamente pelo campus da universidade sabem que se trata de um monumento. Visto à distância e na prensa cotidiana parecem apenas tocos de árvores cortadas que ficaram ali esquecidos.

contou com a presença de representantes do Diretório Central dos Estudantes, da APUBH e do SINDIFES¹⁵⁰.

Irany Campos foi convidado pelo SINDIFES a participar do ato e a relatar a sua história. De acordo com ele, o próprio reitor da universidade, Jaime Arturo Ramirez, não tinha conhecimento de sua cassação, e em sua fala diante do público se comprometeu a estudar o caso de Campos. Na entrevista, Irany relatou que em seu discurso no ato teria afirmado:

olha aqui, o memorial, muito bem, agora isso aqui tem que ser assim, assim, tal, tal... e é bom lembrar, eu, como funcionário técnico-administrativo fui exilado, fui expulso da universidade e voltei, nunca fui anistiado aqui pela direção. Anistiarão os professores e eu não fui anistiado. Isso é pra vocês verem que o professor ainda é que manda na universidade do jeito que eles querem. Então, muito bem esse memorial aí, mas é bom lembrar que esse memorial representa alguma coisa que não tá acontecendo hoje aqui. (...) é bom lembrar, inclusive, que eu vivo nessa universidade e ela continua uma universidade extremamente conservadora, antidemocrática e continua até hoje. Até hoje. Não tô querendo ofender ninguém aqui não. Porque eu não condeno pessoas, eu condeno a estrutura. A estrutura é extremamente autoritária e extremamente antidemocrática. Eu sei que tem muito democrata aqui dentro. Talvez aqui... todos aqui sejam democratas, mas a estrutura é que é antidemocrática, antes de tudo, extremamente conservadora e que não quer desenvolver nada. É absurdo uma... uma universidade ser isso. Aconteceu isso, isso, isso e tal, tal. E vocês [inaudível], até hoje os professores todos se consideram donos da universidade, e nós trabalhadores técnico-administrativos somos apenas alguns serventes deles e nada mais, não somos respeitados como devia porque eles também não são respeitados... muitos não são respeitados como deviam também. Agora, é um absurdo depois de tantos anos ainda existir esse negócio que existe aqui agora também. Vamos ver agora que tá completando aí cinquenta anos de golpe militar, vamos ver se isso muda aqui né?¹⁵¹

No entendimento do entrevistado, ele teria tido um tratamento diferente da instituição por ser funcionário administrativo e não professor. Seu caso foi o único em que a demissão partiu de processo administrativo interno, claro que devido a uma solicitação do general da ID-4, mas mesmo assim se diferencia das outras cassações que se deram por publicação no Diário Oficial da União e sem envolvimento da UFMG. O que diferencia Irany dos outros é o grau de seu envolvimento com o combate à ditadura. As acusações que enfrentava no processo consultado no acervo da AESI são muito graves, como o envolvimento em assaltos e com movimentos revolucionários. Sua atuação política foi muito mais radical do que de

¹⁵⁰ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA UFMG. *UFMG faz homenagem a estudantes mortos na resistência à ditadura e divulga nota sobre os 50 anos do golpe civil-militar*. 31 de março de 2014. Disponível em <https://www.ufmg.br/online/imprensa/arquivos/032586.shtml>. Acessado em 30 de junho de 2016.

¹⁵¹ As citações de entrevistas são baseadas na transcrição integral das mesmas. Optei por não alterar nem editar as reticências, repetições e informalidades características da oralidade. CAMPOS, Irany. Entrevista a Iara Silva. 16 de junho de 2016.

qualquer outro dos exonerados na universidade. Acredito que a maior mágoa de Campos seja em razão do que não ocorreu com o fim da ditadura: o reconhecimento institucional de que sua demissão foi devido ao seu posicionamento político, e não por “incontinência pública e escandalosa”.

A memória, assim como toda atividade de pensamento, opera por discontinuidades, selecionando acontecimentos e conjunturas para conhecer e para explicar o que se passou. Na análise das entrevistas, é imprescindível levar em conta que existem silêncios e não ditos e não se pode cair na armadilha de classificá-las como verdades ou mentiras. Trata-se de reconhecer e de saber que as hesitações, os silêncios, as palavras ditas e as não ditas, os lapsos e as divagações, são todos elementos integrantes e estruturantes do relato¹⁵².

Ao analisar as entrevistas do projeto Memória Oral da Ciência e também a de Cisalpino, é possível perceber que, de modo geral, há uma memória quase unânime de que a UFMG teria conseguido se preservar do lado mais repressor da ditadura e não teria sido afetada pela violência do regime. A autonomia teria sido preservada em razão da união dos segmentos da comunidade universitária, que com a configuração de um “inimigo comum” não se fragmentou e conseguiu evitar interferências. Mais uma vez é possível perceber que a memória não é coerente, já que, ao mesmo tempo em que muitos acreditam que a UFMG se preservou, relataram eventos violentos por parte do regime, como a invasão de prédios. Professora emérita da Faculdade de Educação, Magda Becker Soares, narrou momentos de tensão que ocorreram em um cerco à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, nos anos 1970, em que a Polícia procurava pelo Presidente do DCE:

Nossa, o que se correu de risco aquela época. Deus me livre! As pessoas que não viveram aquilo não fazem ideia do que foi na Universidade, o que a gente enfrentou. Aqui na FAFICH, eu, como professora, nova ainda né? A polícia invadindo a FAFICH, queriam pegar o Waldo, que era o presidente do DCE, aí fomos todos lá pro último andar. E a polícia cá embaixo, esperando a [inaudível] subir e esperando um jeito do povo descer, soltava gás lacrimogêneo, que é a pior coisa que eu já passei na vida. Então, você já pensou, professores e estudantes juntos enfrentando isso¹⁵³.

A solução encontrada para o impasse, de acordo com a entrevistada, foi uma negociação feita pelo então diretor da FAFICH, Artur Versiani Velloso com a Polícia Militar,

¹⁵² VOLDMAN, Daniele. Definições e Usos. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁵³ SOARES, Magda Becker. Entrevista a Maria Eliza Borges e Lucas Menezes, em 6 de fevereiro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

em que os professores poderiam sair do prédio. Com esse acordo, coube à professora Magda levar o presidente do DCE no porta-malas de seu carro, furando, assim, o cerco policial. Segundo Magda Soares, mesmo com toda a repressão à UFMG, foi um período de muita união da comunidade universitária:

Foi muito que a gente sofreu nessa época, mas exatamente por isso, eu acho que não foi um retrocesso, sabe? Quem dera que essa meninada de hoje tivesse a força e a coragem que aquela juventude teve na época, de enfrentar aqueles militares, sabe. Aquelas medidas repressivas e tal... Eu acho que isso fortificou muito a Universidade, sabe? Porque era um grupo unido, contra um inimigo muito bem configurado¹⁵⁴.

A fala, com um tom de romantismo e também de saudosismo, é típica de discursos sobre o passado. Genericamente, há uma tendência de esquecermos (ou de não quereremos relatar) o que foi negativo do passado. Há que se lembrar que essa referida união entre estudantes e professores não era uma unanimidade e nem foi permanente. Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que estudantes e professores não formavam dois blocos homogêneos. Havia professores e estudantes conservadores, apoiadores do regime, contestadores do regime, conciliadores. Há uma tendência maniqueísta de pensar os grupos como unidades, mas sabemos que isso não era real. Além disso, a narrativa da professora, como é comum em relatos de memória, confundiu-se com as datas e o nome do diretor da FAFICH à época. Pela sua entrevista, é possível concluir que ela se refere ao cerco policial feito ao edifício da rua Carangola em agosto de 1968, que buscava prender algumas lideranças estudantis. O diretor que se recusou a permitir a invasão da faculdade pela Polícia Militar era Pedro Parafita de Bessa, e não Versiani Veloso¹⁵⁵. Parte importante da riqueza das fontes orais não está na exatidão e precisão dos dados, mas sim na própria subjetividade dos mecanismos seletivos da memória, que fazem com que determinado indivíduo considere uma narrativa fundamental no relato de sua trajetória na universidade.

No que se refere à relação da administração da Universidade com o movimento estudantil, há variações. A situação entre os dois segmentos da universidade foi, em diversos momentos, tensa. Os diversos episódios em que a autonomia da universidade foi colocada em cheque e até mesmo desrespeitada serão abordados com mais atenção no terceiro capítulo do

¹⁵⁴SOARES, Magda Becker. Entrevista a Maria Eliza Borges e Lucas Menezes, em 6 de fevereiro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

¹⁵⁵FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2016. p. 188.

trabalho. Mas um dos eventos mais marcantes foi a tentativa frustrada de realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE) nas dependências da Faculdade de Medicina em 1977.

Na metade final da década de 1970, houve uma mudança de perspectiva do movimento estudantil. Não mais buscavam o enfrentamento direto, não defendiam mais a luta armada e nem tinham grande líderes. Para Angélica Müller, os estudantes organizados estavam agora orientados por uma nova cultura política, caracterizada pela defesa dos princípios democráticos, não mais pelo ideal de revolução que era o norte no final dos anos 1960¹⁵⁶. A luta principal era derrubar a ditadura, mas para que isso fosse possível, os estudantes acreditavam que teriam que conquistar o apoio popular. Rearticular a UNE e o movimento estudantil a nível nacional era então considerado um passo fundamental para isso, e com essa intenção se pretendia realizar o III ENE, marcado para acontecer em Belo Horizonte no dia 04 de junho de 1977.

Com o intuito de evitar que o encontro acontecesse, as polícias militares agiram nos seus próprios estados evitando a saída dos ônibus que levariam os estudantes para a capital mineira. Vários também foram presos nas proximidades de Belo Horizonte. Os que conseguiram escapar do esquema de segurança, aproximadamente quatrocentos estudantes, reuniram-se na Faculdade de Medicina, mais especificamente no seu Diretório Acadêmico. O então governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, seguindo as normativas do ministro da justiça, Armando Falcão, ordenou que a polícia militar cercasse a faculdade¹⁵⁷. Após horas de tensão e de negociações envolvendo o então reitor da UFMG, Eduardo Cisalpino, todos os estudantes foram detidos.

Em sua entrevista, Cisalpino relata que, antes mesmo do dia marcado para o encontro, teria recebido um aviso ministerial que incumbia o reitor de impedir que o evento acontecesse nas dependências da universidade. Diante disso, argumentou para o ministro que não tinha controle de tudo o que acontecia na UFMG, devido ao seu tamanho e da quantidade de prédios espalhados pela cidade. Entretanto, teria se reunido com os estudantes, comunicando que não tomaria nenhuma atitude para proibir que se reunissem nas unidades da universidade.

¹⁵⁶ MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle. Université de Paris 1 – Pantheon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010. p. 148.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 168-169.

Diante do cerco imposto à Medicina no dia da realização da reunião, Eduardo, como reitor, assumiu o papel de intermediar as negociações com os estudantes para evitar a invasão e as possíveis consequências de um confronto direto. Uma das exigências dos estudantes era que fosse entregue uma carta de reivindicações ao governador, e o portador deveria ser Cisalpino. Ele levou a correspondência em mãos para Aureliano Chaves e negociou com ele e o general do exército a rendição dos estudantes. Disponibilizou ônibus para transportar os jovens para que fossem fichados, evitando, assim, o uso de camburões, e ainda os acompanhou em um dos ônibus.

Fui com os meninos pro... pra Gameleira. E de lá eu então procurei dar maior... eles ficaram nas baías dos cavalos, sabe? Aí nós conseguimos que no Hospital das Clínicas que levassem cobertores, sabe. Nós... água pra eles, depois fizeram... os professores lá no campus de saúde fizeram sanduíche e levamos pros meninos, sabe. Aí nós demos uma assistência. E eles, a polícia, quer dizer, o grupo que tava lá identificando os meninos me deixaram no sereno. Eu não liguei não, sabe. Então, na hora que eles acabavam de identificar o menino, eu... eu pegava o estudante e ia com eles até o portão da Gameleira ali e falava: some! Some. Mas some de fato. Aí tinha os pais, parentes às vezes, quando não tinha o menino dava um jeito. Aí, porque eu... aí o Aureliano na hora que eu fui despedir, que eu ia lá com os meninos, o Aureliano falou assim: olha, na hora que não tiver mais menino preso, você me avisa, sabe. Quando foi seis horas da manhã mais ou menos eu liguei pro Palácio, lá pro gabinete e... "olha o governador tá"... Olha, você lembra o governador porque ele falou pra falar isso com ele. Foi lá no Aureliano, o Aureliano atendeu, falei: ó, aqui na Gameleira, governador, não tem mais ninguém, mas e no DOPS e essas coisas todas? Ele falou assim, perafá. Ligou pro delegado. "Não, no DOPS também não tem mais ninguém". Então o terceiro ENE foi desse jeito¹⁵⁸.

As memórias que os entrevistados têm sobre o período da ditadura militar muitas vezes contrariam elementos presentes em outros tipos de documentação. Ramayana Gazinelli, professor aposentado da Física, relata em sua entrevista como era feita a escolha de reitores da UFMG. O Reitor era nomeado com base em uma lista sêxtupla formulada pelo Conselho Universitário da universidade. De comum acordo, os membros do Conselho decidiram formular listas em que todos os nomes indicados seriam de sujeitos comprometidos em preservar a autonomia da instituição. De acordo com ele: “agimos de uma maneira um pouco maquiavélica”¹⁵⁹. Em uma dessas listas foi incluído o nome do jovem professor, Marcello de Vasconcellos Coelho, no sentido de que se algum dos outros nomes falhasse, ele seria uma escolha razoável. Marcello Coelho, como apontado anteriormente, era cunhado do General

¹⁵⁸ CISALPINO, Eduardo Osório. Entrevista a Iara Silva. 10 de junho de 2016.

¹⁵⁹ GAZZINELLI, Ramayana. Entrevista a Otávio Dulci, Mauro Condé e Pierre Pimenta. 14 de novembro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

Antonio Carlos Murici, e talvez devido a isso tenha sido nomeado Reitor da UFMG. Sua missão teria sido, de acordo com o relato de Ramayana, salvar a universidade do furor repressivo do governo federal, e teria conseguido, já que, para ele, a UFMG não teve nenhum tipo de serviço de segurança¹⁶⁰.

Provavelmente, o entrevistado se refere à AESI e se engana em sua afirmação. A universidade, desde 1971, já tinha funcionando junto à Reitoria sua assessoria de segurança e informações. Essa memória conciliadora de que a UFMG conseguiu formar uma unidade contra as tentativas de ações repressivas por parte do Estado está presente em grande parte das entrevistas. Por outro lado, as ações violentas de perseguição, de censura, de repressão, e o clima de tensão existente são muitas vezes esquecidas, ou têm sua importância reduzida. Relatar que essa unidade não era inabalável e que existiam conflitos, por exemplo, entre a administração da universidade e o movimento estudantil, considerado muito radical, jogaria por terra o discurso da tranquilidade que reinava na UFMG.

Entre os relatos concedidos para o projeto Memória Oral da Ciência há um claro contraponto às memórias conciliadoras: o do professor da Escola de Veterinária, pesquisador de Epidemiologia Animal, Élvio Carlos Moreira. Nos anos 1960, Élvio foi militante de organizações de esquerda, entre elas a Política Operária (POLOP), e, em 1969, foi preso em uma ação conjunta do DOPS, da PM mineira e do Exército. Foi indiciado em um IPM, ficou detido no presídio de Neves, sofreu torturas que lhe deixaram como seqüela um zumbido no ouvido. Para além dos traumas que isso trouxe para a vida do professor, suas atividades políticas também repercutiram em sua carreira docente. Em sua entrevista, o professor Élvio relata em detalhes como foi impedido de sair do país, em 1976, para doutoramento. Ele havia sido aprovado, tinha bolsa, mas, de acordo com suas memórias, foi considerado “não recomendado” pelo SNI e não pôde ir para os Estados Unidos realizar o curso. Consequentemente, sua esposa, que também havia conseguido bolsa para doutoramento no mesmo lugar, decidiu não ir sem o marido. Segundo o professor Élvio Moreira, em uma conversa informal com o então reitor Eduardo Cisalpino, este se comprometeu a entrar em contato direto com o então Ministro da Educação e Cultura, Nei Braga, e conseguir a liberação para sua saída do país. A resposta que o Reitor teve foi de que Moreira era “não recomendado pelo SNI”.

¹⁶⁰ GAZZINELLI, Ramayana. Entrevista a Otávio Dulci, Mauro Condé e Pierre Pimenta, 14 de novembro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

Com a Anistia em 1979, Élvio teve a iniciativa de procurar descobrir o que ocorreu e de buscar a documentação em que constaria o veto do Sistema de Informações. Em suas palavras:

Eu vou lá na Reitoria e pego a minha pasta funcional e a pasta da minha esposa, e o processo abortou, e não tem nenhum responsável pelo aborto do processo. Passou em tudo, na Câmara, Congregação, Conselho Universitário, Conselho de Ensino e Pesquisa, parecer do professor Hugo Pereira Godinho, tudo! A minha aprovação aqui dentro da UFMG, o processo vai para o MEC, e eu não saí, menina, nem minha mulher! Ué, o processo ficou inconcluso. Eu não pedi desistência, eu não desisti. Cadê o documento que eu não posso sair, eu e minha mulher, processo administrativo, nem nada. Aí eu vou na Biblioteca Central da UFMG, o período que eu estive preso, não tem registro não! Mas como não?! Eu fiquei quatro meses fora da escola e pagaram o salário? Não existiu, a... aquele negócio... mas que troço, ih... comecei a lembrar da minha infância e adolescência lá no Marconi, evém o tal do Kafka aí, mas que historia é essa, eu não tenho processo! Olha bem, menina, esse país é gozadíssimo¹⁶¹.

Na investigação que o próprio Élvio classificou de kafkiana, ao conversar com o então diretor da Escola de Veterinária da época, soube que o SNI o havia liberado, com a condição de que o reitor Cisalpino assinasse um documento em que se responsabilizaria pela conduta do professor nos Estados Unidos, e o reitor haveria se recusado a assinar tal documento. Moreira, na entrevista, é compreensivo e diz que “os milicos [estavam] aqui em cima da universidade” e para o reitor seria realmente muito complicado ter mais um problema¹⁶².

Nas conciliações feitas pela memória, as contradições do discurso passam despercebidas pelo próprio depoente. Antonio Pires, professor do Departamento de Física, perguntado sobre a vigilância sobre os temas de pesquisa na UFMG durante o regime militar afirmou que:

cada um poderia trabalhar em pesquisa e fazer o que queria. *Se alguém não se envolvesse com política... política que eu estou falando assim, com movimentos de esquerda e esse tipo de coisa, não havia problema. É verdade que alguns físicos na época começaram a se envolver com movimentos de esquerda, e alguns foram... cassados na época, tiveram alguns problemas. Mas aqueles que queriam dedicar somente à pesquisa, esses não tiveram o menor problema. Não havia pressão sobre o quê que a pessoa deveria fazer, que tipo de pesquisa que deveriam fazer, isso... não teve, está certo? Inclusive até saída para o exterior... queria sair para ir em*

¹⁶¹ MOREIRA, Élvio Carlos. Entrevista a Maria Eliza Borges, Mário Sérgio Castro e Almeida, 3 de julho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

¹⁶² Na entrevista com Cisalpino perguntei se se lembrava de interferência da ditadura para a liberação de docentes para viagem ao exterior e a resposta foi negativa. Mais uma vez ressalto que isso não é sinônimo de mentira, apenas mais um exemplo de como a memória opera na construção das narrativas individuais.

congresso, esse tipo de coisa, a pessoa não tinha o menor problema, saía... às vezes, quando eles impunham restrições política para a saída... quando a gente dizia que ia em um congresso, que era uma... um projeto de colaboração científica, não tinha a menor dificuldade de sair, eles não impunham qualquer empecilho¹⁶³. (Grifos meus)

Curioso atentar para o fato de que no mesmo trecho o entrevistado afirmou duas coisas distintas. Afirmou que cada um poderia fazer o que quisesse, sem nenhuma pressão sobre o tipo de pesquisa que deveriam fazer, desde que “não se envolvesse com política” e com os movimentos de esquerda. Ou seja, alguns físicos não podiam pesquisar o que quisessem e sofreram constantes pressões.

Também professor do Departamento de Física, Ewaldo Mello de Carvalho tem uma memória semelhante à do professor Antonio Pires. Para ele:

Foi o período melhor que nós tivemos para ordenar, e na Universidade, é... e na Universidade. O pessoal pode falar o que for, eu acho que os militares no início eles... eles eram... eles realmente tinham o interesse em ser democráticos, eu não entendo de política e vou falar muito pouco disso. Mas o que a gente sentia, eu tive ordenado de dois mil dólares, fazendo a conversão, e eu era o que? Professor adjunto¹⁶⁴.

A memória dos grupos que apoiaram o golpe e o regime militar é pouco valorizada e estudada. Até porque esses mesmo sujeitos, conscientes de que a sociedade brasileira contemporânea rejeitaria sua militância, optam na maioria das vezes pelo silêncio. Em obra que analisa a militância das mulheres da Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE) e suas memórias, Janaína Cordeiro relata as dificuldades que teve em conseguir entrevistá-las¹⁶⁵. Conseguiu o depoimento de apenas três ex-militantes da CAMDE, que optaram por conceder a entrevista em grupo e terem sua identidade preservada, “o que não deixa de ser uma forma de falar e não falar, testemunhar e silenciar ao mesmo tempo”¹⁶⁶.

Nas entrevistas do projeto Memória Oral da Ciência e no livro com entrevistas de ex-reitores, são vários os silêncios. Não há nenhuma referência à existência da AESI-UFMG, nem aos constantes conflitos entre os reitorados e o movimento estudantil, inclusive com a

¹⁶³ PIRES, Antonio Sérgio Teixeira. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Iara Souto Ribeiro Silva, 6 de agosto de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

¹⁶⁴ CARVALHO, Ewaldo Mello de. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Mário Sérgio Pollastri de C. e Almeida. 16 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

¹⁶⁵ CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

¹⁶⁶ *Ibidem*. p. 138.

censura a jornais. As ausências e os não ditos não retiram a validade das entrevistas. Eles devem ser interpretados e considerados parte da narrativa construída. De acordo com Laborie, “o silêncio não é apenas uma perda de memória, não é o esquecimento, menos ainda uma prova do esquecimento. Se ele pode ser o isolamento e a preservação obstinada do segredo, ele é menos uma recusa de se recordar que uma maneira de recordar”¹⁶⁷.

O objetivo deste capítulo foi apresentar e analisar suportes de memória que constituem uma determinada versão sobre a instituição e sua relação com o regime durante a última ditadura militar. Em um presente em que a democracia se estabeleceu como valor fundamental, o que ganhará espaço nas narrativas sobre o passado em um regime autoritário serão as ações em que se desafiava o próprio regime, ou, nas palavras dos depoentes, a “resistência” da UFMG. É possível, assim, afirmar a existência de um passado incômodo, em que em algumas situações, mesmo a contragosto, foi necessário que os dirigentes da universidade trabalhassem em conjunto com a ditadura, seja alimentando os órgãos do sistema de informações ou executando as ordens de afastamento de estudantes e de docentes. Essa temática será melhor abordada nos próximos capítulos em que pretendo analisar como a reforma universitária e as relações com o sistema de informações são (ou não são) abordado nas memórias estudadas.

¹⁶⁷ LABORIE, Pierre. De la guerre d’Espagne a la Liberation, Paris: Seuil, 2003. Apud CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 141.

2. A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFMG

2.1 Modernização das universidades brasileiras

De acordo com Maria Auxiliadora Nicolato, a defesa de uma reforma universitária existe desde que foram criadas as primeiras universidades no Brasil, na década de 1920. Para a autora, a forma como estas instituições foram concebidas, como a aglutinação de faculdades já existentes, apresentava sérias falhas de desempenho desde seus primeiros anos.¹⁶⁸ O crescimento dos debates e das reivindicações por uma urgente reforma universitária no Brasil ganharam corpo no início da década de 1960. A percepção de que o modelo universitário do Brasil era arcaico e que alterações em sua estrutura eram necessárias era um consenso inclusive entre setores liberais e de esquerda. Os projetos e ideias do que seria o modelo ideal de universidade é que eram divergentes¹⁶⁹.

A discussão sobre as reformas de base colocadas no governo de João Goulart incorporou a demanda da militância estudantil e bandeira de luta da União Nacional dos Estudantes pela urgência de alteração de estruturas das universidades brasileiras. O movimento estudantil realizou seminários nacionais específicos para debater qual modelo de universidade seria o ideal para a realidade brasileira. Apresentada na Declaração da Bahia, de 1961, e na Carta do Paraná de 1962, a bandeira de luta da UNE defendia que as universidades deveriam contribuir para a transformação social, ajudar no desenvolvimento econômico do país, ser ator participativo na solução dos problemas nacionais¹⁷⁰. A questão central que os estudantes organizados em torno da UNE colocavam era: universidade para quem? Enxergavam que qualquer mudança na estrutura das universidades brasileiras deveria ser acompanhada de mudanças da estrutura social do país como um todo¹⁷¹. Consequência do acirramento e da radicalização da luta estudantil, em 1962 foi desencadeado o movimento que ficou conhecido como Greve do 1/3, que tinha como principal pauta a adoção da composição de um terço de estudantes em todos os órgãos colegiados das instituições de ensino superior.

¹⁶⁸ NICOLATO, Maria Auxiliadora. *A caminho da lei 5540/68. A participação de diferentes atores na construção da reforma universitária*. (Dissertação) Mestrado. Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 1986. p. 10.

¹⁶⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁷⁰ CUNHA, Janaina Dias. *A reforma universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional durante a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

¹⁷¹ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 52.

Os estudantes permaneceram em greve por três meses e não conseguiram ter sua reivindicação atendida¹⁷².

Dentre as pautas relativas a propostas de mudanças nas universidades brasileiras debatidas pelo movimento estudantil a situação dos excedentes foi das que causou maior agitação e mobilização na década de 1960. Os excedentes eram os candidatos ao vestibular que eram aprovados, obtinham as médias necessárias para ingressar nos cursos de graduação, mas não conseguiam se matricular nas instituições por falta de vagas. O fluxo de jovens em busca do ensino superior se ampliou em todo o mundo na década de 1960. Desde o final da década de 1950, o ensino superior brasileiro ampliava significativamente seu número de estudantes matriculados, porém ainda não dava conta de atender a demanda.

Em tabela reproduzida em sua dissertação de mestrado, Cristina Helena Almeida de Carvalho apresenta a evolução do número de matrículas no ensino superior brasileiro e como cresceu em ritmo acelerado. Desde a década de 1940, é possível perceber o aumento no número de matrículas, mas a década de 1960 apresentou um aumento ainda mais significativo que as décadas anteriores.

TABELA 1

Evolução do número de matrículas no ensino superior

Ano	Total	Crescimento	Índice
1939	21.235	-	100
1949	37.548	76,82%	177
1959	86.603	130,65%	408
1969	342.886	295,93%	1.615

Extraído de CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964-1984)*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, 2002. p. 44.

Duas novas instituições estavam no centro dos debates do que deveria (ou não deveria) ser o modelo de modernização da universidade brasileira. Ambas tinham em sua estrutura alguns dos aspectos reivindicados por intelectuais do país defensores da reforma universitária: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e a Universidade de Brasília (UnB). O ITA foi

¹⁷² SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas, SP: Editoria Alínea, 2008. p. 49

criado em 1947, e trazia, desde seu projeto, uma estrutura revolucionária para os padrões brasileiros, com a adoção do sistema departamental, flexibilidade curricular, período letivo semestral, dedicação exclusiva do seu quadro de professores e uma carreira docente baseada no desenvolvimento da pesquisa e na qualificação técnico-científica dos profissionais¹⁷³. Porém, o ITA não possuía formato similar a de uma universidade, já que era restrito a uma área específica de conhecimento. Além disso, a instituição não fora criada com a pretensão de influenciar todo o resto do sistema de ensino superior brasileiro¹⁷⁴.

A Universidade de Brasília, fundada em 1962 na nova capital do país, já nasceu com ares modernos. Seu principal criador, Darcy Ribeiro, instituiu uma universidade que deveria ser mais do que um centro de ensino, também deveria se dedicar à pesquisa e já nasceu com cursos de pós-graduação. A instituição foi criada no modelo departamental e era organizada em institutos. Assim como o ITA, pagava bons salários e adotava o regime de dedicação exclusiva para seus docentes, além de adotarem o sistema de créditos¹⁷⁵. Desde o início de seu funcionamento, mesmo que a universidade idealizada ainda não estivesse em pleno funcionamento, a UnB foi alvo de protestos conservadores contra o “caráter marxista” do ensino ministrado na instituição¹⁷⁶.

A tomada do poder pelos militares com o golpe em 1964 não significou uma imediata adoção de medidas reformistas nas universidades. De acordo com Motta, os anos iniciais do regime militar, de 1964 a 1967, tiveram como marca uma indefinição de quais políticas adotar. Os setores mais liberais defendiam que deveriam ser cobradas mensalidades nas instituições públicas, e que o ensino deveria ter maior ênfase na técnica e deixar de lado a tradição mais humanista¹⁷⁷. Em 1965, ainda em meio a indefinições sobre quais rumos deveriam ter as universidades brasileiras após o golpe, o Ministério da Educação e Cultura contratou os serviços do consultor norte-americano Rudolph Atcon. Desde a década de 1950,

¹⁷³ NICOLATO, Maria Auxiliadora. *A caminho da lei 5540/68. A participação de diferentes atores na construção da reforma universitária*. (Dissertação) Mestrado. Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 1986. p. 17.

¹⁷⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 69.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ CUNHA. *A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 40.

¹⁷⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Atcon havia se especializado em planejamento e gestão universitária e atuou na América Latina prestando consultorias¹⁷⁸.

O que o MEC queria de Rudolph Atcon era que realizasse um diagnóstico sobre as condições da universidade brasileira de então. O consultor visitou doze instituições em diferentes regiões do país para subsidiar seu estudo e formulou um relatório final, *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, documento que ficou conhecido como Relatório Atcon¹⁷⁹. Nele, o consultor estadunidense destacou o arcaísmo das instituições de ensino superior brasileiras e apontou como sugestões de modernização questões que também seriam repetidas pelos consultores da *United States Agency for International Development* (Usaid), como a criação de departamentos, a centralização administrativa das universidades, a necessidade de uma autonomia maior em relação ao Estado, o investimento na construção de campi universitários e a diversificação das fontes de financiamento das instituições. Para Fávero, o Relatório Atcon é uma recomendação para as universidades brasileiras de implantação de uma nova estrutura administrativa baseada no modelo empresarial, que teria como finalidade o rendimento e a eficiência, e não a produção acadêmica de qualidade¹⁸⁰.

Em meados de 1965, foram assinados os acordos MEC-Usaid, estopim de parte da revolta estudantil nos anos seguintes e que se tornaram, para o movimento estudantil, prova maior da presença do imperialismo no Brasil. Mesmo anteriormente à Guerra Fria, já havia presença estrangeira na educação superior brasileira. Houve presença de europeus na constituição da Escola de Minas de Ouro Preto ainda no século XIX, na criação da USP na década de 1930. A fundação da Escola Superior de Agricultura de Lavras em 1908 foi iniciativa de estadunidenses, a atual Universidade Federal de Viçosa contou também, desde sua criação como Escola Superior de Agricultura na década de 1920, com a participação de norte-americanos. Entidades privadas dos Estados Unidos, como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford já atuavam nas faculdades e nas universidades brasileiras mesmo antes da assinatura do convênio¹⁸¹.

¹⁷⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 77.

¹⁷⁹ As universidades visitadas para subsidiar o relatório foram: UFPA, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFBA, UFMG, UFSC, UFRJ, UFSM, UFRS e PUC-RS.

¹⁸⁰ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados, 1991. p. 57.

¹⁸¹ *Ibidem*. p. 110.

Entretanto, mesmo com a existência de relações entre estrangeiros e o ensino superior do país, nenhum desses envolvimento de entidades privadas ou fundações implicava em envolvimento oficial do governo dos Estados Unidos na educação brasileira. Do ponto de vista do governo norte-americano, a preocupação com a América Latina ganhou importância maior com a Revolução Cubana em 1959, que passou a criar políticas e programas com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos países ao sul, esvaziando, assim, o apelo revolucionário. Os acordos MEC-Usaid tinham, portanto, um objetivo fundamentalmente político – garantir a permanência do Brasil em sua área de influência¹⁸².

Propriamente falando, os acordos MEC-Usaid foram sete convênios assinados entre 1965 e 1966 na área educacional entre o Ministério da Educação Brasileiro e a *United States Agency for International Development*. Os acordos também diziam respeito ao planejamento conjunto de algumas mudanças na educação básica, mas o acordo que tratava do ensino superior foi o que gerou maiores polêmicas. No que dizia respeito às instituições de ensino superior, o convênio MEC-Usaid propunha a reformulação do sistema universitário vigente, com expansão e também com modernização da administração universitária. O movimento estudantil e parte da intelectualidade encarou o projeto como uma tentativa de privatizar, de controlar e de desnacionalizar o ensino superior do país¹⁸³.

A reação dos estudantes também foi presente na UFMG. Em revista editada pelo DCE da universidade, intitulada *Mosaico*, em abril de 1967, os acordos eram denunciados. De acordo com a publicação, “A ditadura se define, pois, pela tomada do poder por uma aliança de militares e tecnocratas, enquadrados na estratégia global do imperialismo”¹⁸⁴. Na mesma publicação, os acordos MEC-Usaid são denunciados como “penetração imperialista na educação”, e a “pseudo-reforma universitária” discutida pelos militares “significa a entrega da universidade ao imperialismo, essa é a realidade do acordo MEC-Usaid”¹⁸⁵.

A conjuntura política era delicada para os Estados Unidos para que os acordos fossem implementados e avançassem. Os protestos estudantis encabeçados pela UNE só cresciam, e o sentimento antiamericano também ganhava espaço ao ponto de a situação gerar

¹⁸² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 113.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 120.

¹⁸⁴ *Revista Mosaico*, nº 5, DCE da UFMG, abril de 1967, p. 9. Acervo AESI UFMG, Caixa 6/67, Maço 1.

¹⁸⁵ *Ibidem*. p. 28.

constrangimento político para os estadunidenses¹⁸⁶. Os gestores do governo brasileiro protelavam a efetivação dos acordos, e o próprio relatório entregue pelos consultores norte-americanos à Usaid revelava sua frustração. A conduta do Ministério da Educação e Cultura era duramente criticada, por ter se omitido e não ter defendido publicamente os acordos. No relatório formulado pelos estadunidenses, a culpa do fracasso do projeto é atribuída exclusivamente ao governo brasileiro¹⁸⁷. Em 1968, o acordo expirava, mas não foi renovado. Motta estima que os gastos da Usaid com o ensino superior brasileiro foram de aproximadamente 50 milhões de dólares, com a maior parte do montante empregada para o custeio de bolsas de pós-graduação. A não efetivação dos acordos na reestruturação das universidades foi uma vitória importante do movimento estudantil, que conseguiu bloquear sua implementação. O novo sistema universitário sugerido pelos consultores norte-americanos envolvia a despolitização das universidades e também a cobrança de mensalidades nas instituições públicas¹⁸⁸.

Ainda em 1967, em meio à explosão da rebeldia estudantil, o governo constituiu a Comissão Meira Mattos, e, em 1968, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Os projetos de reforma universitária em debate no poder militar passaram a ser vistos como uma estratégia para aplacar os estudantes. Importante ressaltar que, além disso, a modernização das estruturas das universidades brasileiras também era encarada como um projeto fundamental para a segurança nacional. Para Rodrigo Motta, mais do que isso, o impulso modernizador estava intimamente relacionado ao recrudescimento do autoritarismo¹⁸⁹.

A reforma, inicialmente, foi realizada por meio de alguns decretos e, em 1968, foram unificados em uma legislação específica. O primeiro desses decretos, 53/66, estabelecia a unidade entre ensino e pesquisa e reorganizava o regime de cátedras vigente, ao vedar a duplicação de fins para meios idênticos. Anteriormente à legislação, as universidades eram organizadas no regime de cátedras. Os professores catedráticos eram donos das cadeiras no interior de cada faculdade, tinham cargo vitalício e eram responsáveis por definir a contratação e a demissão de seus professores auxiliares e assistentes. A ideia da cátedra era geralmente associada ao autoritarismo e ao arcaísmo das universidades brasileiras. Os

¹⁸⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 128.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 130.

¹⁸⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 146.

¹⁸⁹ Ibidem. p. 242.

catedráticos eram os poderosos na estrutura universitária, apenas eles poderiam ocupar cargos de diretor e de reitor. Era também muito comum que diferentes faculdades da mesma universidade tivessem a mesma disciplina ofertada por diferentes catedráticos. A UFMG vivenciou a situação limite de coexistência de dois cursos de graduação muito similares funcionando em duas unidades distintas. Na Faculdade de Filosofia, existia o curso de Ciências Sociais, e a Faculdade de Ciências Econômicas também criou o seu curso similar, de Sociologia e Política. A proposta do decreto trazia a racionalização financeira e administrativa, aglutinando as disciplinas e os professores da mesma área em apenas uma unidade acadêmica.

Em 1967, o Decreto-lei 252 aprofundará as mudanças nas instituições de ensino superior com a obrigatoriedade da adoção do sistema departamental. O departamento passava a ser a menor fração da estrutura universitária e deveria ser composto por disciplinas afins, congregando professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e de pesquisa. Esses dois decretos trouxeram significativas mudanças na organização das universidades. Mais adiante, analisaremos como essas mudanças se deram na UFMG, quais foram seus impactos no cotidiano da instituição e como as mudanças são lembradas nos discursos de memória.

Em 1968, finalmente, foi aprovada a lei da reforma universitária, a partir dos estudos do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). Criado em julho de 1968, o GTRU foi constituído com a finalidade de promover a reforma universitária e era composto por professores envolvidos nos debates sobre a reforma universitária, técnicos da área econômica do governo e um representante do Ministério da Fazenda. Em menos de cinco meses de trabalho do Grupo, a legislação definitiva da reforma universitária foi aprovada com a Lei 5540, em 28 de novembro de 1968¹⁹⁰.

Em sua essência, a Lei 5.540/68 foi a consolidação de dispositivos legais já estabelecidos anteriormente com os decretos citados de 1966 e de 1967¹⁹¹. De novidade, a legislação decretou a extinção do regime de cátedras, estabelecia o fortalecimento dos órgãos dirigentes das universidades, as Reitorias, propôs a adoção do regime de trabalho de tempo

¹⁹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 105.

¹⁹¹ NICOLATO, Maria Auxiliador. “A caminho da Lei 5540/68”. *A participação de diferentes atores na construção da reforma universitária*. (Dissertação). Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 1986. p. 352.

integral, instituiu o vestibular unificado e com realização de provas classificatórias, instituiu também a pós-graduação como uma das atividades principais das universidades. A forma de escolha dos reitores também foi alterada pela legislação. Eles passariam a ser escolhidos a partir de listas sêxtuplas, e não mais tríplexes, formuladas pelos Conselhos Universitários. Outra mudança foi com relação à representação estudantil, que foi fixada em 1/5 de todos os órgãos colegiados das instituições. Além disso, os cursos de graduação deveriam ser divididos entre ciclo básico e ciclo profissional.

É fundamental destacar que a reforma universitária brasileira não trouxe apenas uma alteração na organização das instituições já existentes. A mudança de estrutura das universidades teve impacto significativo no sistema educacional porque foi acompanhada de um vigoroso aumento nos investimentos federais em ensino e em pesquisa, que envolveu a criação de novas universidades, a construção de novos prédios, a constituição de laboratórios, valorização da docência com a constituição de um plano de carreira com salários atrativos, além do estímulo para formação e para qualificação dos professores com a concessão de bolsas de mestrado e de doutorado no exterior. A implementação do regime de dedicação exclusiva dos profissionais só foi possível com investimento correspondente¹⁹². Na contemporaneidade, professores que se dedicam exclusivamente à atividade profissional nas universidades são o padrão. Porém, anteriormente à reforma universitária, a grande maioria dos professores tinham outras fontes de renda e, normalmente, a universidade não era a principal. O vínculo com as universidades costumava ser apenas atividade complementar, principalmente pelo fato dos salários serem muito baixos. Na UFMG, por exemplo, era comum que nem os reitores se dedicassem exclusivamente à instituição¹⁹³. Com os volumosos investimentos, o sistema de pós-graduação, que era praticamente inexistente no Brasil, teve forte impulso e um crescimento ainda mais expressivo que o das graduações.

Área de desenvolvimento central no projeto dos militares para as universidades era a constituição de cursos de pós-graduação, conectados à pesquisa. Ainda antes de entrar em

¹⁹² Apesar de previsto na legislação reformista de 1968, a princípio, o pagamento do regime de dedicação exclusiva estava a cargo das próprias universidades. Além disso, como os salários eram muito baixos, um aumento de 100% não era tão atraente a ponto de fazer com que os docentes abandonassem suas outras atividades profissionais e se dedicassem exclusivamente à universidade. O decreto com a regulamentação do regime de DE virá em fevereiro de 1969, com o decreto 64.086, fazendo com que a gratificação do novo regime de trabalho passasse a 380% do vencimento básico. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 245.

¹⁹³ Aluísio Pimenta, em seu discurso de posse como reitor da UFMG afirma que será o primeiro reitor da universidade a se dedicar exclusivamente ao cargo.

vigor a legislação da reforma, algumas medidas foram adotadas pelo governo militar para modernizar e para incrementar a pesquisa ainda incipiente no Brasil. Em maio de 1964, foi criado, vinculado ao BNDE, o FUNTEC (Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico), transformado em 1969 em Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC). Em 1967, indicando a retomada do desenvolvimentismo, foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que dava centralidade à necessidade de retomada do crescimento do país. No PED, a pesquisa científica e a educação superior seriam estratégicas no desenvolvimento nacional e deveriam receber recursos públicos e privados para que fossem incrementadas. O Programa apontava os problemas do sistema universitário ainda em vigor, sem condições de atender às necessidades do país. A solução seria reformar o sistema universitário, melhorar as condições de trabalho de pesquisadores e de professores e aumentar a oferta dos cursos de pós-graduação. De acordo com Motta, a edição do PED teria sido o primeiro esboço de política científica do Brasil¹⁹⁴.

A expansão do número de bolsas de pós-graduação das agências federais de fomento era fundamental para o desenvolvimento do então reduzido campo de pesquisa brasileiro. Em 1963, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) teria financiado 553 bolsas no país, 777 em 1965 e 1.309 em 1967. As bolsas concedidas pela CAPES cresceram de 334 em 1964 para 1.493 em 1966¹⁹⁵.

A tabela extraída do estudo sobre as universidades de Rodrigo Motta esclarece melhor o quanto cresceu e se desenvolveu o sistema de pós-graduação brasileiro:

¹⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 83.

¹⁹⁵ *Ibidem*. p. 81.

TABELA 2**Cursos de pós-graduação no Brasil – 1961-1974**

Ano de criação	Total de cursos novos no ano	Total acumulado
1961	6	6
1962	3	9
1963	7	16
1964	7	23
1965	11	34
1966	7	41
1967	12	53
1968	21	74
1969	26	100
1970	62	162
1971	64	226
1972	71	297
1973	61	358
1974	45	403

Extraído de MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 257.

Em estudo sobre as relações entre as universidades e o regime militar, Motta apresenta números que demonstram o impacto da reforma universitária no ensino superior brasileiro. O número de universidades federais pulou de 21, em março de 1964, para 33, em 1979. O número de professores das instituições foi de aproximadamente 15 mil, em 1968, para cerca de 38 mil, em 1978. O número de estudantes matriculados nas instituições federais saltou de 100 mil, em 1968, para 290 mil, em 1979¹⁹⁶. Entretanto o aumento de 190% no número de alunos matriculados em universidades federais não foi responsável pela maior parte do aumento do número de alunos de ensino superior no país. O setor que viveu maior expansão no período foi o privado, como podemos observar na tabela abaixo.

¹⁹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.p. 348.

TABELA 3**Expansão do número de matrículas nas universidades brasileiras**

Ano	Nº total de alunos	Universidades públicas	Universidades privadas
1960	93.202	51.915	41.287
1964	142.386	87.665	54.721
1968	278.295	153.799	124.496
1969	342.886	185.060	157.826
1970	425.478	210.613	214.865
1971	561.397	252.263	309.134
1972	688.382	278.411	409.971
1973	772.800	300.079	472.721
1974	937.593	341.028	596.565
1975	1.072.548	410.225	662.323
1976	1.096.727	404.563	692.164
1977	1.159.046	409.563	749.567
1978	1.225.557	452.353	773.204
1979	1.311.799	462.303	849.496
1984	1.399.539	571.879	827.660

Extraído de CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma universitária e os mecanismos de expansão do ensino superior privado no Brasil*. (1964-1984). Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, 2002. p. 115

Para Carlos Martins, a reforma de 1968 tinha como fundamento principal modernizar e expandir as instituições de ensino superior públicas. O surgimento de um novo ensino superior privado seria um desdobramento da reforma. Tal fato teria se dado porque as modificações introduzidas pela legislação reformista nas universidades federais não foram o suficiente para atender à crescente demanda de jovens que queriam cursar o ensino superior¹⁹⁷. O ensino superior privado que surgiria após a reforma, de acordo com o autor, era muito diferente do modelo anterior, era agora estruturado nos moldes de empresas educacionais, voltadas exclusivamente para a obtenção de lucro e para o rápido atendimento das demandas educacionais. Motta afirma que a maioria das instituições privadas criadas eram

¹⁹⁷ MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr., 2009. p. 16.

de pequeno porte, faculdades que ofereciam um pequeno número de cursos, com uma infraestrutura precária e qualidade questionável. O empresariado do setor educacional aproveitou a crescente demanda por ensino superior que o sistema público não dava conta de absorver e também os incentivos do governo federal, que vinham basicamente por meio de financiamento e de instrumentos de renúncia fiscal¹⁹⁸. Em 1976 a Caixa Econômica Federal ainda criou o programa de crédito educativo.

Como compreender a execução de uma alteração tão grande nas estruturas das instituições de ensino superior e investimentos tão vultuosos em educação vindos de uma ditadura, de um governo conservador? Para Motta, o regime construído após o golpe de 1964 tem uma dupla dimensão: foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo. O próprio impulso modernizador presente nos governos militares foi viabilizado de maneira repressiva. A reforma universitária realizada teria sido, então, o efeito paradoxal de pressões contrárias existentes naquele contexto. Pressões que vinham de diferentes setores sociais: conservadores, religiosos, liberais, intelectuais e também com a atuação do movimento estudantil na oposição ao regime¹⁹⁹. A proposta de reforma contou ainda, como vimos, com a consultoria dos assessores estadunidenses.

Compartilho da hipótese de Motta de que a reforma universitária seria resultado do tipo de Estado autoritário implantado com o golpe de 1964, que incorporou demandas para romper com o passado, mas mesmo assim foi influenciado por tradições e por elementos considerados parte da cultura política brasileira, como a tendência à acomodação e à conciliação. Desta forma, os militares implementaram em seus governos políticas modernizadoras autoritárias, como a reforma universitária. A modernização se concentrava nos aspectos econômicos e administrativos. A reforma universitária deveria atender às demandas de crescimento econômico, à aceleração da industrialização do país e também à burocracia estatal com a formação de mão de obra qualificada. Entretanto, ao mesmo tempo a atuação do regime nas universidades também fazia parte do projeto autoritário, os sujeitos e as ideias de esquerda deveriam ser combatidos nos campos político e cultural, e os grupos sociais excluídos das instituições de ensino superior deveriam permanecer excluídos.

¹⁹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 250.

¹⁹⁹ *Ibidem*. p. 8.

Ao comentar sobre a existência de uma tradição conciliadora discutida por alguns importantes autores do pensamento social brasileiro, como Gilberto Freyre e Roberto Da Matta, Rodrigo Motta afirma:

Tais análises convergem para a interpretação de que a cultura brasileira tem como marcas centrais a flexibilidade, a recusa a definições rígidas e a negação dos conflitos, que são evitados ou escamoteados por meio de ações gradativas, moderadoras, conciliatórias e integradoras. Ressalte-se: a recusa de reconhecer e agudizar os conflitos, a tentativa de negá-los ou contorná-los, serve à manutenção da ordem desigual e elitista, pois as estratégias conciliadoras ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua solução²⁰⁰.

2.2 Debates e implementação da Reforma Universitária na UFMG

Os debates em torno da necessidade de se alterar a estrutura da universidade acompanham a UFMG desde sua fundação. O caso específico de constituição da Universidade Federal de Minas Gerais remonta à junção, em 1927, de quatro escolas superiores de Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, fundada antes da transferência da capital, em Ouro Preto, em 1892, a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia, ambas fundadas em 1911, e a Faculdade de Odontologia e Farmácia, criada em 1907. A instituição, criada com o nome de Universidade de Minas Gerais, caracterizava-se como um órgão privado e contava com subvenção estadual. As características da universidade de então eram muito distintas do que hoje conhecemos como universidade. Não existia uma real unidade entre as quatro faculdades, que possuíam autonomia financeira, administrativa e educacional. O papel do reitor, à época da fundação, era apenas de fiscalização da aplicação das rendas patrimoniais do estado, que compunham o orçamento da instituição. Além disso, deveria ser responsável por executar as deliberações do Conselho Universitário²⁰¹.

Até 1947, a instituição permaneceu privada e teve a incorporação de outras unidades isoladas de ensino superior²⁰². Naquele ano, a universidade foi federalizada, mas permaneceu com o nome de UMG, passando a ser chamada de Universidade Federal de Minas Gerais apenas em 1965 devido à lei nº 4.759 promulgada no dia 20 de agosto. Essa legislação padronizou os nomes de todas as universidades federais do país, obrigando-as a adotar *Federal* em seu nome e em sua sigla. Anteriormente à reforma, a universidade era uma junção

²⁰⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 13-14.

²⁰¹ MORAES, Eduardo R. Affonso. *História da Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. 1*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1971. p. 26.

²⁰² Para as datas de fundação e incorporação à UFMG de suas faculdades e escolas, consultar os Anexos.

de unidades autônomas que recebiam diretamente do governo federal orçamento específico. Essas unidades tinham total autonomia para contratação e até selecionavam seus estudantes da maneira que melhor desejassem. Tal panorama criava uma situação em que o reitor tinha pouca ou nenhuma influência em decisões que dissessem respeito às unidades acadêmicas. Além disso, o que se via era uma proeminência política das faculdades de maior prestígio – a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia e a Faculdade de Direito concentravam os maiores recursos e lideravam a instituição. Sua centralidade pode ser percebida, entre outros exemplos, ao se observar a origem dos reitores da UFMG. Em seus primeiros vinte e cinco anos de existência, as três faculdades de maior prestígio se revezaram no reitorado. Essa hegemonia veio a ser quebrada pela primeira vez apenas em 1952, com a gestão de Pedro Paulo Penido, professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia²⁰³.

O próprio modelo e formato dos relatórios de gestão do período anterior à gestão de Aluísio Pimenta são significativos – os nomes dos diretores das três escolas de maior prestígio sempre encabeçavam qualquer tipo de lista. Tabelas de orçamento até listas de número de alunos pareciam ser organizadas em ordem de prestígio e não em ordem alfabética, formato que seria adotado posteriormente.

O período anterior à década de 1960 da UFMG é pouco estudado e possui escasso material bibliográfico. As publicações existentes são de caráter oficial e, assim como outras publicações analisadas no capítulo anterior, trazem um tom elogioso da trajetória da instituição. O livro *História da Universidade Federal de Minas Gerais*, da autoria de Eduardo R. Affonso Moraes, é a principal referência desse tipo de literatura. Sua obra, publicada em 1971 pela Imprensa Universitária, dividida em dois volumes, constitui-se em um relatório das principais ocorrências e eventos da vida universitária, em que se destaca e se exalta a atuação de indivíduos considerados fundamentais para o sucesso da “monumental obra da cultura mineira” que é a UFMG²⁰⁴. O autor fora Secretário Geral da universidade por muitos anos. O personagem que ganha maior destaque é o primeiro reitor da Universidade, Francisco Mendes

²⁰³ Ao verificar a origem dos reitores da UFMG desde 1964 é possível apontar para uma significativa perda de centralidade das três unidades apontadas. O que se vê é uma diversificação das faculdades que ocuparam a reitoria: Faculdade de Farmácia, Faculdade de Ciências Econômicas, Instituto de Ciências Biológicas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Letras, Faculdade de Educação, Escola de Arquitetura, Instituto de Ciências Exatas, Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia. A Faculdade de Direito, tão nobre e com importante peso político no interior da instituição à época de sua fundação, que teve cinco reitores até 1964, desde a gestão de Orlando Magalhães Carvalho (1961-1964) não teve nenhum de seus professores como reitor. Ver anexo da lista de reitores da UFMG.

²⁰⁴ MORAES, Eduardo R. Affonso Moraes. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1971. p. 7.

Pimentel. Assim como em outras obras, a fundação da universidade será contextualizada numa mitologia da mineiridade que teve seu ato fundador na Inconfidência Mineira. A constituição da UMG seria, então, uma continuidade do projeto dos inconfidentes de criar uma universidade em Minas Gerais.

No início da década de 1960, a UFMG contava com nove unidades acadêmicas, ainda espalhadas pela cidade e dava andamento às obras do campus da Pampulha. O primeiro prédio inaugurado na antiga Fazenda Dalva, nome do terreno que hoje é o campus Pampulha, foi o da Reitoria. O número de alunos da instituição era pequeno, pouco mais de quatro mil²⁰⁵. A pós-graduação ainda não existia, e iniciativas de pesquisa ainda eram muito incipientes. Os professores da universidade em sua maioria se dedicavam a outras atividades profissionais além da docência, e o regime de cátedras ainda vigorava. A perspectiva do então reitor da universidade, Orlando Magalhães Carvalho, é ilustrativa do que para muitos era o papel das instituições de ensino superior da época. Carvalho declarou em 1961 que a UMG seria responsável pela formação da elite mineira²⁰⁶.

Entretanto, no início da década de 1960, como apontado anteriormente, já estava em debate no país e também no interior da UFMG a necessidade urgente de uma reforma universitária. Uma das questões centrais discutidas era sobre qual papel a universidade deveria cumprir e para os mais radicais era central que as universidades estivessem intimamente conectadas com as necessidades do povo brasileiro. Um grupo de jovens professores com histórico de atuação em grupos trabalhistas e de esquerda se aglutinaram em torno da Faculdade de Farmácia e do nome de Aluísio Pimenta, ele próprio um catedrático que defendia a abolição da cátedra. E com o crescimento desse grupo, influenciados por um contexto em que o então presidente da república, João Goulart, defendia as reformas de base, entre elas a universitária, articularam-se e conseguiram incluir o nome de Pimenta na lista tríplice para escolha do reitor.

Em seu discurso de posse, em 24 de fevereiro de 1964, Pimenta esclarece que, para cumprir seu papel, a universidade deveria se basear no tripé ensino, pesquisa e extensão, forma que depois será incorporada pela reforma de 1968. Para ele, a universidade não tinha

²⁰⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; BOSON, Gerson de Britto Mello; BESSA, Pedro Parafita de. *Relatório das atividades de 1968*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1969.

²⁰⁶ Ver discurso de posse de Orlando Carvalho reproduzido em RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: Memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

mais espaço para os “velhos modelos estruturais”, e sua tarefa deveria ser contribuir “para a democratização da cultura e do saber, tornando-se patrimônio nacional e ajudando diretamente o povo brasileiro a resolver seus grandes problemas²⁰⁷”. Expõe ainda em seu discurso de posse qual seria seu plano para que a universidade alterasse suas velhas estruturas: vencer o antigo espírito particularista e patrimonialista que fazia com que a universidade fosse uma “reunião de escolas sob um reitorado” por meio da criação dos institutos centrais, em que os laboratórios, os materiais, os professores e os pesquisadores se aglutinariam e não permaneceriam dispersos como então. Ainda no mesmo discurso, provavelmente causando arrepios nos setores mais conservadores da universidade, em meio a um período de força crescente do movimento estudantil e de sua rebeldia, Aluísio afirmou que não iria jamais pedir prudência aos jovens.

Mas como foi possível que um professor com posicionamento tão progressistas chegasse a ocupar o cargo de reitor da universidade? Em princípios da década de 1960, a legislação em vigor previa que o conselho universitário das instituições federais de ensino superior indicassem o nome de três professores e os encaminhasse para Brasília. A nomeação cabia ao presidente da república. João Goulart assumiu o governo após a renúncia de Jânio Quadro e encampava com apoio de parcela significativa da população a campanha pelas reformas de base. A reforma universitária era um dos objetivos de seu governo. Ligado à Ação Católica Brasileira e ao Partido Trabalhista Brasileiro, Aluísio Pimenta era um dos poucos casos de reitor apoiado pelas esquerdas²⁰⁸. Postulante ao cargo de reitor alinhado com as propostas reformistas de Goulart e apoiado pelo movimento estudantil, Aluísio Pimenta foi nomeado reitor e tomou posse em 21 de fevereiro de 1964. Várias das medidas de sua gestão causaram enorme insatisfação entre os catedráticos mais conservadores, de maneira geral contra a reforma e apoiadores do golpe sucedido em 1º de abril de 1964, o que culminou em uma intervenção na reitoria que afastou por um dia Aluísio Pimenta do cargo de reitor. Abordaremos com mais atenção as relações da gestão de Pimenta com os militares e o sistema de informação no próximo capítulo.

O que cabe tratar aqui é sobre as medidas que já apontavam para a reforma universitária que tiveram seu embrião na UFMG ainda antes da legislação correspondente. De

²⁰⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: Memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 45.

²⁰⁸ CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 120.

acordo com Luiz Antonio Cunha, a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), após deixar de ser a universidade da capital do Brasil e com a fundação da Universidade de Brasília, constituiu uma comissão de reforma e, em 1963, apresentou ao conselho universitário da instituição algumas diretrizes. Propunham que a UB se organizasse em institutos básicos, adotasse a estrutura departamental e o regime de matrículas por disciplinas e que desse maior ênfase à pós-graduação ainda incipiente. Além do trabalho da referida comissão, a Universidade do Brasil pouco fez para colocar em prática as alterações sugeridas. Para Cunha, o maior entrave seriam as resistências que deveriam ser vencidas no interior da instituição para implementação das alterações – resistências vindas da cátedra vitalícia, da composição do conselho universitário e da prática de nomeação dos diretores pelo presidente da república²⁰⁹.

Para Cunha, a reforma que a Universidade do Brasil pretendia implementar foi colocada em prática pela Universidade Federal de Minas Gerais entre 1964 e 1967, ou seja, ainda antes da legislação da reforma, que, assim, tornou-se um modelo atraente para a modernização de todas as instituições brasileiras. Em primeiro lugar, porque conseguiu implementar a estrutura da Universidade de Brasília e, desse modo, evitava que dirigentes de outras instituições evocassem a UnB, cercada de polêmicas e de suspeitas desde sua fundação. Em segundo e ainda mais relevante, para que a UMG pudesse ser adotada como modelo foi o fato de que, assim como as outras instituições de ensino superior que pretendiam passar por uma reforma, a universidade mineira tinha que passar por uma profunda *alteração* em suas estruturas, ao contrário da Universidade de Brasília, que já foi criada dentro de um modelo modernizado. Em síntese, Cunha compreende a experiência da UFMG durante a gestão de Aluísio Pimenta como difusora do modelo de Brasília para outras universidades e também como importante referência para a legislação federal²¹⁰.

Em consulta às coletâneas de resoluções do Conselho Universitário da UFMG, é possível perceber algumas importantes alterações que, à primeira vista, podem parecer pouco significativas, mas apontam para o fortalecimento da Reitoria como órgão dirigente da universidade, por meio da centralização administrativa e financeira de atribuições antes fragmentadas nas faculdades e nas escolas. Ainda em 1964, com a Resolução do Conselho Universitário nº2/64, a Reitoria passava a ter a atribuição de elaborar o projeto orçamentário

²⁰⁹ CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 117.

²¹⁰ *Ibidem*. p. 118.

da UFMG para 1965. A partir de então, as faculdades e as escolas deveriam fornecer os dados para a Reitoria, que teria o papel de ajustá-los de acordo com a dotação orçamentária oriunda do governo federal e depois submeter o projeto a debate e à aprovação no Conselho Universitário. Assim, a gestão de Aluísio Pimenta conseguiu que dez por cento dos recursos das unidades acadêmicas fosse transferido para a Reitoria para despesas gerais e ainda mais cinco por cento fosse transferido para um fundo de pesquisa. Anteriormente, o orçamento próprio da Reitoria era muito pequeno, o que dificultava a tentativa de implementação de iniciativas que abarcassem toda a universidade e que não fossem restritas às faculdades²¹¹.

Em 1965, a Resolução nº11/65 determinou que o Departamento de Ciências Políticas, criado ainda na gestão de Orlando Carvalho, vinculado diretamente à Reitoria, teria como objetivo principal formar mestres e doutores. Várias outras resoluções durante a gestão de Pimenta apontam para uma mudança no perfil da universidade. O crescimento da importância da Reitoria como órgão máximo da instituição pode ser percebido na especialização da própria burocracia e de sua estrutura administrativa. Podemos aqui elencar algumas: criação do Conselho de Contadores da UFMG (resolução nº 10 de 06/12/1965), criação do Centro de Recursos Audiovisuais da UFMG (resolução nº 2/66, de 18/01/1966), criação do Centro de Coordenação dos Institutos Centrais da UFMG (resolução nº 4/66, de 11/02/1966), instituição do Serviço de Biometria Médica da UFMG (resolução nº 6/66, de 11/02/1966), criação da Divisão de Bibliotecas (resolução nº 7/66, de 05/05/1966), aprovação de vestibular único a partir de 1967 para os cursos da área biológica (resolução 8/66, de 24/06/1966), criação da Comissão Central de Planejamento da UFMG (resolução nº 9/66, de 24/06/1966), instituição do modelo único de diploma na UFMG (resolução nº 13/66, de 16/12/1966), aprovação de vestibular único a partir de 1967 para os cursos de Ciências Sociais (resolução nº 15/66, de 16/12/1966).

Aluísio Pimenta, em sua entrevista do livro *Memória de reitores*, comenta sobre como antes de assumir a Reitoria, mesmo que a UFMG já tivesse sido fundada há quase quarenta anos, não existia uma unidade entre as diversas faculdades. Em suas palavras:

Não havia um pensamento da Universidade: qual sua função na sociedade, que novos caminhos devia desenvolver, como manter a pesquisa e como criar um setor de extensão universitária, um programa de assistência aos estudantes e um quadro de professores. Havia pensamentos da Escola de

²¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: (anos de 1964, 1965 e 1966)*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG.

Engenharia, da Faculdade de Direito, das Ciências Econômicas, da Medicina, etc. Era mais que necessário fazer-se e concretizar uma reforma na Universidade, que transformasse a estrutura fragmentada existente, criando uma cultura universitária²¹².

Uma das primeiras iniciativas da Comissão Central de Planejamento foi a elaboração de um diagnóstico de como se encontrava a UFMG. Ao final de 1966, esse relatório foi apresentado e deveria servir como ponto de partida fundamental para a formulação e para o planejamento de importantes alterações na estrutura da universidade. Precedido de uma síntese sobre o desenvolvimento histórico das instituições de ensino superior no Brasil e das condições da universidade brasileira, o diagnóstico apresentou gráficos com importantes números sobre a UFMG: número de funcionários e de professores, número de vagas ofertadas pela instituição, dados sobre orçamento e finanças, produtividade calculada de acordo com os cursos por aluno²¹³.

O diagnóstico conclui apontando para questões que se colocavam no debate nacional sobre a reforma universitária, mas a UFMG se adiantava às outras instituições e à própria reforma feita pelos militares. Algumas das mudanças citadas foram a criação dos institutos centrais acompanhada da racionalização dos recursos humanos da instituição, a redefinição do que chamavam de escolas e faculdades profissionais com a transferência para os institutos centrais do ensino e da pesquisa de base, a estruturação dos cursos de pós-graduação, a reformulação da estrutura organizacional da universidade²¹⁴.

Aluísio Pimenta também conseguiu, durante sua gestão, estabelecer um bom diálogo com o movimento estudantil da UFMG e os via como aliados na construção do modelo de reforma da universidade. Militante da Política Operária e depois professor da Escola de Engenharia, Aldeysio Duarte relatou em entrevista que “qualquer coisa que a gente precisasse [para] não ser preso era com os dois”, referindo-se também a Cássio Pinto, diretor da Escola de Engenharia²¹⁵. João Batista dos Mares Guia, importante liderança do movimento estudantil mineiro e estudante da FAFICH, narrou um pouco da percepção do movimento estudantil sobre os decretos reformistas de 1966 e 1967 e descreveu a articulação que envolveu docentes e o movimento estudantil da época para redigir uma proposta de reforma para a UFMG:

²¹² RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: Memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 67.

²¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Comissão Central de Planejamento. *Relatório-Diagnóstico*. Belo Horizonte: Comissão Central de Planejamento, 1966.

²¹⁴ *Ibidem*. p. 60.

²¹⁵ DUARTE, Aldeysio. Entrevista a Iara Silva. 4 de outubro de 2016.

Eu me lembro como se fosse hoje. Nós tínhamos crítica àquela proposta geral dos acordos MEC-Usaid, porque no bojo dos acordos MEC-Usaid, do modo como ele foi apropriado pela ditadura na ocasião, via Lei Suplicy, de 1965, pretendia-se eliminar a UNE, como se fez, as UEEs e criar a ideia dos diretórios de cima pra baixo, por imposição, que foi um dos erros mais estratégicos que eles cometeram, porque com isso o movimento estudantil de A a Z se congregou em torno da defesa da UNE e evitou surgir um centro democrático e uma direita no movimento estudantil. Ficou só... ficaram só os... ficaram só as esquerdas formando um campo único, é... de esquerda atuando no movimento estudantil. Mas nós conseguimos separar o joio do trigo e observar que na proposta que vem da Aliança para o Progresso, na época que nós chamávamos do pacote do imperialismo, Aliança para o Progresso e acordos MEC-Usaid, a ideia da reforma universitária era muito interessante. Não porque implodia com a cátedra, mas a departamentalização, que permitiria uma interação direta, mais horizontal, entre professor e aluno e uma descentralização dos poderes de decisão nos departamentos. Isso foi muito bem visto. Tanto é que na ocasião o que é que nós decidimos aqui no movimento estudantil, eu me lembro que a proposta foi minha, esclarecemos as pessoas, e que nós deveríamos eleger uma comissão, eu fui eleito, para junto com uma comissão de professores, nós elaborarmos um projeto de reforma da UFMG. Pelos estudantes, fomos eu e o Atos Magno Costa e Silva, que era o presidente do DCE da UFMG, aluno da Medicina, hoje ele mora em Goiás. Foi exilado também. Pelos professores foram o Tarcísio, que era da Linguística, o Carlos Ribeiro Diniz, que veio da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto pra Bioquímica e Imunologia, o Geovani Gazzinelli, da Bioquímica e Imunologia, o doutor Amilcar Viana Martins, da Parasitologia, tinha um da Veterinária que eu não me recordo o nome dele agora, e não sei se havia outros. Eu me recordo que nós fizemos umas quatro reuniões e tomamos uma decisão de redigir um projeto o mais enxuto possível, o mais conciso possível e o mais claro possível. (...)E isso foi aprovado pelo Conselho Universitário. Se você pesquisar nos anais do Conselho Universitário, você vai encontrar essa documentação toda lá. E houve um consenso entre movimento estudantil e professores. (...) Movimento estudantil, universidade, reitoria, da proposta da reforma universitária²¹⁶.

Todas as mudanças apontadas causaram, desde o princípio, reação e resistência por parte dos defensores da manutenção da estrutura universitária vigente até então. Identificados nos discursos de memória como os catedráticos, percebiam que, à medida que a universidade seguisse o caminho reformista, o poder antes concentrado em alguns indivíduos seria redistribuído. Tarefas que antes pouquíssimos professores desempenhavam, como pesquisa e extensão, deveriam paulatinamente ser incorporadas no cotidiano de trabalho de todos os docentes. Mas mais do que isso, o que gerava mais resistência era a ideia de que as faculdades existentes seriam reformuladas e perderiam parte de seus quadros e dos poucos materiais de laboratórios de pesquisa para os institutos centrais, que deveriam ser criados de acordo com o modelo da Universidade de Brasília.

²¹⁶ GUIA, João Batista dos Mares Guia. Entrevista a Iara Silva. 28 de outubro de 2016.

A criação dos institutos tinha dois objetivos principais. Um era de racionalizar, inclusive financeiramente, a organização da universidade, evitando a duplicação de meios para fins idênticos. Era comum a existência de professores que eram catedráticos da mesma cadeira em duas faculdades. O próprio Aluísio Pimenta era catedrático de Química na Faculdade de Farmácia e também da Faculdade de Filosofia. Bibliotecas, laboratórios e técnicos também estavam dispersos. A concentração dos meios em um mesmo local, proposta da criação dos institutos, atenderia à finalidade da racionalização e também propiciaria um ambiente mais adequado para pesquisa, com troca mais intensas entre docentes e estudantes e possibilidade de maior alocação e melhor aproveitamento de recursos. A proposta era que também se alterasse o formato dos cursos de graduação. Os institutos centrais seriam o local responsável por ofertar as disciplinas do ciclo básico, um conjunto de matérias comuns a cursos da mesma área. O Instituto de Ciências Biológicas, por exemplo, seria responsável por parte significativa da formação dos estudantes de cursos da área de saúde, como Medicina, Odontologia e Farmácia. As faculdades seriam responsáveis por fornecer o currículo profissional específico de cada graduação.

Em organograma anexo ao Relatório Diagnóstico de 1966, é apresentada a Nova Estrutura da UFMG com a inclusão dos institutos centrais a serem criados: Instituto Central de Física, Instituto Central de Química, Instituto Central de Matemática, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Geociências, Instituto de Ciências Humanas, Instituto Central de Filosofia e Instituto Central de Letras. Além das faculdades já existentes, deveriam ser criadas a Faculdade de Educação e a Faculdade de Comunicação. A nova estrutura apresentada ainda deveria trazer o Setor Complementar, composto pelo Colégio Universitário, Colégio Técnico, Institutos de Estudos e Planejamento Regional e o Instituto de Pesquisas Radioativas.

A proposta inicial de criação de novos institutos sofreu algumas alterações. Os motivos para isso não foram encontrados na documentação consultada, mas é possível especular que as mudanças se deram em negociações com os diferentes grupos existentes na universidade, inclusive com os que se opunham à reforma. Além disso, a criação de todas as novas unidades propostas no plano inicial da gestão de Aluísio Pimenta demandava grandes investimentos financeiros que possibilitassem a construção de novos prédios no campus Pampulha. Equipar as novas unidades com centros de pesquisa e com laboratórios também seria muito dispendioso. Foram criadas a Faculdade de Educação e também a Faculdade de Letras (ao invés do Instituto de Letras como pensado inicialmente) em 1968. A Faculdade de Comunicação nunca foi criada, e o curso de Comunicação Social permaneceu na Faculdade

de Filosofia e Ciências Humanas. Os Institutos de Ciências Biológicas e de Geociências foram criados como planejado inicialmente. Já os institutos de Matemática, Física, e Química foram reunidos em apenas uma unidade, o Instituto de Ciências Exatas. Os institutos de Filosofia e de Ciências Humanas não foram criados, permanecendo suas áreas unidas na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

A promulgação dos decretos leis da reforma universitária em 1967 e principalmente em 1968 vieram ao encontro das medidas adotadas pela UMG desde 1964, quando Aluísio Pimenta assumiu a Reitoria. A extinção do regime de cátedras, a obrigatoriedade da organização das universidades em departamentos e a adoção do sistema de créditos facilitaram as alterações que se realizavam, já que quebravam definitivamente a concentração de poder nas faculdades tradicionais e nos professores catedráticos. De acordo com o Relatório das Atividades de 1968, antes do final do ano as mudanças de relocação de pessoal exigidos pela revisão da composição do sistema de unidades acadêmicas já haviam sido concluídas após estudos promovidos pelo Conselho de Planejamento e Desenvolvimento²¹⁷.

Essa quebra da hierarquia estabelecida não significou um vácuo de poder, mas sim uma alteração no grupo dirigente da universidade. Articulado desde o início da década de 1960, o grupo de jovens professores que defendia a reforma universitária na UFMG conseguiu indicar e fazer com que um de seus nomes se tornasse reitor da universidade. E mais do que isso, conseguiu efetivar alterações na universidade e ocupar os novos espaços constituídos, como os novos institutos criados. Os novos institutos passaram rapidamente a ter mais poder do que as escolas tradicionais. Desde a gestão de Orlando de Carvalho até os dias de hoje, a UFMG nunca mais foi administrada por um reitor vindo da Faculdade de Direito. A Escola de Engenharia teve um de seus professores ocupando o cargo máximo da instituição apenas em 2006. Já a Faculdade de Medicina foi retornar à Reitoria em 1986.

O que fez com que as unidades recém-criadas conseguissem se destacar no interior da universidade? As novas faculdades e institutos foram criadas no espírito da reforma, com lideranças dispostas a concretizar os planos traçados na legislação e nas normatizações da UFMG. Sujeitos que viam com bons olhos a adoção dos departamentos e rapidamente conseguiram criar cursos de pós-graduação e desenvolver campos de pesquisa que não

²¹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Relatório das atividades de 1968*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1969. p. 7.

existiam anteriormente. Fundamental para isso foram os expressivos investimentos nas duas áreas que estão intimamente conectadas: o crescimento da pesquisa e da pós-graduação.

Números obtidos nos relatórios de gestão da universidade demonstram o quão significativo foi esse crescimento e como a universidade cresceu e se complexificou em um curto intervalo de tempo. O próprio formato dos relatórios de gestão se torna cada vez mais complexo e completo. Se anteriormente o relatório trazia informações apenas sobre atos do reitor e deliberações do Conselho Universitário, com o crescimento da universidade irá também informar sobre o funcionamento de outros órgãos criados ligados à Reitoria, com o intuito de atender aos novos papéis atribuídos à instituição, como o Conselho de Planejamento e Desenvolvimento e o Conselho de Pós-Graduação.

A criação do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento, sob a coordenação de Hélio Pontes, teve papel fundamental na implementação da reforma na UFMG, atuando como um órgão profissionalizado voltado exclusivamente para o planejamento da universidade. O Conselho criou um setor de pesquisa e de estatística, responsável por realizar o levantamento e uma série histórica da instituição desde a época de sua federalização, em 1949, nas áreas de pessoal, cursos, patrimônio e finanças. As informações levantadas foram fundamentais para se obter um diagnóstico da universidade e, a partir disso, planejar as necessárias alterações e como fazê-las. Ainda de acordo com o Relatório das Atividades de 1968, o Setor Econômico, responsável por definir um Orçamento Plurianual de investimento para o próximo triênio, também realizou estudos sobre o custo básico de cada estudante de acordo com sua unidade. Hoje podem parecer dados rotineiros da administração universitária, entretanto a universidade pré-reforma, ainda pouco profissionalizada administrativamente, não concentrava essas informações, muito menos o orçamento, de responsabilidade direta das faculdades e das escolas. O próprio orçamento e o investimento necessário para a construção do campus Pampulha deveria ser planejado.

Com a legislação da reforma em vigor, a resistência dos catedráticos e dos grupos de docentes contrários às alterações de estrutura da universidade se enfraqueceu. Após 1968, a UFMG implementou as diretrizes definidas ainda na gestão de Pimenta, com algumas alterações nas criações dos institutos centrais. Ao longo de pouco mais de dez anos, a universidade adaptou sua estrutura, adquirindo o formato que tem até hoje. Os impactos da reforma universitária no interior da UFMG podem ser melhor compreendidos ao observarmos

os números que dão dimensão ao crescimento e ao desenvolvimento assistido no imediato pós-reforma²¹⁸.

Ao final do ano de 1968, havia em funcionamento na UFMG oito cursos de pós-graduação, resultado do trabalho desenvolvido e proposto pela gestão de Pimenta, que via o desenvolvimento da pós como passo fundamental para a modernização da universidade. Eram os seguintes cursos: Ciência Política (Mestrado e Doutorado) Bioquímica (Mestrado e Doutorado), Química Orgânica (Mestrado e Doutorado), Veterinária (Mestrado), Ciências e Técnicas Nucleares (Mestrado), Física (Mestrado), Economia Regional (Mestrado), Oftalmologia (Doutorado)²¹⁹.

Após a legislação da reforma universitária e com o importante aporte financeiro das instituições de fomento à pesquisa, a pós-graduação se tornou uma realidade na UFMG. A tabela apresentada a seguir ilustra a rápida expansão da pós-graduação no âmbito da universidade. Importante ressaltar que esse crescimento se deu de maneira mais expressiva fora do centro até então mais tradicional: Direito, Medicina e Engenharia. De 1968 a 1979, a UFMG teve um crescimento da ordem de 471% no número de cursos de pós-graduação ofertados.

²¹⁸ Não é a proposta deste trabalho traçar um histórico detalhado da UFMG que se estenda até os dias de hoje. Cabe dizer que o final da década de 1970 e a crise econômica que se estendeu pelos anos 1980 brecharam o crescente investimento nas instituições de ensino superior. Políticas neoliberais na década de 1990 significaram estagnação nos investimentos e desvalorização das carreiras do serviço público federal, momentos duros para as universidades que sobreviveram com poucos recursos e baixíssimos investimentos na pós-graduação e na pesquisa. Apenas a partir de 2003 foram retomados os investimentos expressivos nas universidades. Agora acompanhados de uma significativa expansão da rede federal guiada pela interiorização das instituições de ensino superior e também da rede de ensino técnica federal. Também foram instituídas políticas inclusivas, como a adoção do regime de cotas raciais e a ampliação do número de vagas, fundamentais para a democratização do ensino superior.

²¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Relatório das atividades de 1968*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1969.

TABELA 4**Cursos de pós-graduação na UFMG – 1969-1980**

Ano de criação	Total de cursos novos no ano	Total acumulado
1968	-	8
1969	4	12
1970	2	14
1971	3	17
1972	14	31
1973	2	33
1974	2	35
1975	0	35
1976	2	37
1977	1	38
1978	1	39
1979	1	40
1980	1	41

Fonte: Relatório das atividades dos respectivos anos.

A análise da série histórica dos relatórios anuais de atividades da UFMG e do Relatório Diagnóstico de 1966 também informa sobre o orçamento da universidade recebido do governo federal. Como apresentado na Tabela 5, entre 1968, ano da reforma universitária, e 1978, a dotação orçamentária da União para a universidade teve um crescimento de 2.081%, valor que mesmo se for considerada a inflação do período ainda é impressionante. Esse investimento possibilitou que a instituição promovesse as mudanças pretendidas pela sua proposta de reforma.

TABELA 5**Dotação Orçamentária da União para a UFMG – 1960-1978**

Ano	Dotação orçamentária da União para a UFMG em Cr\$	Variação do investimento em comparação ao ano anterior
1960	1.205.524	-
1961	2.234.326	85%
1962	2.785.338	24%
1963	3.781.453	35%
1964	9.899.132	161%
1965	16.721.280	68%
1966	20.852.293,00	24%
1967	26.453.790,00	27%
1968	48.440.614,00	83%
1969	53.121.054,00	10%
1970	61.385.280,00	5,5%
1971	80.414.273	31%
1972	118.359.656	47%
1973	145.078.600	22,5%
1974	192.119.600,00	32%
1975	360.433.000,00	88%
1976	434.048.400,00	20%
1977	745.753.900,00	71%
1978	1.056.587.000	42%

Fonte: Relatório das atividades dos respectivos anos. Com exceção dos dados de 1960 a 1965, retirados do Relatório-Diagnóstico de 1966.

Além de modernizar a estrutura existente, a UFMG expandiu suas unidades e também aumentou sua oferta de vagas, contando com um número maior de estudantes a cada ano do período analisado. Para dar conta de atender às novas necessidades, também foram ampliados o número de professores e funcionários. A racionalização dos recursos, com a centralização de docentes, de técnicos e de laboratórios nos institutos, fez com que não fosse necessário que o número de servidores da universidade acompanhasse o mesmo ritmo de crescimento que o número de alunos. De 1970, primeiro ano em que foi possível encontrar dados que informam

o número de alunos da graduação e da pós-graduação, a 1980, o número total de estudantes da UFMG teve um crescimento de 52%. Se considerarmos os dois principais grupos de estudantes de forma separada, alunos de graduação e alunos de pós-graduação, os números da expansão são ainda mais vultuosos. De 1968, ano da legislação reformista, a 1980, o número de graduandos cresceu 114%. De 1969, primeiro ano em que há registros do número de estudantes de pós-graduação, a 1980, esse grupo da comunidade acadêmica cresceu 158%. Já os docentes e os funcionários tiveram, na mesma série histórica, crescimento de 49% e 11% respectivamente.

TABELA 6**População Universitária da UFMG – 1960-1979**

Ano	Estudantes				Docentes	Funcionários
	Educação Básica	Graduação	Pós-Graduação	Total		
1960	SD	4.129	SD	4.129	SD	SD
1961	SD	4.496	SD	4.496	SD	SD
1962	SD	4.870	SD	4.870	SD	SD
1963	SD	5.060	SD	5.060	SD	SD
1964	SD	6.028	SD	6.028	SD	SD
1965	SD	6.606	SD	6.606	SD	SD
1966	SD	7.480	SD	7.480	1.617	2.389
1967	SD	8.487	SD	8.487	SD	SD
1968	SD	9.094	SD	9.094	1.616	SD
1969	SD	10.151	514	10.151	1.625	SD
1970	1.664	11.744	333	13.741	2.008	2.854
1971	1.416	13.302	519	15.237	1.964	2.610
1972	1.369	13.234	606	15.209	2.036	2.963
1973	1.302	15.101	762	17.165	2.119	3.441
1974	1.432	15.088	938	17.458	2.227	3.386
1975	1.117	14.795	1.103	17.015	2.372	3.130
1976	1.006	14.577	1.069	16.652	2.606	3.789
1977	1.070	15.505	1.208	17.783	2.700	3.104
1978	1.227	14.891	1.351	17.469	2.882	3.547
1979	1.065	15.460	1.300	17.825	2.984	3.037
1980	1.400	18.179	1.330	20.909	3.003	3.191

Fonte: Relatórios das atividades dos respectivos anos. SD: Sem Dados.

O que se sucederá ao longo da década de 1970 será a implementação e o aprofundamento das propostas trazidas pela reforma universitária na UFMG. Fundamental para isso foi o incremento do orçamento da instituição. Além da dotação orçamentária, também foram realizados investimentos e convênios para que fosse possível a construção de

novos prédios que abrigariam os institutos no campus da Pampulha²²⁰. Os primeiros edifícios construídos na nova área onde antes apenas existia a Reitoria foram o Colégio Universitário, em 1966 (atualmente é o prédio da Faculdade de Educação), o Instituto de Pesquisas Radioativas e o restaurante para os estudantes em 1968. Na década de 1970, ainda serão construídos o Pavilhão Central de Aulas, o Departamento de Química, o Departamento de Física, o Laboratório de Alta Tensão, o Laboratório Hidrotécnico, o Instituto de Ciências Biológicas, o Centro Pedagógico, a Escola de Belas Artes, o Hospital Veterinário, a Escola de Veterinária, o Departamento de Física e o restaurante setorial II. Além disso, fora do campus Pampulha, o Hospital das Clínicas foi reformado, e a Faculdade de Medicina ganhou um novo edifício para sua biblioteca ainda em 1966²²¹.

Os convênios efetivados na década de 1970 eram tão vultuosos que a administração universitária criou, vinculado ao Conselho de Planejamento e Desenvolvimento, o Setor de Convênios. De acordo com o *Relatório das Atividades de 1970*, o papel do novo setor era “coordenar e administrar convênios que a Universidade mantenha com outros organismos nacionais ou internacionais, que exijam uma participação disciplinadora mais direta”²²². No ano de sua criação, o Setor de Convênio assumiu a coordenação de dois grandes acordos: um com a República Democrática da Alemanha e MEC, o outro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O primeiro envolvia o valor de aproximadamente um milhão e oitocentos mil dólares para a aquisição de equipamentos em forma de comodato. Beneficiou principalmente as unidades da área de saúde e de tecnologia. De acordo com o relatório de 1970, a maioria dos departamentos que seriam beneficiados receberiam, de uma só vez, muito mais equipamentos do que conseguiu acumular desde sua criação. No relatório de 1971, ainda consta a informação de que o acordo com a RDA possibilitou a montagem de grandes instalações de Raio-X no Hospital das Clínicas, além da implantação de um moderno

²²⁰ O planejamento e a construção do campus Pampulha demandaria uma pesquisa específica sobre a temática. Sobre o assunto ver MACIEL, Carlos Alberto; MALARD, Maria Lúcia (orgs.). *Territórios da universidade: permanências e transformações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. O livro também pode ser compreendido como parte das narrativas oficiais sobre o passado da UFMG. Entre outras coisas, traz uma linha do tempo da instituição que se inicia em 1789, com a ideia dos inconfindentes de criar uma universidade. De qualquer forma, traz informações e imagens valiosas sobre os projetos dos edifícios da UFMG.

²²¹ MACIEL, Carlos Alberto; MALARD, Maria Lúcia (orgs.). *Territórios da universidade: permanências e transformações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 40-43.

²²² UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; COELHO, Marcello de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1970*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1971. p. 57.

observatório astronômico na Serra da Piedade, com a compra de um telescópio de espelhos de 600 milímetros e de outros aparelhos de astronomia²²³.

O segundo convênio, estabelecido com o BID, chegaria ao valor de dois milhões e quinhentos mil dólares, que seriam destinados para a construção do Hospital Universitário e do Pavilhão de Nutrição Animal, além da aquisição de importantes equipamentos para a Escola de Veterinária da universidade.

Em 1972, com a publicação do Decreto 71.243, a Universidade finalmente teve sua proposta de reestruturação a partir da legislação de 1968 aprovada pelo governo federal. O Plano de Reestruturação da UFMG definia os objetivos da universidade, seu estatuto jurídico e sua organização interna. Tudo isso estava de acordo com os princípios da legislação federal então vigente. No espírito da reforma, as unidades acadêmicas foram divididas entre Sistema Profissional e Sistema Básico²²⁴. No mesmo ano, foram publicados no Diário Oficial o novo Estatuto e também o Regimento Geral da UFMG.

2.3 A reforma universitária na memória

A reforma universitária da década de 1960, essencial para o desenvolvimento do modelo de universidade de que somos herdeiros até os dias atuais, é elemento fundamental na construção dos discursos sobre o passado da UFMG durante o regime militar. Entretanto, o foco é um pouco diferente do que quando o assunto é a repressão e a violência do regime. A reforma é a face modernizadora da ditadura. As reminiscências, em alguns casos, irão comparar a universidade pós-reforma com o que ela era antes, e as narrativas sobre a universidade anterior à implementação do projeto reformista, em sua maioria, não são positivas.

O período e a prática dos catedráticos, portanto antes da reforma, são lembrados por grande parte das memórias como associados a algo autoritário e até tacanho. Eduardo Cisalpino, estudante de Medicina na década de 1950, em sua entrevista relata que, para um estudante se aproximar de um catedrático, requeria-se a intermediação de um professor

²²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; COELHO, Marcello de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1971*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1972. p. 30.

²²⁴ O Sistema Profissional era constituído pelas seguintes unidades: Escola de Arquitetura, Escola de Biblioteconomia, Escola de Educação Física, Escola de Enfermagem, Escola de Engenharia, Escola de Música, Escola de Veterinária, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia. Já o Sistema Básico era composto por: Escola de Belas Artes, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Letras, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Geociências.

assistente. A professora da Faculdade de Medicina, Dulciene Queiroz comparou a figura do catedrático a de um tirano, a de um sujeito onipotente, já que ele acumulava todo o poder de uma determinada cadeira²²⁵. Ewaldo Mello, professor do ICEx, seguiu linha semelhante e relacionou os catedráticos a ditadores²²⁶. Os entrevistados que viveram a experiência de estudarem no tempo do regime das cátedras, mesmo com as críticas, ressaltaram o nome de alguns indivíduos que foram ótimos professores e sujeitos importantes na constituição de alguns campos de conhecimento dentro da UFMG. Entretanto, esses indivíduos foram apontados mais como exceção do que como regra, já que o próprio sistema universitário anterior à reforma não era favorável ao desenvolvimento da pesquisa.

Uma das vozes dissonantes entre as entrevistas analisadas ao tratar do regime de cátedras, o professor da Escola de Veterinária, Rômulo Leite, acredita que o fim da cátedra resultou na perda de hierarquia entre os docentes, o que seria prejudicial para a instituição²²⁷. Esse seria um dos problemas principais da alteração do regime de trabalho, já que, após a reforma não haveria mais diferenças entre o professor adjunto e o titular. Para Leite, o fim das cátedras fez com que novos professores já entrassem na instituição “se achando no mesmo direito” de quem está há anos na universidade.

Gerson Pianetti, professor da Faculdade de Farmácia, também apontou alguns dos aspectos negativos que a reforma universitária teria causado no cotidiano da universidade. Para Pianetti, o que ocorreu em sua escola foi um esvaziamento de cabeças pensantes, já que os melhores profissionais e as principais lideranças teriam sido deslocados para a constituição do Instituto de Ciências Biológicas e do Instituto de Ciências Exatas²²⁸. Na avaliação de Pianetti, a reforma universitária fez com que se retrocedesse no desenvolvimento da pesquisa, ao menos em sua área. A falta de liderança, antes exercida pelos professores catedráticos, criou um vazio que levou anos para ser preenchido. De acordo com sua narrativa, a Faculdade

²²⁵ QUEIROZ, Dulciene Maria de Magalhães. Entrevista a Maria Eliza Borges e Carla Corradi Rodrigues. 22 de dezembro de 2006. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

²²⁶ CARVALHO, Ewaldo Mello de. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Mário Sérgio Pollastri de C. e Almeida. 16 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

²²⁷ LEITE, Rômulo Cerqueira. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Pierre Pimenta. 4 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

²²⁸ PIANETTI, Gerson. Entrevista a Betânia Gonçalves Figueiredo e Iara Silva. 3 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

de Farmácia teve que iniciar do zero a constituição de seus laboratórios, desmantelados para a transferência para os novos institutos.

As memórias que abordaram o tema da reforma universitária possuem um traço característico em comum, uma ambiguidade na interpretação de qual teria sido, em uma avaliação geral, o saldo da universidade após vinte anos de governos militares. A ambiguidade está em como avaliar um governo que reprimiu e perseguiu estudantes e professores que se opunham abertamente ao regime e que, ao mesmo tempo, ampliou os investimentos na universidade e financiava projetos de pesquisa de interesse direto dos docentes.

Marcus Vinicius Gomez foi professor da Faculdade de Medicina até a reforma, quando passou a integrar o recém-fundado departamento de Bioquímica e Imunologia do ICB. Em sua perspectiva, um dos melhores ministros da educação que o Brasil já teve foi Jarbas Passarinho, que teria sido responsável pela criação do regime de dedicação exclusiva. Também reputou ao regime militar a criação de alguns órgãos de pesquisa, como FINEP e FNDCT. Entretanto, assim como outros entrevistados, Gomez fez questão de ressaltar que nunca foi favorável à ditadura, mesmo que isso não tenha sido perguntado por seus entrevistadores. Para ele, as iniciativas positivas nas universidades brasileiras não eram o suficiente para que se ignorasse o aspecto repressivo e autoritário da ditadura brasileira. Em resumo, “isso não tira deles as crueldades que eles fizeram também”²²⁹. Foi importante para grande parte dos entrevistados se afastarem, em suas narrativas, de qualquer traço que indicasse simpatia ou apoio ao regime militar.

Tópico que também se repetiu em alguns depoimentos foi a comparação da relação da ditadura brasileiras com as universidades com a realidade de outras ditaduras latino-americanas, fundamentalmente a argentina e a chilena. Na comparação, as instituições brasileiras teriam tido um ambiente muito mais favorável para o trabalho acadêmico do que os países vizinhos. Em sua entrevista, Marcus Vinicius Gomez disse que “eles acabaram com a ciência na Argentina. A Argentina tinha os maiores cientistas. Acabaram com a Argentina”. O nível de perseguição aos professores argentinos foi tamanho que, em alguns casos, a comunidade acadêmica brasileira, mesmo também vivendo sob um regime autoritário,

²²⁹ GOMEZ, Marcus Vinicius. Entrevista a Otávio Dulci, Mauro Lúcio Condé e Iara Silva. 28 de novembro de 2006. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

conseguiu acolher pesquisadores que deixaram o país com medo de serem assassinados. Élvio Moreira, professor da Escola de Veterinária e que teve prejuízos em sua carreira acadêmica por conta de sua militância política, relata que sua escola chegou a receber pesquisadores chilenos e argentinos que deixavam seus países de origem por medo do ambiente político. Esses pesquisadores teriam sido recebidos “sem nenhuma restrição do Ministério das Relações daqui”. Mesmo com seu histórico de ter sido preso nos primeiros anos da ditadura e de ter sua saída do país para cursar doutorado impedida, Moreira relata que, durante anos, foi presidente de comitê assessor do CNPq e nunca teve nenhum tipo de restrição por conta de seu passado. Em suas palavras:

Então não é assim, também, a gente vai vendo, a gente pega aqui, às vezes o pessoal mais... gente mais jovem, mais radical, não é isso? Achando que os militares brasileiros tinham uma... uma produção, vamos dizer muito retrógrada, não é? É... não tinham uma visão de... de... de futuro, não é?²³⁰

As ditaduras argentina e chilena tiveram políticas universitárias diferentes da brasileira. Também consideravam as instituições de ensino superior como centros difusores e formadores de subversão e, assim como o regime brasileiro, tentaram implementar alterações em seus sistemas universitários. Entretanto, as políticas adotadas nos países vizinhos foram mais radicais na perseguição a opositores dentro das universidades. No Chile, a Universidade Técnica do Estado (UTE) chegou a ser bombardeada pelo Exército após o golpe de 1973. O próprio reitor da instituição permaneceu preso por dois anos. De acordo com Fernandes, “A violência física, moral e psicológica desencadeada contra a UTE e seus membros nos primeiros dias após o golpe foi algo sem precedentes na história das universidades durante os regimes militares da América Latina”²³¹.

Em artigo comparativo sobre as três ditaduras do Cone Sul, Rodrigo Motta informou a existência de estimativas de que 25% dos professores universitários chilenos teriam sido demitidos por questões políticas. Já na Argentina, há a estimativa de que 3.000 docentes teriam sido expurgados das universidades²³². Além disso, ao contrário do que ocorreu no Brasil, as duas ditaduras dos países vizinhos viveram uma situação de precarização do

²³⁰ MOREIRA, Élvio Carlos. Entrevista a Maria Eliza Borges, Mário Sérgio Castro e Almeida, 3 de julho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

²³¹ FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores Universitários na mira das ditaduras: a repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2016. p. 101.

²³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 48

trabalho docente, com instabilidade no emprego e com salários muito baixos. Um dos ministros da educação do regime militar argentino, Juan José Catalán, chegou a afirmar que o número de universidades do país era excessivo. A cúpula eclesiástica, importante parceiro do regime militar do país vizinho, também via as universidades como perigosos centros, “berço e foco da guerrilha organizada”²³³. Os investimentos nas universidades na Argentina e no Chile foram drasticamente reduzidos, chegando a 50% de corte nas instituições chilenas. A redução de investimento também foi acompanhada de redução no número de vagas ofertadas no ensino superior²³⁴.

Todavia, o comportamento dos órgãos de vigilância não foi tão cordato com relação à contratação de professores estrangeiros como narrado por Élvio Moreira. Em fevereiro de 1977, o então reitor da UFMG, Eduardo Cisalpino, recebeu ofício encaminhado pela Divisão de Segurança e Informações do MEC (DSI/MEC) questionando se a universidade pretendia contratar professores argentinos²³⁵. Caso a resposta fosse positiva, lembrava ao reitor que era indispensável o envio dos nomes e de seus registros para a DSI antes de efetivar a contratação²³⁶. Em janeiro do mesmo ano, a Agência de Belo Horizonte do Serviço Nacional de Informações (ABH-SNI) já havia enviado para a UFMG documento com questionamento similar²³⁷. Apesar de não explicitado em nenhum dos ofícios enviados, provavelmente, a preocupação dos órgãos de informação com a possível contratação dos professores argentinos foi por conta de sua nacionalidade. Acredito que a DSI/MEC e a ABH-SNI não ignoravam o fato de que pesquisadores do país vizinho identificados com a esquerda estavam deixando a Argentina com medo das ações repressivas, das prisões e dos assassinatos cometidos pelo regime ditatorial²³⁸.

Além do receio de que a UFMG admitisse em seus quadros indivíduos possivelmente “subversivos”, a Divisão de Segurança e Informações do MEC preocupava-se com as

²³³ RODRÍGUEZ, Laura Graciela. As políticas educativas durante a última ditadura na Argentina (1976-1983). MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 20.

²³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 50

²³⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 36/1977, Maço 5, folha 31.

²³⁶ O procedimento de triagem ideológica para a contratação de novos professores era procedimento padrão e será tratado no terceiro capítulo. No caso aqui apresentado é curioso o fato da DSI/MEC tomar a iniciativa de saber sobre os argentinos antes mesmo que a UFMG desse andamento à sua efetivação.

²³⁷ Acervo AESI-UFMG. Caixa 36/1977, Maço 5, folha 30.

²³⁸ Além do medo da ditadura, as políticas de desvalorização da docência universitária também podem ter motivado as imigrações dos professores argentinos.

atividades desenvolvidas pelo professor do Departamento de Ciência Política da FAFICH, o uruguaio Bernardo Sorj²³⁹, no recém-criado Programa de Estudos Comparativos Latino-Americanos (PECLA). O problema das atividades do PECLA era sua relação com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), “entidade com grande infiltração marxista” na perspectiva da DSI/MEC²⁴⁰. Em documento enviado pela Divisão para a universidade, também em fevereiro de 1977, o órgão de informação questionou o reitor se Sorj tinha passado pelo processo de contratação padrão, com o preenchimento de sua ficha ideológica. Também interrogou quais eram os objetivos do PECLA, quem eram os professores envolvidos, qual era o local do encontro que seria realizado em parceria com a CLACSO e quem seriam os professores participantes²⁴¹. Mesmo que Bernardo Sorj não fizesse parte do grupo de professores argentinos, as atividades do PECLA junto à CLACSO fez disparar o alarme da DSI/MEC e da ABH/SNI para a atuação e para a possível contratação de docentes estrangeiros na FAFICH²⁴².

Mesmo que nenhuma das contratações de professores estrangeiros na UFMG tenha sido efetivamente vetada por razões ideológicas e políticas, a preocupação dos órgãos de informação com a presença de docentes de outras nacionalidades existiu. A receptividade a professores latino-americanos, portanto, não se deu de forma tão tranquila quanto sugerem as memórias do professor Élvio Moreira.

O discurso da criação de órgãos de pesquisa e de investimento em criação de tecnologias próprias foi abordado na entrevista de Antonio Sergio Teixeira Pires, professor do departamento de Física. Apesar da preocupação dos militares em “combater o chamado então comunismo, o pessoal da esquerda, esse tipo de coisa”, havia uma preocupação com as universidades públicas e com o desenvolvimento da ciência nacional:

Mas os militares também estavam muito preocupados com pesquisa. Então... basta dizer que, por exemplo, o CNPq foi criado por um militar. E eles colocavam dinheiro realmente em pesquisa. Eles queriam realmente levar o país para frente, quer dizer, eles pensavam que talvez tecnologia pudesse ser importante, talvez até para a área militar ou qualquer coisa desse tipo, não é? Mas eles realmente tinham interesse... assim, em melhorar o Brasil do ponto

²³⁹ Importante ressaltar que o Uruguai também vivia uma ditadura e viveu experiência similar a da Argentina, com um grande número de professores universitários deixando o país temendo por suas vidas.

²⁴⁰ Acervo AESI-UFMG Caixa 36/1977, Maço 5, folhas 25 e 26.

²⁴¹ *Ibidem*.

²⁴² Com relação à contratação dos professores, Cisalpino respondeu em fevereiro de 1977 que os mesmos ainda não haviam sido efetivados. Também enviou as fichas de qualificação de três dos cinco docentes cogitados. Não houve contraindicações para nenhum dos nomes. Acervo AESI-UFMG, Caixa 36/1977, Maço 5, folha 41.

de vista tecnológico. Eles podem talvez ter cometido alguns erros assim de... política, mas realmente foi colocado verba. E do ponto de vista assim, de pesquisa, houve realmente um grande fluxo. Foi colocado dinheiro principalmente... tipo a FINEP. E... e do ponto de vista para quem queria mexer só com pesquisa, a situação naquela época não era ruim. Tinha dinheiro. Eles começaram a colocar dinheiro, começaram... a ter um direcionamento mais voltado para o setor tecnológico²⁴³.

Colocando em perspectiva os investimentos em pesquisa e em pós-graduação e a atenção dada às universidades federais pelos diferentes governos, Dan Avritzer, professor do departamento de Matemática, afirmou que nunca houve tanto investimento na ciência no Brasil como no período da ditadura militar. Para ele, “o sistema de pós-graduação no Brasil hoje, que foi implantado nessa época, trouxe vários sucessos inegáveis”²⁴⁴. A entrevista foi realizada em 2007, momento em que as universidades recebiam pesados investimentos, e Avritzer estabelecia, assim, uma relação entre a ditadura militar e o governo Lula no que diz respeito ao investimento em educação.

Eu acho que o Governo Lula, na verdade ele retoma, está retomando muita das coisas que vieram lá de trás. Quer dizer, hoje está num momento bom de novo, como talvez só tenha havido lá atrás, não é, em termos de que... Em termos de priorização do ensino público, não é... do ensino é, é, é... Do ensino universitário público, das agências de fomento, do CNPq, da CAPES... Está certo? Eu sinto hoje isso é.(...)

Você tem bolsas... Você tem dinheiro... Claro que não é ainda o que a gente gostaria, a gente quer sempre mais e tal, mas é... É muito melhor do que eu diria há cinco, dez, oito anos atrás, não é? Eu, se eu pensar, na minha vida passada, qual foi o outro momento em que eu senti isso, foi na Ditadura Militar. Curioso isso, mas eu acho que é verdade. Eu sinto que, que... Isso... Não vou comparar o Governo Lula com o Governo Militar, enfim, são momentos políticos, ideológicos, completamente diferentes, mas... No sentido de projeto nacional, no sentido da importância da pesquisa, não é... Enquanto... Enquanto é... Formação de mão-de-obra qualificada, enquanto, não é, a importância do, do, do sistema de pós-graduação e pesquisa no país que deu uma direção é... Para o país, não é? Eu sinto que houve uma, há uma, há uma... Há um paralelo, no mínimo um paralelo²⁴⁵.

Assim como todos os outros entrevistados que abordaram a reforma universitária, Dan Avritzer, mesmo destacando a importância da política educacional de ensino superior do

²⁴³ PIRES, Antonio Sérgio Teixeira. Entrevista a Mauro Lúcio Condé, 6 de agosto de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

²⁴⁴ AVRITZER, Dan. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Luca Palmesi, 4 de junho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

²⁴⁵ Ibidem.

regime militar para o desenvolvimento das universidades brasileiras, também fez questão ressaltar: “nunca vou apoiar a ditadura em nenhum sentido”²⁴⁶.

A adoção da obrigatoriedade da pesquisa para os professores universitários foi uma das novidades que a legislação reformista trouxe. Apesar de ser interpretada positivamente pela maioria dos docentes entrevistados, Carlos Alberto Lombardi Filgueiras, professor do departamento de Química, relatou situações vividas por colegas que tinham que agora encarar e aprender a trabalhar em uma nova realidade:

E havia uma coisa muito curiosa, com a reforma universitária surgiu a necessidade de os professores se dedicarem não apenas ao ensino mas também à pesquisa. E isso veio de cima para baixo, foi uma ordem. Eu presenciei casos angustiantes de pessoas que eram professores a dez, vinte ou mais anos e de repente foram constrangidos a fazer uma atividade que eles nunca tinham feito e da qual nem tinham ideia do que fosse, falavam “o quê que é isso, fazer pesquisa?” Bom, naquela época, em retrospecto, eu vejo que talvez tenha havido uma tolerância muito saudável que permitiu a muitas dessas pessoas se, ah, reciclar, se, se, se... Modificar a sua maneira de trabalhar, sem desperdiçar aquela mão de obra que era, que era valiosa, não sei se hoje, se isso fosse acontecer hoje, se o, o nosso sistema acadêmico teria o mesmo grau de tolerância. Mas... Aos trancos e barrancos a coisa foi caminhando, e... E realmente a pós-graduação veio para ficar e ficou²⁴⁷.

Assim como Filgueiras, o professor do departamento de Física, Márcio Quintão, comentou sobre algumas das dificuldades enfrentadas para a criação e para a consolidação do Instituto de Ciências Exatas dentro das diretrizes da legislação modernizadora:

Mas voltando ao professor Magalhães, uma das atitudes dele, que eu acho que foi mais meritória, é que ele dizia aos colegas tacanhos dele: nós não podemos condenar os moços de hoje ao mesmo tipo de formação acanhada que nós tivemos, quer dizer isso é formidável, eu acho que denota um, um homem excepcional, ele, ao tomar posse como primeiro diretor do ICEx, ele enfrentou dois problemas muito grandes. O primeiro de organizar o próprio ICEx, notando o seguinte é que havia resistência, a Reforma Universitária ela desmanchou muitas situações comodamente assentadas, e, com isso, ao juntar professores da Filosofia, professores da Engenharia na área de Física, de Matemática, de Química, da, da Farmácia também, ela misturou é, alguns produtos imiscíveis, alguns casos se resolveram de uma maneira muito tranqüila. Houve uma real incorporação, noutros casos, aos poucos, aqueles que não se, é... Incorporaram, foram sendo eliminados, ou voltando para suas escolas de origem ou como alguns poucos casos, saindo da universidade, houve alguns casos que se demitiram ou se aposentaram, por não aceitar

²⁴⁶ AVRITZER, Dan. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Luca Palmesi, 4 de junho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

²⁴⁷ FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. Entrevista a Mauro Condé e Mario Sérgio Pollastri. 23 de abril de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

aquela nova situação. Então o professor Magalhães teve que enfrentar os problemas de natureza pessoal, desse tipo, teve que enfrentar a má vontade dos diretores das escolas que iam perder professores e alunos em ceder equipamentos, em ceder biblioteca, em ceder funcionários, então a, a, a obra dele como diretor foi também uma obra diplomática, de estabelecer diálogos, de, de tentar convencer aos outros de que não se tratava de, é, criar novos privilégios, mas de dar um passo na direção do progresso, progresso no sentido de você estimular é, atividades que até então, tinham sofrido um processo de sub-utilização ou de sub-existência na... Na universidade²⁴⁸.

Segundo Eduardo Cisalpino, o grupo de docentes que articulava e debatia a reforma universitária na UFMG do qual fazia parte teria se originado de professores que foram estudar nos Estados Unidos e que teriam se encantando com o outro formato de universidade e principalmente com a área da pesquisa.

O povo que tinha ido pro estrangeiro, sabe, tinha ido pro estrangeiro, era um grupo já que pensava na reforma. E pensava em pesquisa, pensava em dedicação exclusiva, sabe. Mas, com a reforma esse grupo cresceu, né? Pra você ter uma ideia... Aí eu fui eleito diretor do ICB. Fui diretor... Já era catedrático. Diretor do ICB. Como uma vitória, né, do grupo que queria a reforma. Mas aí o ICB já tava mais ou menos dividido, porque havia professores que queriam a reforma, e havia os catedráticos. Mas eu... Eu tive sorte porque o seguinte, sabe, eu tinha um estopim meio curto. Então eu enfrentava sem... sem violência, sem nada, mas nós resistíamos aos catedráticos, né? E fomos implantando... Implantando a reforma universitária²⁴⁹.

As dificuldades enfrentadas para a montagem dos institutos recém-criados é relatada por Eduardo Cisalpino, que ocupava a direção do ICB à época em que se constituíam os laboratórios centralizados. O Instituto de Ciências Biológicas, ainda sem prédio próprio construído, ocupou parte da Faculdade de Medicina, não sem enfrentar resistências dos grupos mais conservadores:

Nós ocupamos aquilo ali. No grito. Nós invadimos. [risos] Houve é... Congregação reunida lá do... Da Escola de Medicina contra nós, e nós levamos pra lá. Contamos nessa época com apoio do reitor. O reitor já era o Marcello Coelho, que era um professor do ICB²⁵⁰.

²⁴⁸ QUINTÃO, Marcio. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Mário Sérgio Pollastri. 6 de junho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

²⁴⁹ CISALPINO, Eduardo Osório. Entrevista a Iara Silva. 10 de junho de 2016.

²⁵⁰ Ibidem.

Em discurso um pouco diferentes da maioria presente nas entrevistas analisadas, Ewaldo Carvalho, professor do departamento de Física, avaliou que o período da ditadura militar

foi o período melhor que nós tivemos para ordenar, e na Universidade... E na Universidade o pessoal pode falar o que for, eu acho que os militares no início eles... Eles eram... Eles realmente tinham o interesse em ser democráticos, eu não entendo de política e vou falar muito pouco disso. Mas o que a gente sentia, eu tive ordenado de dois mil dólares, fazendo a conversão, e eu era o que? Professor adjunto. Então você olha que... Que foi realmente para a universidade, foi um período em que pagava, não sei como é que... Talvez não fiscalizasse como hoje não fiscaliza, não é? Também, fiscaliza muito pouco para o meu gosto. Então, é... Equipamentos e dinheiro para mim nunca faltou, tudo o que eu pedi ao CNPq eu tive, e tudo o que eu pedi CAPES eu tive. Inclusive a minha complementação de bolsa para pós-doutorado por mais tempo, porque eles me deram dinheiro para eu pagar a casa, sem nenhum cartucho, porque isso não existe, não é? Foi a minha argumentação junto à CAPES, que eu consegui²⁵¹.

Sua entrevista é uma das poucas que não fez ressalvas significativas à ditadura devido aos seus aspectos repressivos. Sua crítica se restringiu ao endividamento sucessivo dos governos dos generais, que teria sido responsável, em sua opinião, por um dos maiores problemas econômicos brasileiros.

Ivan Domingues, professor do departamento de Filosofia, falou em sua entrevista sobre a situação da universidade brasileira anteriormente à reforma e quais seriam suas principais alterações no panorama acadêmico:

A universidade brasileira era muito acanhada, até então. Eram universidades em torno das engenharias, do direito e da medicina. (...) Todas essas áreas eram acanhadas em torno dessas três grandes faculdades: engenharias, direito e medicina. E pouco acadêmicas, em certo sentido, Mauro. Concorde comigo? A reforma universitária, junto com as ações da CAPES e do CNPq, colocou a universidade brasileira num outro patamar. Foi quando a universidade descobriu a pesquisa. Ficou mais profissionalizada, é... É... Quebrou... As faculdades perderam os centros, a centralidade, os centros passaram a ser os departamentos, e... Junto com os departamentos, as disciplinas, o estado mais disciplinar, mais departamental. (...) Mas a reforma universitária, com ou sem departamento, criou um outro ambiente, relançou a universidade num outro nível, num outro patamar. Induziu, forçou, criou os meios, criou as condições. Aí o papel da CAPES e do CNPq, os dois papéis das duas agências, cada uma a seu modo, foram decisivos os papéis por elas assumidos nesse contexto. Isso abriu uma [inaudível] mais acadêmica, mais profissional, mais técnica, mais papers, mais livros, mais produção, mais taylorização, mais produzir. Isso são

²⁵¹ CARVALHO, Ewaldo Mello de. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Mário Sérgio Pollastri de C. e Almeida. 16 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

distorções, são distorções. Criou coisas boas, e junto com coisas boas... Distorções e aspectos negativos. Mas, para mim faz parte²⁵².

A partir de 2003, as universidades, e também a UFMG, passaram por algumas alterações tanto no sentido da democratização, com ampliação do número de vagas, ampliação de cursos noturnos, adoção do sistema de cotas raciais, quanto nos investimentos em pesquisa, em pós-graduação e em infraestrutura. Após quase uma década de estagnação nos salários e nas contratações, houve um bom volume de novas contratações e valorização das carreiras dos servidores das instituições de ensino superior. Entretanto, a estrutura e o formato que a UFMG tem até os dias de hoje é herdeira desse período fundamental de transformações que ocorreram na segunda metade na década de 1960 e no início da década de 1970.

A análise dos principais aspectos da reforma universitária da UFMG é fundamental para a compreensão da memória que se constituiu na universidade sobre o período da ditadura militar e também sobre as relações da instituição com o regime. A reforma é lembrada como um grande investimento do regime militar nas instituições de ensino superior e como a guinada rumo a uma universidade modernizada, que passou a se basear do tripé ensino, pesquisa e extensão. No caso específico da UFMG, a comunidade universitária teria se dividido entre os resistentes à reforma, em geral apoiadores do regime e membros das escolas mais tradicionais, e um grupo de jovens professores, defensores da modernização da universidade. Cisalpino afirma em sua entrevista que o Conselho Universitário da UFMG, ao final da década de 1960, era totalmente dividido: “Então a universidade tava mais ou menos dividida, né? Entre o grupo contra a reforma, contra... [e o grupo] contra a revolução, mas tinha que ser contra com modos, né?”.

A constituição do grupo que dirigiu a universidade nos anos do regime militar se deu em torno da implementação da reforma universitária e de que era necessário salvaguardar a autonomia universitária. O entendimento do que é autonomia não é definido em nenhuma das narrativas analisadas para este trabalho, mas é um conceito que ainda é razão de polêmicas sobre a legislação educacional atual. Em sua definição mais estrita, autonomia pode ser entendida como a capacidade de reger-se por leis próprias e também como independência administrativa em relação a um poder central. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação

²⁵² DOMINGUES, Ivan. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Pierre Pimenta. 22 de fevereiro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

Nacional de 1961, vigente até 1971²⁵³, trazia em seu artigo 80 a garantia de autonomia para as universidades no âmbito didático, administrativo, financeiro e disciplinar²⁵⁴. A Lei 5.540/68, da Reforma Universitária, reafirmava o mesmo princípio em seu terceiro artigo. Entretanto, em ambas as legislações está ausente a definição do que é autonomia. O discurso dos indivíduos que ocuparam os cargos de poder da instituição é de que a autonomia foi preservada e garantida por conta da união dos diversos segmentos da comunidade da UFMG. O próximo capítulo terá como foco a análise de determinados acontecimentos em que a autonomia universitária teria sido desrespeitada pela ditadura.

²⁵³ Em 1971 entrou em vigor uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 5.692/71. No entanto, o novo texto legal não tratou das instituições de ensino superior, se restringindo à educação de 1º e 2º graus e ao ensino supletivo. Possivelmente por conta da existência de lei específica para tratar do ensino superior já em vigor desde 1968.

²⁵⁴ Sobre as articulações para a aprovação da LDB de 1961 ver CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior da república populista*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

3. AUTONOMIA VIOLADA E A ATUAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA UFMG

3.1 O sistema de informação nas universidades

A criação e o desenvolvimento de sistemas de inteligências como instituições permanentes dos Estados foi algo disseminado ao longo do século XX. Os sistemas de inteligência podem ser definidos como organizações que atendem à função de investigações e de prestação de informações necessárias à defesa interna e externa de um determinado governo. Foram criados com a ideia de que seriam capazes de atribuir racionalidade ao funcionamento do Estado²⁵⁵. Em regimes autoritários, como a última ditadura brasileira, os sistemas de inteligência tinham a segurança interna e a manutenção da ordem institucional como foco de atuação mais importante. Seu objetivo principal era proteger o país dos “inimigos internos” e, para isso, lançavam mão de estratégias das mais truculentas.

A estrutura organizacional do sistema de inteligência brasileiro ao longo do regime militar é complexa, ainda mais por misturar administração civil e militar. Além do Serviço Nacional de Informações, criado em 1964, que perpassava todos os órgãos civis, cada uma das forças armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército) tinha seu próprio Centro de Informações: CENIMAR, CISA, e CIE²⁵⁶. Os diversos órgãos de informação, o SNI, os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e as segundas seções das unidades militares trocavam informações e atuavam em conjunto constantemente²⁵⁷. Não é o propósito deste trabalho analisar detalhadamente o organograma do Sistema de Informações. Abordarei brevemente a estrutura à qual estava ligada a Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFMG.

Em junho de 1964, O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi instituído com a promulgação da Lei 4.341, que trazia as definições do que seria o novo órgão. O SNI foi criado ligado diretamente à Presidência da República, o que fazia com que seu chefe tivesse

²⁵⁵ ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, n° 38. p. 399-417, Jul / Dez 2007.

²⁵⁶ Os acervos desses órgãos militares até os dias de hoje não se tornaram públicos e estão sob os cuidados de suas respectivas instituições. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade teriam encontrado os indícios de que parte dessa documentação não foi destruída. Mesmo que legalmente a CNV tivesse poderes para requisitar às Forças Armadas esses arquivos, isso não foi feito, provavelmente para não criar um desgaste político. Ver FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis da ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

²⁵⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

status de ministro de Estado. Foi criado com autonomia financeira e poderia abrir agências nas principais capitais do país, além de poder requisitar civis e militares dos diversos órgãos do Poder Executivo. Assustadoramente, e ao contrário de todos os órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o SNI não era obrigado a tornar públicas suas regras de funcionamento, nem informações básicas sobre seu quadro de pessoal²⁵⁸.

Em 1967, ressuscitando órgãos que foram criados em todos os ministérios civis no governo de Getúlio Vargas, as Seções do Conselho de Defesa Nacional foram reformuladas na gestão de Costa e Silva na presidência da república e renomeadas como Divisões de Segurança e Informações (DSI). As DSIs estavam sob comando do SNI e foram de grande utilidade, já que criaram uma capilaridade sem precedentes para o Serviço, que agora tinha penetração em todos os ministérios. Aprofundando ainda a área de abrangência do Serviço de Informações, foi criada em cada órgão público, empresa, autarquia ou fundação uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), subordinada à DSI respectiva de seu Ministério.

A DSI ligada ao MEC foi uma das mais importantes, mais atuantes e maiores das divisões ministeriais, chegando a ocupar, em meados dos anos 1970, metade do edifício do Ministério da Educação e Cultura em Brasília²⁵⁹. O tamanho da DSI-MEC é proporcional à preocupação do sistema de informações com as universidades. Estas, em alguns casos, autarquias (como é a situação da UFMG) e, em outros, fundações, também passaram a fazer parte do SISNI por meio da criação de suas ASIs, ou AESIs²⁶⁰. Há a estimativa de que existiriam, subordinadas à DSI/MEC, 35 ASI universitárias e outras 15 ligadas a diferentes setores do MEC²⁶¹.

O controle e vigilância sobre as universidades será aqui considerado como a outra faceta para a política modernizadora das instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo em que a ditadura investia nas universidades e propunha sua modernização a partir da reforma

²⁵⁸ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

²⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 195.

²⁶⁰ Inicialmente, as agencias receberam a denominação de Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI). Com uma reformulação do sistema, em 1975, passaram a se chamar Assessoria de Segurança e Informações (ASI). MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 195.

²⁶¹ *Ibidem*. p. 197.

universitária, também investiu em um sistema que permitisse a vigilância sobre todos os pormenores do cotidiano das instituições. Claro que a política autoritária no que toca à comunidade universitária não dizia respeito apenas a ações de informação, mas também a diversas ações repressivas, principalmente direcionadas ao movimento estudantil.

Uma das fontes fundamentais para esta pesquisa, o acervo da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFMG (AESI)²⁶², encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Central da Universidade, no Acervo Memória. São 12.606 documentos textuais, arranjados em 39 caixas-arquivos, em bom estado de conservação e de organização. Os documentos vão de 1964 a 1981. Necessário esclarecer que, em 1964, as ASIs ainda não tinham sido criadas, mas a UFMG optou por arquivar no mesmo acervo toda a documentação anterior à sua instituição (em 1972) que dissesse respeito a questionamentos do sistema de informações. Há registros de que parte da documentação enviada pelos órgãos de repressão teria sido destruída por Aluísio Pimenta, reitor da Universidade de 1964 a 1967²⁶³. Os documentos são dos mais variados: panfletos políticos, folhetos de propaganda produzidos pelo governo federal, exemplares de publicações apreendidas na UFMG, fichas de alunos e de professores suspeitos de envolvimento com a “subversão”, ofícios trocados no âmbito da comunidade de informações, entre outros.

Oficialmente, em maio de 1979, a Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFMG foi extinta a partir de ordem superior²⁶⁴. No entanto, algumas das assessorias universitárias, com o aval de seus reitores, optaram por manter o aparato de informação em funcionamento. Em outubro de 1981, a DSI/MEC comunicou aos reitores que as assessorias não haviam sido extintas, e sim desativadas, o que indicava que os que tivessem interesse em mantê-las em funcionamento poderiam fazê-lo²⁶⁵. A lei definitiva de extinção das ASI veio apenas em 1986, com o Decreto 93.314/86. A partir dessa legislação, o arquivo da AESI-

²⁶² Mesmo com a mudança de nome de AESI para ASI, por uma razão de simplificação e também por ser esse o nome do arquivo consultado, optei por adotar apenas a nomenclatura AESI-UFMG ao longo do trabalho.

²⁶³ Em entrevista, Aluísio Pimenta relata que recebia constantemente fichas do DOPS com referências a posições políticas de docentes, estudantes e funcionários, inclusive sua própria ficha. Em suas palavras “eu rasgava as fichas do DOPS e jogava fora. (...) Elas poderiam prejudicar muita gente, se caíssem em mãos de determinados caçadores de bruxas”. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p.54.

²⁶⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 38/1978, Maço 23. Ofício nº 009/3000/79/SNM/DSI/MEC, em 08/05/1979. Folha 138. Mesmo com a extinção da Assessoria, a universidade continuou recebendo ofícios da DSI/MEC com caráter confidencial, mas agora endereçados diretamente ao reitor até 1982.

²⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 336.

UFMG foi lacrado e transferido para a Imprensa Universitária, onde ficou até 1989. A partir dessa data, o arquivo foi inventariado e permaneceu em sigilo até o final daquele ano, quando foi transferido para a Biblioteca Universitária, com a finalidade de integrá-lo ao acervo de documentos relativos à memória da instituição e que já se constitui, de fato, em um Núcleo de Memória da UFMG. Os documentos foram primariamente classificados como "confidencial e secreto", devido à natureza especial do arquivo, e hoje os originais estão disponíveis para consulta em Belo Horizonte, e também há cópias do acervo no Arquivo Nacional.

O resumo do conteúdo da documentação no catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG afirma, entre outros itens, que o arquivo contém “ofícios de reitores *resistindo* às ingerências da AESI”, recorrendo à tradição da memória de resistência analisada no primeiro capítulo²⁶⁶. A própria preservação do acervo da Assessoria é empregada nos discursos de memória como argumento para a ideia de que a Universidade teria conseguido garantir sua autonomia diante do arbítrio autoritário. De acordo com Cisalpino, a preservação do acervo teria sido iniciativa do então reitor Cid Veloso:

E com o Cid Veloso, é... Veio o decreto extinguindo a AESI. O... o Cid fez um negócio muito bonito, sabe. Ele mandou organizar a AESI, a documentação, levou o assunto pro Conselho Universitário e o Conselho Universitário autorizou a pesquisadores que quisessem... Que quisessem estudar aqueles documentos. Foi interessante que a primeira leva assim... Eles acharam que iam descobrir coisas terríveis, sabe? [risos] Eram papéis lá, que nós mandávamos e tudo, mas não... Não conseguiram. Que você vê... Se você olhar o que aconteceu com a USP foi um negócio terrível, né? Reitor de lá, livro azul, livro vermelho, nós não tivemos nada disso. Porque era... Nós... Nós não... Não perseguíamos ninguém né, nem eu nem o Marcello²⁶⁷.

Os acervos específicos das ASIs universitárias foram, em sua maioria, destruídos no período de democratização. Em alguns casos, a iniciativa de destruição dos acervos foi da própria comunidade acadêmica, que acreditava que nada daquele momento histórico nefasto deveria ser preservado. Há registros da atuação do movimento estudantil no desmonte do aparato de Informações, como na Universidade Federal do Ceará, em que os estudantes invadiram a sede da ASI local exigindo que suas atividades fossem encerradas²⁶⁸. Hoje, sabemos da preservação, mesmo que parcial, dos arquivos das seguintes ASIs universitárias –

²⁶⁶ Colocação equivocada, já que a AESI, em si, era composta por apenas um servidor do quadro da universidade, indicado pelo próprio reitor da instituição, impossível, portanto, que os reitores estivessem submetidos a ingerências da AESI.

²⁶⁷ CISALPINO, Eduardo Osório. Entrevista a Iara Silva. 10 de junho de 2016.

²⁶⁸ CRUZ, José Vieira da. Estudantes Vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977). *Ponta de Lança*: São Cristóvão, v. 2, nº 3, out. 2008 – abr. 2009.

a AESI-UFMG, AESI-UFES, ASI-UnB, AESI-UFBA, e AESI-UFS²⁶⁹. Grande parte dos arquivos constituídos pelas Assessorias de Segurança foi destruída com a extinção dos órgãos no final dos anos 1980. Com o fim da ditadura, os arquivos tornaram-se um problema delicado por terem uma memória incômoda para alguns membros da comunidade acadêmica, já que reitores, diretores, estudantes e professores colaboraram com o aparato repressivo. Muitas das universidades incineraram seus acervos, outras encaminharam a documentação de suas respectivas ASIs para a DSI/MEC.

Em trabalho sobre a modernização da Universidade Federal do Espírito Santo, Ayala Pelegrine informa que o servidor responsável pela ASI-UFES teria incinerado parte da documentação da Assessoria e teria levado o restante do acervo para sua própria casa após a extinção do órgão²⁷⁰. Já o acervo da DSI/MEC, quando ocorreu sua extinção, foi recolhido por alguma unidade militar até hoje não identificada, o que faz com que seu paradeiro – se é que ainda não foi destruído – seja desconhecido.

Um dos princípios sempre buscado pelo Sistema de Informações é o de eficiência. Manuais e instruções de procedimento para o preenchimento de fichas e fluxos de comunicação estão presentes no acervo. A justificativa para as constantes cobranças para a qualidade do trabalho é a de facilitar o processamento de informações pela DSI/MEC. Em um encaminhamento secreto de 1972, a DSI/MEC aponta as principais falhas constatadas no trabalho das AESIs²⁷¹. No documento, é apresentado de forma didática um quadro com duas colunas: “falhas” e “observações”. Documentos sem data e sem assinatura, documentos ilegíveis, atraso no envio de relatórios são algumas das falhas apontadas.

Em 1975, a DSI/MEC enviou à AESI-UFMG um documento secreto de 15 páginas, intitulado *Plano Setorial de Informações – Diretriz*. De acordo com o próprio plano, sua divulgação tem o objetivo de

²⁶⁹ Destes acervos, apenas os das Assessorias da UFMG e da UnB foram preservados por iniciativa de seus próprios reitores.

²⁷⁰ PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. *Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2016. p. 100. Sobre a documentação da ASI-UFES ver também FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI-UFES)*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295-316.

²⁷¹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 19/1972, Maço 13, folhas 28-24.

dar cumprimento às determinações do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, (...) fornecendo aos integrantes da Comunidade Setorial de Informações do MEC elementos que:

- a – Caracterizem as atribuições dos diversos elementos de Informações, integrantes da Comunidade;
- b – Possibilitem a orientação do Plano de Busca de Informações dele decorrente;
- c – Possibilitem a conquista ou manutenção dos objetivos Nacionais e Setoriais de Informações a despeito dos antagonismos ou pressões que a eles se possam opor.
- d – Permitem, evidentemente, que se conheça com antecedência o que os agentes da subversão estão planejando contra nós as ações ou mesmo suas intenções²⁷².

O plano, um tanto quanto confuso em suas divisões, itens e subitens, ressaltava o fato de que a DSI/MEC e a comunidade de informações a ela ligada não eram órgãos de decisão e não eram responsáveis por apresentar soluções para os problemas objetos de suas atividades de informações²⁷³. Além de definir qual era o papel específico da DSI/MEC, o documento também definia quais eram as responsabilidades das Assessorias Especiais de Segurança e Informações:

- a) Produzir informações necessárias às decisões dos reitores;
- b) Produzir informações para atender às determinações deste Plano;
- c) Encaminhar à DSI/MEC:
 - (1) As informações necessárias, segundo a periodicidade estabelecida no Plano Setorial de Busca.
 - (2) Em documento especial, aquelas que, pelo Princípio da Oportunidade, devem ser do conhecimento imediato dos clientes principais da DSI/MEC.
 - (3) Informes sobre assuntos que transcendem a área de sua responsabilidade.
 - (4) Informes ou Informações de qualquer natureza, de acordo com as instruções especiais da DSI/MEC²⁷⁴.

A vigilância e a tentativa de controle de todos os aspectos da vida universitária era uma preocupação da comunidade de informações. Tentava-se controlar a vida acadêmica; a sociabilidade dos estudantes, dos professores e dos funcionários; as decisões políticas tomadas dentro da universidade e até elementos hoje considerados quase banais, como bancas de venda de livros. É importante afirmar que isso não significa que o regime tenha conseguido efetivar esse controle absoluto sobre a universidade. Alguns aspectos escapavam do controle da repressão. Entretanto, o fato de uma Assessoria Especial de Segurança e Informações funcionar dentro da universidade, no prédio da Reitoria, e o esforço que era exercido pela

²⁷² Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1975, Caixa 28/1975, Maço 7, folha 146.

²⁷³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1975, Maço 7, folhas 144 e 143.

²⁷⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1975, Maço 7, folha 138.

DSI/MEC, pelo DOPS e pelo próprio SNI para controlar todos os aspectos do ambiente acadêmico eram razões suficientes para que o clima de medo fosse instaurado.

Grande parte do volume documental do acervo AESI-UFMG é constituído por solicitações de informações que não tinham relação direta com a universidade. A AESI também deveria funcionar como um braço da DSI/MEC, portanto muitas das informações que a Divisão investigava no âmbito de Minas Gerais passavam pela Assessoria da UFMG. Essa rotina dizia respeito às fichas de qualificação de pessoas que fossem cogitadas para ocupar cargos de confiança em órgãos públicos, para contratação ou para afastamento do país para estudos. Se uma dessas pessoas fosse mineira, ou tivesse estudado ou morado em Minas Gerais, a DSI/MEC enviava para a AESI-UFMG uma ficha de qualificação parcialmente preenchida e solicitava que seu preenchimento fosse completado. A AESI-UFMG, por sua vez, consultava os órgãos de informações da capital: o DOPS, a agência do SNI de Belo Horizonte e a Seção de Informações da Infantaria Divisionária do Exército da cidade. Após receber a resposta de todos esses órgãos, a encaminhava para a DSI/MEC. Em quase todas as fichas de qualificação a conclusão era a mesma: “não foi encontrado nos órgãos de informação nada que desabone o epigrafado”.

Segundo Ayala Pelegrine, o funcionamento da AESI-ES, diferente da assessoria da UFMG, interferiu de maneira mais direta e repressiva no cotidiano da instituição. O funcionário responsável pela Assessoria capixaba tinha comportamento político de adesão ao regime e, de acordo com a autora, “personificou a repressão no campus da UFES”²⁷⁵, chegando ao ponto de ordenar o fechamento de um diretório acadêmico²⁷⁶. A partir da leitura da própria documentação do acervo AESI-UFMG é possível concluir a existência de uma vigilância mais firme feita por ASIs de outras universidades, em que até a correspondência das entidades estudantis era interceptada.

Em informação enviada pela ASI da Universidade Federal de Alagoas em abril de 1974, foi comunicado à AESI-UFMG que o diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFAL recebera um envelope endereçado ao Diretório Acadêmico do Instituto de Filosofia

²⁷⁵ PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. *Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2016. p. 101.

²⁷⁶ Atitude ilegal mesmo dentro do aparato jurídico autoritário, já que as assessorias não tinham poder repressivo.

e Ciências Humanas²⁷⁷. Tal correspondência tratava de quatro cópias de um manifesto expedido pelo DCE da UFMG que denunciava a prisão de dois alunos do curso de Ciências Sociais²⁷⁸. Existem outros documentos semelhantes no acervo, em que outros órgãos de informação, inclusive ASIs universitárias, enviam pedidos de busca ou mesmo uma informação para a AESI-UFMG, o que corrobora a afirmação de que o Sistema de Inteligência era interligado e trocava dados constantemente.

3.2 A vigilância sobre o movimento estudantil e os docentes

No acervo consultado da AESI-UFMG, encontrei uma grande documentação referente à vigilância e ao controle das atividades estudantis. As agências repressivas foram especialmente ativas no monitoramento de publicações estudantis, como panfletos, cartazes afixados nas unidades acadêmicas. Os jornais estudantis foram os que geraram maior polêmica. Em 1971, o primeiro número do jornal do DCE, *Opinião*, motivou preocupações do então reitor Marcello Coelho e também do Ministério da Educação. No acervo da AESI, há uma cópia da publicação que traz matérias sobre a desnacionalização da indústria brasileira, algumas colunas de humor, charges política e um editorial que critica uma fala do então ministro da educação, Jarbas Passarinho, de que “estudante é pra estudar”²⁷⁹.

Em ofício reservado de setembro do mesmo ano, Coelho comunica-se diretamente com Passarinho, alertando o Ministério sobre a publicação do jornal que trazia “matéria considerada prejudicial ao Ministério da Educação e Cultura”, anexando uma cópia do *Opinião* para apreciação do próprio ministro. De acordo com Marcello Coelho, as edições do jornal teriam sido apreendidas pela Polícia, mas liberadas diante da justificativa de que a publicação já teria passado por censura prévia no estado da Guanabara²⁸⁰. Mesmo diante da liberação policial, Coelho relata ao ministro da educação que tomou suas providências como reitor da UFMG, convocando a direção do DCE e dos diretórios acadêmicos da universidade para comunicar aos estudantes que a edição do *Opinião*

ia de encontro aos interesses desta Universidade e do Governo Federal, com dados tendenciosos e mostrando uma linha contrária aos interesses do país e dos próprios estudantes, alertando-os quanto ao comportamento seguido, que

²⁷⁷ Acervo AESI-UFMG. Caixa 25/1974, Maço 01, folha 07.

²⁷⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 25/1974, Maço 01, folhas 01-02.

²⁷⁹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 9.

²⁸⁰ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 9, folhas 86 e 87.

poderia comprometer séria e irremediavelmente a atual liderança estudantil da Universidade²⁸¹.

Além da reunião com um tom de ameaça realizada com o movimento estudantil da UFMG, Coelho chegou a se comunicar com a ID-4 para que fossem tomadas as “providências pertinentes”. A direção do DCE ainda seria convidada ou intimada, se fosse necessário, para apresentar provas de que o jornal teria efetivamente passado por censura prévia na Guanabara. O reitor também proibiu a circulação de novas edições do *Opinião*. Mais do que censurar o jornal dos estudantes, Marcello Coelho comunicou a Jarbas Passarinho que o próximo número do Jornal da Universidade (órgão oficial de comunicação da UFMG) traria um artigo sobre as políticas desenvolvidas pelo MEC, com informações sobre o aumento do número de alunos e dos salários dos professores das universidades. Segundo Coelho, essas informações iriam possibilitar uma “adequada visão do Ministério da Educação e a verdadeira imagem da Educação no Brasil”²⁸².

Em outubro de 1971, a DSI/MEC enviou Informação ao reitor da UFMG com seu parecer sobre o jornal *Opinião*. Para o órgão, o impresso copiava a linguagem de outro jornal, *O Pasquim*, e, por sua natureza, poderia conseguir conquistar a confiança e ganhar credibilidade no meio estudantil universitário para efetivar a doutrinação esquerdista dos jovens. Por conta de sua intenção subversiva de desmoralizar o governo, o risco que o “tabloide” oferecia era considerável e deveria ser submetido a “rigorosa censura, visando eliminar os assuntos de conotação política, temas impatrióticos, críticas infundadas ao Governo, ofensas e insultos a autoridades e professores”²⁸³.

Outra publicação do Diretório Central dos Estudantes da UFMG, o jornal *Gol a Gol – se pegá com o pé é dibra*, foi chamado, por Marcello Coelho, de uma publicação “de cunho nitidamente subversiva”²⁸⁴. Alguns anos depois, em 1975, no reitorado de Eduardo Cisalpino, o *Gol a Gol* foi acusado de “divulgar matéria contestatória”²⁸⁵, o que resultou na proibição da circulação do jornal. O conteúdo da referida “matéria contestatória” foi uma publicação distribuída aos candidatos ao vestibular, em que a educação universitária era avaliada como

²⁸¹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 9, folhas 86 e 87.

²⁸² Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 9, folhas 86 e 87.

²⁸³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 9, folhas 95-96.

²⁸⁴ A afirmação do Reitor é feita em ofício encaminhado ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em 12 de janeiro de 1973. No mesmo documento, Marcelo Coelho comunica a criação de uma comissão para analisar o teor do “panfleto” distribuído nas imediações do Mineirão no dia de realização do vestibular. Também é enviada em anexo uma cópia do *Gol a Gol*. Acervo AESI-UFMG. Caixa 20/1973, Maço 02, folha 18.

²⁸⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1975, Maço 03, folha 33.

elitizada e tecnicista. Essa edição do *Gol a Gol* trazia em letras garrafais: “Cole bastante de seus colegas. Dê bastante cola a eles”.

Em abril de 1974, o subchefe de gabinete do Ministro encaminhou para o Reitor da UFMG cópia de uma informação confidencial da DSI/MEC que fora transmitida para o então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em 9 de janeiro de 1974. A informação trazia como assunto “Movimento Estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais”²⁸⁶ e referia-se à publicação estudantil *Gol a Gol*, de “cunho contestatório”, que teria sido analisada de forma “benévola” pela comissão de Sindicância instaurada pela UFMG. Os trabalhos da comissão resultaram em uma simples advertência verbal feita pelo reitor ao presidente do DCE. Ainda de acordo com a informação enviada ao Ministro, a punição teria sido tão benévola que, como consequência, o DCE manteve sua linha de forte crítica ao regime e a suas políticas ao publicar um “Diagnóstico da UFMG”, documento em que teria sido feita uma análise “parcial e deturpada da realidade universitária”. Além disso, a entidade estudantil ainda afixava cartazes com violentas críticas à Universidade em locais do campus e em unidades acadêmicas; emitia cartas de solidariedade a outros órgãos de representação estudantil; era responsável pela impressão do “jornal tendencioso” da Escola de Minas e Metalurgia da Universidade Federal de Ouro Preto, difundido em diversos diretórios acadêmicos do país. A UFMG não adotou oficialmente nenhuma punição para tais fatos.

Após a “informação”, considerada pelo Serviço como fria e neutra, a DSI/MEC teceu um “comentário” para o Ministro Passarinho:

Os registros existentes nesta Divisão a respeito das atividades do Movimento Estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais, lideradas pelo DCE, permitem observar que as mesmas não mais se limitam à área daquela Universidade e já se constituem polo de irradiação para outras áreas do território nacional, com maior penetração nos Estados de MINAS GERAIS, GOIÁS, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, GUANABARA e RIO GRANDE DO SUL.

É frequente a citação das atividades daquele DCE em publicações de outros órgãos estudantis, como exemplo de orientação e a merecer elogios e solidariedade.

E o “GOL A GOL...”, nº 6, permite avaliar, mesmo sem análise detalhada, a dimensão e profundidade da penetração dos agentes da subversão naquele meio universitário. Vale a hipótese de que o atual estágio de evolução foi alcançado, dentre outras razões, porque obstáculos mais firmes não se opuseram a esta ação negativa.

Se as medidas preventivas surtem efeito, em outras situações perdem a sua eficácia. É o caso da UFMG. Não mereceram o resultado positivo desejado,

²⁸⁶ Acervo AESI-UFMG. Caixa 24/1974, Maço 05, folhas 109-108.

embora assim afirme o Magnífico Reitor, as decisões da Reitoria, no intuito de evitar a intranquilidade e a agitação naquela Universidade.

Segundo o Magnífico Reitor, reina o clima de tranquilidade na UFMG. Entretanto, conforme as indicações recebidas por esta DSI e os pronunciamentos da Imprensa, é evidente a obstinada atuação dos elementos que, ostensivamente ou não, se empenham na utilização de requintadas técnicas para fomentar a insatisfação e o descontentamento, estágios que precedem o tumulto e a agitação.

Parece-nos que o nosso alerta, sob a forma do documento datado de 26/SET/73, não mereceu compreensão, porquanto não só o “GOL A GOL...” continuou a ser editado como também o “intercâmbio cultural” não sofreu interrupção e foram permitidas impróprias manifestações de solidariedade²⁸⁷.

E em suas considerações, ao final da informação, conclui que:

Há conveniência de prevenir a direção daquele estabelecimento de ensino, alertando-a sobre a real situação da Universidade em razão das atividades do Movimento Estudantil, o que está a exigir providências de caráter mais firme no sentido de neutralizar a ação subversiva daquele Movimento²⁸⁸.

O reitor que teria afirmado que reinava a tranquilidade na UFMG é Marcello Coelho, que acabaria sua gestão em dezembro de 1973. De acordo com seu próprio relato para o livro *Memórias de Reitores* e também com as lembranças de Ramayana Gazzinelli, Coelho era considerado um homem com prestígio diante do MEC e também dos agentes da repressão. Sua reputação e prestígio tinham nome, sobrenome e patente: General Antonio Carlos Murici, Chefe do Estado Maior do Exército, seu concunhado, o qual teria sido a principal razão de sua nomeação para reitor da UFMG. Como dito anteriormente, o próprio Coelho reconheceu que o grau de parentesco foi fundamental para que fosse o escolhido em meio aos seis nomes indicados pelo Conselho Universitário para apreciação do MEC. Gazzinelli afirma que agiram de forma um “pouco maquiavélica”, já que Marcello Coelho era um jovem professor e pesquisador que nunca tinha se envolvido com a administração da UFMG, mas era comprometido com a universidade e sabia de sua missão se fosse escolhido: “salvar a UFMG”²⁸⁹.

Na mesma entrevista, Gazzinelli afirma que

aqui foi a única Universidade que não criou o tal Serviço de Segurança. Nós não tínhamos um coronel para ficar com segurança na universidade, não

²⁸⁷ Acervo AESI-UFMG. Caixa 24/1974, Maço 05, folha 109.

²⁸⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 24/1974, Maço 05, folha 108.

²⁸⁹ GAZZINELLI, Ramayana. Entrevista a Otávio Dulci, Mauro Condé e Pierre Pimenta, 14 de novembro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

teve. No período todo que nós passamos, qualquer problema mais grave de perseguição aos professores, ele telefonava direto para o Murici [risos]²⁹⁰.

A afirmação de Ramayanna corrobora o argumento de que, da perspectiva do grupo dirigente da universidade, a UFMG teria conseguido garantir a preservação de sua autonomia. Reafirmo que questionar a versão oficial de que a universidade teria conseguido garantir sua autonomia e teria se mantido a salvo das ações repressivas não significa afirmar que os dirigentes da UFMG teriam sido entusiastas e apoiadores da ditadura militar, mas tampouco foram resistentes ao seu poder. Como já discutido na Introdução, análises que tentam enquadrar os comportamentos de atores sociais durante a ditadura militar entre apoiadores ou resistentes muitas vezes não são suficientes para a compreensão do período. Leituras binárias não dão conta da complexidade da realidade.

Temática constante em toda a documentação da AESI é a preocupação do MEC com o ensino de Moral e Cívica e de Estudos de Problemas Brasileiros. A ditadura militar brasileira, como qualquer regime, esforçou-se por encontrar legitimidade entre a população. Uma das maneiras de se encontrar esse respaldo é com a disseminação de valores tidos como fundamentais para os governantes de então, como patriotismo, fé, ordem, passividade. A obrigatoriedade do ensino das disciplinas referenciadas acima foi instituída com a intenção de inculcar a moralidade militar e o conservadorismo nos jovens, além de propagar o “sucesso” do regime no projeto de integração nacional. Há que se lembrar de que, por um período da ditadura, o Brasil atingiu um crescimento econômico considerável, com ampla mobilidade social e alta popularidade.

A AESI-UFMG era constantemente solicitada pela DSI/MEC e também pela Agência do SNI em Belo Horizonte para emitir relatórios sobre a receptividade dos alunos com relação às disciplinas, aos programas seguidos e aos professores responsáveis pela disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, obrigatória para o ensino superior. O reitor seguia, então, o procedimento de encaminhar as solicitações de informações para as unidades acadêmicas, que respondiam com breves relatos do andamento das disciplinas, de maneira geral informando que tudo transcorria bem e que a disciplina era bem recebida pelos estudantes. De acordo com as informações de uma dessas solicitações, em 1972, os conteúdos de Estudos de Problemas Brasileiros variavam de acordo com as áreas de conhecimento das unidades acadêmicas. Na

²⁹⁰ GAZZINELLI, Ramayana. Entrevista a Otávio Dulci, Mauro Condé e Pierre Pimenta, 14 de novembro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

Escola de Belas Artes, os estudos da matéria recaíam sobre a proteção do patrimônio artístico brasileiro e a importância da arte nacional²⁹¹. No Instituto de Ciências Exatas, o conteúdo era baseado em estudos de possíveis contribuições da Matemática, Física e Química para o desenvolvimento e para a solução dos problemas brasileiros²⁹².

Até os trotes, prática comum no cotidiano das universidades, eram rotulados como uma atividade de cunho esquerdista e de tentativa de sedução dos jovens calouros para o comunismo e para as atividades subversivas. Em um encaminhamento da DSI/MEC, foi enviado em anexo um “estudo”, de autoria de Zeferino Vaz, então reitor da Universidade Estadual de Campinas, sobre o trote. Era uma clara tentativa de imbuir de argumentos científicos a luta contra a subversão dos estudantes. Vale a citação do título do estudo: *Contribuição ao conhecimento da guerra revolucionária – O processo do “trote” dos “calouros” como técnica de base científica reflexológica de imposição de liderança estudantil subversiva nas Universidades*. Segue parte de uma minuciosa análise de como as lideranças se utilizariam do trote para arrebanhar novos militantes:

Na realidade, porém, e desde quando, a partir de 1955, a esquerda subversiva se convenceu, por múltiplas razões, de que os estudantes universitários constituem matéria prima muito mais receptível que os operários, à mensagem revolucionária, o processo do trote está sendo, a nosso ver, cientificamente orientado e utilizado com excelentes resultados através das técnicas da reflexologia para condicionar e impor obediência dos estudantes a líderes subversivos²⁹³.

Diferentemente dos dirigentes da universidade, que acreditavam conseguir manter a comunidade universitária protegida do autoritarismo, o movimento estudantil tinha uma percepção da conjuntura muito distinta. Em maio de 1972, o então reitor da UFMG, Marcello Coelho, enviou ofício ao presidente do DCE, recomendando que, em uma semana de conferências e debates sobre temas atuais que seria realizada pelo órgão, fossem excluídos os nomes de palestrantes que foram atingidos por atos institucionais ou que tivessem claro posicionamento contra o regime militar²⁹⁴. Os nomes vetados eram: Antônio Houaiss, membro da Academia Brasileira de Letras, Edgard da Mata Machado, professor cassado da Faculdade de Direito da UFMG e o Pe. Henrique C. De Lima Vaz, professor de Filosofia da

²⁹¹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 18/1972, Maço 01, folha 04.

²⁹² Acervo AESI-UFMG. Caixa 18/1972, Maço 01, folha 02.

²⁹³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 18/1972, Maço 13, folha 168.

²⁹⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 18/1972, Maço 17, folha 193.

Universidade. Como era de praxe, o reitor encaminhou cópias do documento à DSI/MEC e ao Ministro da Educação e Cultura.

A resposta da diretoria do Diretório Acadêmico ao ofício do reitor foi incisiva, afirmando que sua proibição se caracterizava como uma atitude paternalista. Para os estudantes, a justificativa de que o reitor estaria supondo uma movimentação da parte dos órgãos de segurança e que isso poderia causar algum tipo de incidente encobria uma atitude de censura prévia e interna por parte dos dirigentes da universidade²⁹⁵.

Entretanto, não só de vigilância era composta a rotina da AESI-UFMG. Entre suas finalidades também estava a disseminação de notícias, de dados e de matérias jornalísticas de elogio ao regime militar enviadas pelos órgãos do sistema de informação. De acordo com a documentação da AESI-UFMG, esse procedimento tinha dois formatos. No primeiro, a DSI/MEC, ou o SNI, enviava para a Assessoria algum texto, com várias cópias em formato semelhante a um panfleto, e solicitava que fosse dada a devida divulgação da matéria. Em um documento enviado para a AESI-UFMG, sem cabeçalho, constam as instruções para divulgação do material:

- 1 – A operação deverá ser levada a efeito dentro do mais elevado grau de sigilo, tendo em vista que a identificação da fonte anulará os efeitos da mesma.
 - 2 – O material deverá ser colocado nos locais de acesso coletivo, tais como: restaurantes, bibliotecas, banheiros, sala de aula, etc.
 - 3 – A operação deverá ser processada em horário de pouco movimento no local.
 - 4 – Só em último caso deverá ser convocado algum elemento para auxiliá-lo na operação. Nesse caso, o elemento deverá ser da mais alta confiança.
 - 5 – Deverá ser dada prioridade às unidades mais conflitantes da área.
- Obs.: Pede-se informar a fonte sobre os resultados da operação²⁹⁶.

O texto era de autoria do grupo de militantes criado pelos órgãos de informação: MARINA (Movimento de Ação Revolucionária e Integração Nacional), que simulava a linguagem usada pelos jovens de grupos de esquerda para tentar convencê-los de que a ditadura talvez não fosse tão ruim quanto parecia. A estratégia era simular a situação de um “militante” da MARINA que teria sido atingido pelo Decreto 477 e começou a se colocar algumas questões que o fizeram rever seu posicionamento político com relação à ditadura. Algumas dessas questões:

²⁹⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 18/1972, Maço 17, folha 196. Não há registros na documentação se o evento ocorreu e se contou com a participação dos convidados atingidos pelo AI-5.

²⁹⁶ Acervo AESI-UFMG. Caixa 19/1972, Maço 16, folha 60.

Porque vamos pichar paredes sobre “esse” assunto, se a gente já sabe que o que vamos escrever não é bem o que está se passando? Onde estão as prestações de contas da Organização? (...) Porque, para aliciar novos elementos para o grupo, não lhes contamos nossos objetivos, mas usamos entorpecentes para torná-los dependentes?²⁹⁷

Mais adiante, contam que esse mesmo “militante” foi ameaçado quando disse que queria sair da *organização* e estava com medo, descrente e arrependido. Concluíam o material dizendo que não fazia sentido assumir a posição de uma minoria que não enxergava o esforço que tinha sido feito para a melhoria de vida no país. O panfleto se encerrava com o lema do “movimento”: *Conhecer antes, criticar depois*. No maço em que está presente essa documentação, constam onze cópias desse mesmo texto. É possível que a universidade não tenha acatado a ordem e não tenha afixado isso em lugar nenhum. Não há elementos para afirmar que esse material tenha sido realmente divulgado, muito menos qual teria sido a receptividade dos estudantes com relação à tal divulgação.

No segundo formato de disseminação de informações, a DSI/MEC ou o SNI/BH apenas alertava ou relatava para a AESI alguma notícia que deveria ser de conhecimento de todos os órgãos de informação. Em um encaminhamento de abril de 1972, a DSI/MEC divulgou para a AESI-UFMG uma entrevista que a cantora Elis Regina concedeu à revista holandesa *Tros-Nederlan* e que fora publicada em maio de 1971²⁹⁸. O assunto do encaminhamento já mostrava qual a razão de tal entrevista interessar: Entrevista de Elis Regina *contra* o Brasil. Como anexo, foi enviada a entrevista traduzida na íntegra. A cantora teria afirmado que suas canções eram constantemente vigiadas e controladas por um órgão especial. Elis teria dito à revista:

talvez isso me cause alguns problemas, mas não faz mal. Eles estão loucos, total e completamente doidos varridos. Uma porção de amigos meus estão presos, e o que foi que fizeram? Cometeram crimes? Não, apenas disseram a verdade. Disseram que o regime vigente está completamente errado, e tentaram dizê-lo em canções, filmes e peças teatrais. Até a televisão está sob controle. Aqui na Europa se pensa que os brasileiros são muito felizes, muitos alegres e animados, porém nós somos melancólicos, não “levamos uma vida boa”²⁹⁹.

A preocupação dos órgãos de informação, de segurança e, também, da censura com artistas opositores é uma das características mais conhecidas da ditadura militar, e diversos trabalhos já foram escritos sobre a temática. Esse aspecto também está presente na

²⁹⁷ Acervo AESI-UFMG. Caixa 19/1972, Maço 16, folha 59.

²⁹⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 18/1972, Maço 15, folha 180.

²⁹⁹ *Ibidem*, folha 183.

documentação da AESI-UFMG. Em um ofício encaminhado pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) de Belo Horizonte para o Reitor, em maio de 1975, questionava-se a apresentação que o cantor Luiz Gonzaga Junior teria feito em um evento organizado pelo DCE da UFMG³⁰⁰. Os responsáveis pelo evento teriam distribuído internamente a letra de uma canção composta por Gonzaguinha que tinha sua divulgação proibida em todo o país pela Censura Federal.

O DPF cita no ofício em quais infrações o DCE teria incorrido, e a punição prevista pela lei era a aplicação de uma multa. A música em questão, *Comportamento Geral*, não faz nenhuma referência direta à ditadura, mas questiona a obediência comportada das pessoas: “Você deve estampar sempre um ar de alegria / E dizer: tudo tem melhorado / Você deve rezar pelo bem do patrão / E esquecer que está desempregado (...) / Você deve aprender a baixar a cabeça / E dizer sempre: muito obrigado / São palavras que ainda te deixam dizer / Por ser homem bem disciplinado / Deve, pois, só fazer pelo bem da nação / Tudo aquilo que for ordenado / Pra ganhar um fuscão no juízo final / E diploma de bem comportado”³⁰¹.

De acordo com Beatriz Kushnir³⁰², a ação do Estado na censura pode ser entendida como dividida em duas grandes frentes: uma que atuava preventivamente, e outra que atuava de maneira repressiva. No caso da infração cometida pelo Diretório Central dos Estudantes da UFMG, o Departamento de Polícia Federal optou por apenas “lembrar” para a administração da universidade que a distribuição de panfletos com a letra de uma música censurada era um crime. A preocupação com a letra da canção, que não traz nenhuma posição política explícita, é mais uma das demonstrações do nível de paranoia do regime militar com tudo o que parecesse ou ameaçasse ser um comportamento não convencional.

A constante vigilância com relação ao uso de drogas e ao comportamento desviante dos jovens, principalmente no que diz respeito a sua sexualidade, é outra presença marcante na documentação do acervo AESI-UFMG. Em uma Informação Circular enviada pela DSI/MEC³⁰³, em fevereiro de 1974, a AESI-UFMG era informada dos perigos que os “gurus indianos” representavam para os jovens. O assunto da informação adianta seu conteúdo: “Entrada no Brasil de ‘Gurus’ indianos. Aliciamento de brasileiros e propagação do uso de

³⁰⁰ Arquivo Coleção AESI /ASI, 1964-1982. Caixa 29/1975, Maço 25, folha 205.

³⁰¹ GONZAGA JUNIOR, Luiz. *Comportamento Geral*. Luiz Gonzaga Jr. EMI-Odeon, 1973. 1 vinil. 11 faixas.

³⁰² KUSHNIR, Beatriz. “Na dúvida, a decisão deve ser pelo lápis vermelho”. *XVI Congresso Internacional de História Oral / Praga*, 7 a 11 de julho de 2010.

³⁰³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 24/1974, Maço 13, folhas 183-182.

entorpecentes”. A fonte para parte da informação era um relatório da embaixada do Brasil em Nova Delhi, Índia, que afirmava que os “gurus” indianos atuavam internacionalmente com intenção de seduzir o maior número possível de pessoas para sua filosofia oriental. Filosofia essa que “contrasta frontalmente com a do mundo ocidental”³⁰⁴. O número de jovens brasileiros que visitavam a Índia só aumentava e, como motivo explícito, diziam buscar uma filosofia ideal de vida, a Yoga. Entretanto, de acordo com a Informação da circular, o que buscavam na realidade eram as drogas:

O objetivo manifesto desses jovens é a busca de uma filosofia ideal de vida (Yoga), de “paz e amor”, mas o que buscam, na realidade, é a “Droga”. Assim, na esteira da “filosofia ideal” segue-se o aliciamento de jovens brasileiros que, antes de alcançá-la já estão destruídos pela droga, como se tem verificado pelos frequentes pedidos de repatriamento³⁰⁵.

De acordo com Rodrigo Motta, fazia parte do imaginário anticomunista a ideia de que os comunistas pretendiam solapar os fundamentos sociais da ordem moral³⁰⁶. Uma das maneiras de se alcançar esse objetivo seria a disseminação e o estímulo ao consumo de drogas pelos jovens de todo o mundo. A ofensiva revolucionária internacional, em seu intento de degradar os costumes tradicionais do ocidente, principalmente os baseados na família e na religião, seria responsável pelo tráfico de drogas. Assim, os comunistas atingiriam dois objetivos: conseguiriam enfraquecer o vigor físico e mental dos jovens, tornando-os mais suscetíveis à sua pregação, e também arrecadariam fundos para o objetivo de espalhar o comunismo pelo mundo todo.

Ao analisar correspondências enviadas ao Departamento de Censura e Diversões Públicas, Douglas Marcelino apresenta documentação que demonstra como o anticomunismo e suas leituras da realidade também estavam presentes em parte da população e não eram exclusividade dos militares no poder. A ideia de que culturas estrangeiras eram pretexto para a subversão também estavam presentes em cartas enviadas aos censores, solicitando que o serviço de censura fosse mais rigoroso. Para Marcelino, era disseminada em alguns meios

a perspectiva de que haveria ‘subversivos’ procurando propagar ideologias antipatrióticas, visando importar modelos não condizentes com a tradicional moral cristã do povo brasileiro para assim escravizá-lo. Correlata a esta, existia a percepção de que essa escravização se faria por meio do “desfibrilamento moral” da juventude, já que esta era sempre tida como

³⁰⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 24/1974, Maço 13, folha 183.

³⁰⁵ Ibidem, folha 183.

³⁰⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

facilmente influenciável, seja por sua disposição natural para seguir exemplos ou por sua “avidez de imitação”. Assim, a imoralidade na tevê, na literatura, no cinema, nas revistas, enfim, nos meios de comunicação em geral poderia trazer “reflexos psíquicos e morais profundamente negativos” à formação dessa “juventude imatura e ávida de coisas obscenas”³⁰⁷.

Ainda no âmbito da degenerescência da moral cristã e dos bons costumes, a sexualidade dos jovens e as “más influências” que poderiam sofrer também faziam parte do sentimento anticomunista. No ambiente universitário, eram preocupações não só do Serviço de Informações, mas também do próprio Ministério da Educação e Cultura. Em um ofício de julho de 1971, o Ministro Jarbas Passarinho em pessoa enviou um documento para o então reitor da UFMG, Marcello Coelho, em que o comportamento sexual de uma professora era o tema central. Passarinho teria recebido uma correspondência sigilosa em que eram denunciadas algumas das aulas da professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Maria Auxiliadora de Sousa Brasil. Vale a citação de um trecho do ofício:

Segundo as denúncias referidas, estaria a professora Aparecida³⁰⁸, nas aulas do 3º ano daquela matéria, expondo as suas discípulas ideias e fatos de caráter pessoal e de exclusivo interesse dela (inadequados, portanto, a relatos e comentários), que estão gerando protestos e tumulto. Entre eles, teria declarado espontaneamente “que não era virgem, não dava importância a isso e achava que ninguém devia dar também”. “Que vivera uns anos com uma amiga, mas que depois vira que não dava certo isto com mulher e se separara”. Há indícios e desconfiança de que a professora Aparecida não está, mentalmente, normal³⁰⁹.

Ao fim do ofício, o Ministro solicitava que o reitor fizesse investigações para apurar a veracidade dessas denúncias e que o comunicasse dos resultados e providências que se tenham feito necessárias. O que e quais as providências “que se tiverem imposto como necessárias” não podemos afirmar. Em nenhum dos documentos analisados, há ordens expressas com relação a quais providências tomar em casos como esse. O que há são “sugestões” ou “lembranças” ao reitor da existência de dispositivos legais para punir os subversivos. O caso da professora Maria Auxiliadora Brasil não foi diferente.

O reitor Marcello Coelho tomou, então, suas providências: enviou um ofício ao diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Daniel Ribeiro, e ao chefe do Departamento

³⁰⁷ MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. p. 205.

³⁰⁸ Parece que Jarbas Passarinho se equivocou. O nome correto da professora, de acordo com documentação da UFMG, é Maria Auxiliadora de Sousa Brasil.

³⁰⁹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 03, folha 17.

de Psicologia, Antonio Quinan, solicitando a apuração dos fatos. Também pediu que a professora fosse comunicada e prestasse esclarecimentos por escrito³¹⁰. Daniel Ribeiro respondeu ao reitor que a professora Maria Auxiliadora era doutora, livre-docente, competente e assídua, e que tudo não havia passado de um mal-entendido. Ele garantiu que sua aula abordava apenas temas de caráter estritamente científico³¹¹. Com essa informação o reitor comunicou exatamente o que foi escrito pelo diretor da FAFICH para o Ministro Jarbas Passarinho.

Não tenho como afirmar se a professora Auxiliadora Brasil realmente falou sobre sua sexualidade e sobre virgindade em suas aulas. Entretanto, o pedido do reitor de que a interessada fosse comunicada do que estava ocorrendo e o próprio envio do ofício do Ministro indicam que, muitas vezes, o que o governo, o serviço de informações e o aparato repressivo pretendiam era apenas “dar o recado”. A intenção era explicitar que sabiam o que estava ocorrendo e avisar que eles esperavam que o comportamento indesejado não se repetisse mais. Uma das funções que a DSI/MEC e a AESI/UFMG melhor cumpriu foi a de disseminar um clima de tensão, principalmente pelo fato de que qualquer pessoa poderia ser um espião, ou alguém interessado em inventar denúncias para complicar algum desafio.

Em 1977, há o curioso registro de uma suposta “primeira manifestação dos homossexuais” no Centro Esportivo Universitário (CEU) da UFMG. No acervo AESI-UFMG, consta o recorte de uma breve nota do jornal Estado de Minas, de 11 de março, com o título “Festa no CEU”. De acordo com o texto veiculado no periódico, no domingo anterior teria acontecido a manifestação: “De repente, todos resolveram sair em desfile ao redor da piscina, com suas cabeleiras oxigenadas, trejeitos característicos e olhares lânguidos”³¹². De acordo com o texto, o referido desfile teria conseguido muitos aplausos dos frequentadores do clube, mas teria deixado preocupadas as pessoas que não admitiam esse tipo de comportamento em um centro criado pela universidade para o treinamento de atletas.

No caso descrito acima, a averiguação não partiu de órgãos externos, mas sim do próprio reitor, Eduardo Cisalpino, que, no mesmo dia em que a notícia foi publicada, enviou um pedido de informação para a diretoria do CEU para apurar a veracidade do conteúdo da

³¹⁰ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 03, folha 16.

³¹¹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 03, folha 15.

³¹² Acervo AESI-UFMG. Caixa 36/1977, Maço 10, folha 61.

nota e, caso ela fosse verdadeira, quais seriam as medidas tomadas pelo diretor³¹³. No dia 14 de março, o diretor do Centro Esportivo Universitário, Pedro Nazareth, respondeu ao pedido de informação do reitor, dizendo que o texto publicado tratava-se de puro sensacionalismo de um jornalista mal intencionado e que tudo não passara de uma brincadeira. Nazareth concluiu argumentando ainda que vários dos homens envolvidos na brincadeira eram casados e pais de família³¹⁴.

Talvez o reitor tenha tomado a iniciativa de averiguação se adiantando à solicitação da DSI/MEC ou de algum outro órgão de informação. É possível que não tenha passado de uma brincadeira mal-interpretada, porém fica claro que a homossexualidade e, ainda pior, sua manifestação pública, eram um comportamento não desejado, e porque não dizer, até perigoso.

A existência de controle externo para alguns eventos, à primeira vista banais no cotidiano universitário, leva a problematizar um pouco a ideia de que a autonomia da universidade fora totalmente preservada. Basta considerar que cerimônias de colação de grau eram vigiadas e necessitavam de liberação da 4ª Infantaria Divisionária.

Os estudantes, como um ato político, escolhiam frequentemente como paraninfos professores que haviam sido aposentados pelo AI-5, como o ex-reitor Aluísio Pimenta, escolhido pelos alunos do Instituto de Ciências Exatas (ICEX), o Professor Pedro Parafita de Bessa, pelos alunos da Faculdade de Filosofia Ciências Humanas (FAFICH), e Amilcar Vianna Martins, pelos formandos da Faculdade de Medicina. Ao tomar conhecimentos dos paraninfos escolhidos para os formandos de 1971, o então Reitor, Marcello Coelho, vetou os nomes. Em ofícios com o mesmo texto enviados para os diretores das respectivas unidades em 29 de outubro de 1971, comunicou:

(...) cumpre-me manifestar a V. Exa. a desaprovação da Reitoria, visto que a referida escolha recaiu sobre a figura afastada do quadro docente da UFMG por disposição de Atos Institucionais que o incompatibilizam de participar publicamente de ato ou solenidade oficial promovida por esta Instituição de Ensino Superior.

Caso os alunos não reconsiderem sua posição, aconselharia a V. Exa. a adotar medidas capazes de anular os efeitos desse ato, inclusive cancelando a solenidade da colação de grau, procedendo-se à entrega de diploma na Secretaria do estabelecimento³¹⁵.

³¹³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 36/1977, Maço 10, folha 62.

³¹⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 36/1977, Maço 10, folha 64.

³¹⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 10, folhas 103-104.

Mesmo que a comunicação do ofício tenha sido assinada pelo reitor Marcello Coelho, ele estava seguindo instruções diretas do General da ID-4, José da Silva que, em ofício de 06 de setembro de 1971, afirmou sobre o ex-professor Amilcar Vianna Martins que “sua escolha pode significar propósitos anti-revolucionários”³¹⁶. As pressões recebidas pelo reitor não vinham apenas do Exército, mas também do Serviço Nacional de Informações, de sua Agência em Belo Horizonte, a SNI-ABH. As “preocupações” do SNI não eram proibições explícitas em documentos oficiais, mas “sugestões”, como, por exemplo, perguntar ao Reitor quais medidas seriam tomadas, já que os professores indicados foram cassados pelo AI-5³¹⁷.

Ao final das negociações, as cerimônias com os paraninfos escolhidos pelos estudantes foram autorizadas. A autorização foi dada via ofício, encaminhado aos diretores das unidades:

(...) conforme entendimentos mantidos pessoalmente com o Exmo. Sr. General José da Silva, DD. Comandante da ID/4, poderá ser realizada, normalmente, a solenidade de formatura dos diplomandos de 1971, dessa Faculdade, uma vez constatado que a escolha do paraninfo, no caso, teve apenas o sentido de homenagear o antigo professor, ora aposentado³¹⁸.

Mas, mesmo assim, isso se deu com a ressalva de que “os oradores se responsabilizarão pessoalmente pelos pronunciamentos que fizerem em seus discursos”³¹⁹. Todo o processo e sua resolução final foram comunicados via ofício diretamente ao Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Curioso relacionar esse fato com o depoimento de Marcello Coelho ao livro *Memórias de Reitores*. Em sua entrevista, o ex-reitor afirmou que, assim que tomou posse e montou sua equipe de trabalho, recebeu telefonema do então chefe da ID-4, General Gentil Marcondes, que o pressionou, dizendo que não aprovava alguns dos nomes designados para ocupar cargos de chefia em sua gestão. Marcello Coelho, como já apresentado no primeiro capítulo, diz ter respondido de maneira dura e direta que a responsabilidade por escolher os nomes de confiança da UFMG eram dele e que deveria satisfações apenas ao Ministro da Educação³²⁰.

Não questiono a veracidade desse diálogo, mas é necessário problematizar o fato de que, em sua entrevista, concedida nos anos 1990, Marcello Coelho não fez nenhuma referência às interferências diretas que a Universidade recebia constantemente durante seu

³¹⁶ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 10, folha 113.

³¹⁷ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 10, folha 109.

³¹⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 17/1971, Maço 10, folha 119.

³¹⁹ Ibidem.

³²⁰ RESENDE, Mari Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 110.

mandato, inclusive da própria ID-4. Não são apenas os fatos narrados e descritos que devem ser levados em consideração na análise de memórias pessoais. Os silêncios e os não ditos também têm grande significado. Há uma razão para que alguns fatos sejam deixados de lado ou considerados menos relevantes. Os depoimentos concedidos fazem parte de uma narrativa de si mesmos, em que é buscada a coerência e um significado para todas as ações dos indivíduos³²¹. Mas, como apontado por Beatriz Sarlo, as representações do passado baseadas em memórias não se veem obrigadas a explicar e a compreender seus próprios silenciamentos e ausências³²².

Prosseguindo em sua narrativa, Coelho diz que o clima de tensão existia, porém:

Havia uma certa harmonia do medo aqui dentro da Universidade. Eu acho que isso é uma coisa importante. E os militares sabiam que não podiam ir muito adiante como estavam indo, mandando lista de cassados. (...) Eles deixaram de fazer isso no meu tempo. Porque eles sabiam que eu contava com dois apoios: primeiro, o meu concunhado, é lógico. Era o chefe do Estado Maior do Exército. E segundo, o Ministro Passarinho, porque o Passarinho passou a me apoiar³²³.

Em outra polêmica envolvendo a escolha de paraninfos, em 1977, o Reitor Eduardo Cisalpino, respondendo a uma solicitação da DSI/MEC, seguiu algo que era rotineiro: pediu que todas as unidades acadêmicas da UFMG informassem quais seriam os paraninfos nas formaturas de final de ano. Mesmo que no acervo não conste o texto do ofício encaminhado por Cisalpino, a resposta do diretor da Escola de Engenharia, Hélio Antonini, sugere que o reitor lembrou no ofício que, se a cerimônia descumprisse as regras de segurança nacional, os estudantes e talvez até o paraninfo poderiam ser punidos:

Reitero, pois, que esta Diretoria continuará fazendo o possível para evitar que procedimentos incorretos venham a empanar o brilho da sessão solene de colação de grau dos engenheiros de 1977 e espero que não se torne necessária a aplicação por V. Magnificência das disposições estatutárias a que fez referência³²⁴.

Provavelmente, entre as disposições estatutárias a que o diretor faz referência, está o infame Decreto-Lei nº 477, já referido anteriormente. Ainda no mesmo ano, 1977, o problema da colação de grau da própria Escola de Engenharia estava na escolha do paraninfo, o Bispo

³²¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

³²² SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Editora UFMG, 2007. p. 51.

³²³ RESENDE, Mari Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 112.

³²⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 37/1977, Maço 32, folha 270.

de São Felix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, conhecido por sua militância na luta contra o latifúndio. Em outro ofício enviado a Eduardo Cisalpino, em 06 de dezembro, em que comunica ao Reitor a recusa de Casaldáliga em participar da cerimônia, o diretor da Engenharia explica que os professores da Escola também estranharam a escolha de uma pessoa que sequer era professor da casa, muito menos um expoente da engenharia brasileira³²⁵.

Nesse documento, o diretor enviou como anexo a carta remetida por Dom Pedro Casaldáliga à Comissão de Formatura dos alunos da Engenharia. Na carta, o paraninfo convidado justifica o porquê de não poder comparecer à formatura dos jovens engenheiros. Diz que só no ano de 1977 teve que recusar sua participação em sete cerimônias de formatura e, em sua justificativa, é lacônico: “umas vezes problema de tempo, outras vezes outros problemas...”. Mas não deixa de afirmar seu posicionamento:

Entretanto, quero estar aí com vocês presente na solidariedade, dia 16 de dezembro, quando vocês vão “se formar” publicamente, como Engenheiros. Engenheiros de um Mundo Novo, onde a Justiça tenha espaço; onde seja possível viver como Gente e conviver como Irmão; onde ninguém seja mais nem menos do que ninguém. Esse Mundo que Deus quer e que o Homem precisa.

Utópico? Sim. É isso que procuramos: um lugar “outro”, um Mundo “diferente”, utópico...!

Gostaria de lhes dizer toda a minha comunhão. Agradeço emocionado o carinhoso convite, estimulante, como um abraço à distância, que vocês me enviaram.

A gente precisa sentir a força da união, Vocês aí, na Cidade, no seu trabalho específico. Eu, nós, aqui, no Campo. A Cidade dos Homens é uma só. Um só será nosso destino. Ninguém pense em se evadir.

(...)

Não se deixem engolir pela Sociedade do lucro, do sucesso, da concorrência. Não pensem em se “situar” em “pegar uma boa”. Sejam humanos, sejam livres, sejam rebeldes. Façam-se Povo com o Povo³²⁶.

As cerimônias de formatura e de colação de grau eram alvo de preocupação até por conta da conduta “moral” dos convidados homenageados. Em um aviso circular de junho de 1972, provavelmente enviado a várias universidades brasileiras, o então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, informa ao reitor que a escolha de paraninfos dava “ensejo a equívocos e provocações ideológicas”³²⁷.

³²⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 37/1977, Maço 32, folha 269.

³²⁶ Acervo AESI-UFMG. Caixa 37/1977, Maço 32, folha 267.

³²⁷ Acervo AESI-UFMG. Caixa 18/1972, Maço 21, folha 209.

Prosseguindo em sua análise das cerimônias de formatura que ocorriam nas universidades afirmou que:

Não têm sido poucos os casos, por exemplo, em que se tentou eleger figuras de guerrilheiros estrangeiros ou de intelectuais engajados na guerra revolucionária mundial, e até mesmo, como se fez recentemente, a de um conhecido homossexual. A conjuntura política brasileira, caracterizada por um regime neo-capitalista que não legitima a existência de partidos comunistas, torna inaceitável a festa, sobretudo nas escolas mantidas pela União, em homenagem aos inimigos declarados do regime³²⁸.

Diante dessa exposição, solicitou ao reitor que aprovasse junto ao Conselho Universitário uma instrução normativa que permitisse que apenas professores da própria universidade fossem homenageados, com a única exceção para autoridades do Executivo da época que tivessem relação direta com o “esforço desenvolvimentista da educação brasileira”³²⁹.

Na tentativa de controlar também os docentes das universidades, o preenchimento de fichas de qualificação para professores que fossem se afastar do país para estudos passou a ser procedimento obrigatório a partir do início de 1973. Os reitores foram comunicados que para autorização de afastamento era necessário encaminhar para a DSI/MEC o formulário preenchido³³⁰. Os vetos aos afastamentos do país que surgiram por razões políticas eram sigilosos, como o caso do professor da Escola de Veterinária, Elvino Moreira, apresentado no primeiro capítulo. O veto de Moreira veio a partir de um telefonema do Ministério da Educação para o então reitor da universidade Eduardo Cisalpino, o que mostra que, no caso da UFMG, procedimentos semelhantes não eram necessariamente documentados.

Há registro de um caso em que o veto está expressamente documentado. Em 18 de setembro de 1973, o então diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do MEC, Heitor Gurguilino de Souza, encaminhou ofício para o então reitor da UFMG, Marcello Coelho, comunicando o veto ao afastamento para cursar mestrado da professora da Escola de Biblioteconomia, Maria Cesarino Nóbrega. O teor do documento é sucinto:

Magnífico Reitor:

Faço chegar às mãos de Vossa Magnificência, em anexo, a documentação da Prof^ª Maria Augusta da Nóbrega Cesarino, candidata dessa Universidade indicada para o Curso de “Pós-Graduação em Biblioteconomia e

³²⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 18/1972, Maço 21, folha 209.

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ MOTTA Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 225.

Comunicação” – Anúncio 425/73, em virtude de não ser possível o atendimento à bolsa pretendida, por não ter sido seu nome liberado para afastamento do País.

Renovo a Vossa Magnificência os protestos de minha estima e consideração.
Heitor Gurguilino de Souza
Diretor Geral – DAU³³¹

A documentação em anexo é apenas uma ficha da Organização dos Estados Americanos em que a professora preencheu seus dados pessoais, como nome, formação, currículo. Não há nada referente à postura política e ideológica e nem uma justificativa mais explícita de quais seriam as razões para o veto a seu afastamento. Em entrevista concedida em 2010 e publicada pela revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, da UFMG, Maria Augusta da Nóbrega Cesarino, que chegou a ser diretora da Escola de Ciência da Informação (ECI) na década de 1990, relata brevemente o que teria ocorrido. Em 1974, se candidatou e foi aceita no curso de mestrado em Ciência da Informação da *Case Western Reserve University*, de Cleveland, nos Estados Unidos, inclusive com bolsa da CAPES.

A recusa teria se dado por um grande equívoco. Em 1973, Maria Augusta teria sido presa dentro do prédio da ECI, no intervalo da aula, pelo DOI-CODI. A acusação era de que pertenceria à Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B) e que teria tramado contra o governo. Além disso, teria participado de um grupo da universidade que teria um trabalho em conjunto com o movimento operário da Cidade Industrial. Entretanto, a professora nunca tinha sequer ouvido falado da APML do B e tinha desconhecimento de que grupo seria esse que atuava junto aos operários da Cidade Industrial. Para ela, “se tratava, na verdade, de criar fatos e ligações ainda que falsas para justificar uma prisão, um julgamento e, certamente, atemorizar a comunidade universitária”³³². A professora chegou a ficar alguns dias presa na 4ª Companhia de Comunicações do Exército, foi julgada pela Justiça Militar em 1975 e foi absolvida das acusações. Ainda em 1975, alguns meses antes do julgamento e dois meses antes de sua viagem para os Estados Unidos, a CAPES teria cancelado sua bolsa por meio de um ofício rubricado, sem assinatura. Maria Augusta, então, ingressou no mestrado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, no Brasil. Cesarino nunca concluiu seu mestrado. Prever o que teria acontecido se sua saída do país fosse autorizada é impossível, entretanto é possível afirmar que a professora teve sua trajetória profissional completamente alterada por conta do veto a seu afastamento.

³³¹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 22, Maço 14, folha 317.

³³² CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Entrevista concedida a Maria Aparecida Moura. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, n°. especial, p.64-85, nov. 2010. p. 67.

As indicações para chefias de departamento também deveriam cumprir o preenchimento de fichas de qualificação para verificação ideológica. A escolha do chefe do departamento de Medicina Veterinária Preventiva, da Escola de Veterinária, em 1975, é um dos casos documentados no acervo AESI-UFMG, em que há um professor “desaconselhado” para ocupar a chefia. Na documentação, há referência a um ofício enviado pela diretoria da Escola de Veterinária em 5 de dezembro de 1974, provavelmente informando os nomes indicados para chefiar o departamento. A AESI cumpriu seu papel e encaminhou aos órgãos de informação de praxe pedidos de informação sobre os nomes indicados: Francisco Cecílio Viana, Regino Leonardo de Oliveira e Élvio Carlos Moreira. O DOPS respondeu em relação aos dois primeiros nomes “não registra antecedentes neste Departamento”, mas, no caso de Élvio Moreira, houve uma resposta diferente³³³. Foi afirmado que o professor “registra antecedentes neste Departamento” e anexada uma ficha resumida de seus registros no DOPS. A principal acusação de sua ficha é que teria sido indiciado em IPM em 1969 por ser militante da OPM (Organização Político Militar).

Em documento datado de janeiro de 1975, a DSI/MEC enviou ofício à AESI-UFMG, provavelmente em resposta a um pedido de informação da Assessoria, com o assunto “Indicação do chefe do departamento de Medicina Veterinária Preventiva da Escola de Veterinária / UFMG”. No documento, afirmaram que não encontraram registros que desabonassem os professores Francisco Viana, Regino de Oliveira. Entretanto, “existem registros que desaconselham o aproveitamento de ELVIO CARLOS MOREIRA”³³⁴. Diante disso, o então reitor Eduardo Cisalpino encaminhou ofício para o diretor da Veterinária, professor Mário Barbosa:

levo ao conhecimento de V. Ex^a que, ouvida a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, estão liberados para exercer a Chefia do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, os nomes dos professores FRANCISCO CECÍLIO VIANA e REGINO LEONARDO DE OLIVEIRA³³⁵.

Situação similar ocorreu na escolha de chefia de departamento do ICB, em 1975. Dos nomes enviados para avaliação sobre antecedentes, foram encontrados registros na 4ª Brigada de Informações que desabonavam o professor Edmar Chartone de Souza. De acordo com ofício enviado para a AESI-UFMG, o professor teria solicitado dispensa da Universidade de

³³³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 27/1975, Maço 9, folhas 95 e 96.

³³⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1795, Maço 2, folha 09.

³³⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1975, Maço 2, folha 10.

Brasília por conta da “crise” vivida pela instituição em outubro de 1965. O reitor da UnB teria aceitado “por considerá-lo nocivo à disciplina, à ordem e ao princípio de autoridade”³³⁶. No mesmo ano, o professor Rubio Dias Ribeiro também teve contraindicações ao seu nome para ocupar chefia de departamento na Faculdade de Letras. A resposta ao Pedido de Busca da AESI-UFMG informava: “Estudante pobre, passando necessidade, era revoltado e meteu-se de cheio na política universitária”³³⁷.

Em maio de 1975, o então reitor Eduardo Cisalpino chegou a enviar correspondência para o Ministro da Educação, Ney Braga, apresentando queixas sobre os procedimentos de triagem ideológica. No documento, Cisalpino relatava que as dificuldades maiores com a obrigatoriedade do preenchimento das fichas de qualificação estavam nos constantes e longos atrasos nas respostas para liberação dos nomes. As chefias dos departamentos estavam ficando, em alguns casos, acéfalas, fato que acarretaria em desgaste para o próprio MEC, além de impossibilitar a adequada implementação da reforma universitária³³⁸.

Na tentativa de dissuadir de alguma forma o Ministério a afrouxar as regras de liberação de nomes para novas contratações e para ocupar cargos de chefia, Cisalpino, de maneira inteligente, utiliza argumentos e linguagem que interessam aos homens do regime militar:

É necessário acentuar, Senhor Ministro, que em nossa administração não tivemos até o momento qualquer problema, na área de segurança, com as chefias de departamentos. Desta forma, a demora na liberação dos nomes não deixa de causar intranquilidade entre os indicados e esta intranquilidade só pode desservir à segurança.

Com relação aos concursos, a situação é a mesma. Professores se submetem a concurso para galgar, pelo sistema de mérito, as categorias mais altas e, após aprovação, não podem ser promovidos por falta de liberação de seus nomes. Vale observar, Senhor Ministro, que não se trata de aspirantes ao magistério superior, mas de professores experimentados.

Parece-nos estranho que um professor, com longos anos de docência, aceite como “Assistente”, possa vir a ser recusado como “Adjunto”, ou então, aceite como “Adjunto”, vir a ser recusado como “Titular”.

Estamos seriamente preocupados como o problema que, a nosso ver, tende a se agravar, pois o número de concursos deverá avolumar-se nos próximos anos. De pouco mais de 2.000 professores na UFMG, cerca de 650 se acham na fase de estágio probatório e dependem de concurso para ingresso na carreira. Cerca de 800 se encontram no degrau inicial e também dependem de concurso para ter acesso às categorias superiores.

³³⁶ Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1975, Maço 28, folha 394.

³³⁷ Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1975, Maço 29, folha 447.

³³⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 29/1975, Maço 23, folha 200.

Assim, Senhor Ministro, sentimo-nos no dever de trazer a V. Exa. as nossas preocupações, para que se estude o problema e se encontre uma solução que, atendendo os interesses da segurança, evite repercussões desagradáveis para a Universidade, para o Ministério e para o próprio Governo³³⁹.

A aprovação de novas contratações também deveria passar por um crivo ideológico. Na UFMG, houve um caso encontrado de uma espécie de cassação branca, o caso do professor João Batista dos Mares Guia. João Batista militou no movimento estudantil desde que cursava o segundo grau. Durante seu curso de graduação na UFMG, em Ciências Sociais, iniciou militância na POLOP. Com o passar do tempo e com a radicalização da esquerda brasileira, fez parte de um grupo dissidente da Política Operária que pretendia organizar a luta armada e foi um dos criadores da COLINA (Comando de Libertação Nacional). Mares Guia foi preso no final de 1968, torturado no DOPS e perdeu a audição parcialmente nos dois ouvidos. Chegou a ser julgado, sendo punido com a pena de dezoito meses por conta de sua atuação em organização subversiva.

Após cumprir sua pena, Mares Guia resolve deixar o país e se exila no Chile em 1970. Chegou a trabalhar diretamente com a execução de reforma agrária e urbana do governo de Allende e, no final de 1972, ainda antes no golpe militar no Chile, regressa ao Brasil. Em entrevista concedida para esta pesquisa, afirmou que tomou a decisão levando em conta que não tinha a intenção de passar o resto da vida como exilado político e pensou:

Ou eu vou fazer vida acadêmica, eu era muito estudioso, tinha muita facilidade, seminários e tal, e havia o mundo em aberto. Você tinha todas as oportunidades, ir pros Estados Unidos, ir pra Europa, ou agora eu corro o risco, volto pro Brasil agora, porque já são dois anos e meio desde que eu saí, o que que eles vão fazer comigo? Me prender, bater, mas eu vou comprometer alguém? Vou prejudicar alguém? Não tem jeito. Eu vou correr o risco. E não tava informado de que aquela altura tinha a guerrilha do PCdoB no Araguaia. Ninguém sabia daquilo. Aí voltei. Quando eu voltei, foi aquela história, comparecia à Polícia Federal, te punha nu, fotografava de frente, de costas, de lado, impressões digitais, isso toda semana, depois de quinze em quinze dias, depois de mês em mês, mas de alguma maneira você tinha que pagar tributo a isso. E sendo seguido, e tal.

Na tentativa de retomar sua vida no Brasil, João Batista retoma os estudos na FAFICH e consegue terminar sua graduação em Ciências Sociais. Assim que se formou, ingressou no mestrado em Ciências Política. À época, em 1976, era o momento da implementação do Ciclo Básico em ciências humanas, e era necessária a contratação de novos professores. O processo de contratação não era como hoje, em forma de concurso público, tratava-se de um processo

³³⁹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 29/1975, Maço 23, folha 199.

seletivo mais simplificado. Segundo Mares Guia, ele teria sido convidado a ser professor do ciclo básico de ciências humanas ainda ao final de 1975 para iniciar suas atividades no primeiro semestre de 1976, lecionando a disciplina Sociologia. Para João Batista, a percepção de que havia algo errado com sua contratação veio após alguns meses de exercício da docência. Todos os colegas recém-contratados com ele já tinham seus contratos assinados, enquanto Mares Guia não tinha seu contrato e conseqüentemente não recebia seu salário. A princípio, a questão era tratada como um atraso burocrático rotineiro.

Segundo Mares Guia,

cadernetas lançadas em meu nome, eu assinando as presenças dos alunos, provas, trabalhos, lançando notas, tudo normal. Mas sem contrato e sem receber. Somente eu nesta situação. E não tinha sido dito nada pra mim. Quando foi, salvo engano, final do semestre, mês de junho, os professores se inquietaram com aquilo, já se sabia que tinha alguma coisa, alguma restrição. E não se trata da solidariedade a A ou B, ou nem um alinhamento ideológico, é o princípio fundamental da autonomia universitária. Isso gerou uma mobilização. Agora eu me lembro porque. Porque veio uma ordem da Reitoria ao Departamento de Sociologia, determinando que eu cessasse de dar aula a partir do dia seguinte. Mas houve um entendimento, e a Reitoria acalmou todo mundo. Isso aí é uma pressão que está havendo, forte, mas não vamos precipitar, vamos dar tempo ao tempo, nós vamos resolver isso. Então todo mundo concordou com essa cautela no primeiro momento.

A partir daí veio a percepção de que o que motivava os atrasos na contratação de João Batista seria sua militância política. A preocupação do sistema de informações com a contratação de João Batista Mares Guia está presente na documentação da AESI-UFMG. Curiosamente, apenas em 15 de outubro de 1976 a universidade enviou pedido de informação para o Ministério do Exército, para o Serviço de Informações da Polícia Federal e para a Coordenação Geral de Segurança ligada à Secretaria Estadual de Segurança Pública. Os pedidos de informação de número 388, 389 e 390, com o assunto “JOÃO BAPTISTA DOS MARES GUIA”³⁴⁰ tinham conteúdo idêntico:

Prezados Senhores,
Tendo sido solicitada a esta Reitoria a contratação do senhor JOÃO BAPTISTA DOS MARES GUIA, filho de José Maria dos Mares Guia e D^a Judith P. C. dos Mares Guia, solicito-lhes a fineza de informar, com a brevidade possível, se nesse órgão constam registros que contra-indiquem o seu aproveitamento.
Atenciosamente,
Prof. Eduardo Osório Cisalpino

³⁴⁰ O nome está grafado errado, o correto é João Batista, e não João Baptista como consta na documentação.

Reitor da UFMG³⁴¹

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Mares Guia tem uma teoria sobre quais seriam as causas de sua não contratação, principalmente considerando o fato de que 1976 já seria um período em que, ao menos teoricamente, a ditadura já havia iniciado o processo de distensão liderado por Geisel. João Batista acredita que o processo geiselista envolvia neutralizar e ter sob seu controle a “linha duríssima da repressão, que sequestrava, que matava, torturava”³⁴². Para isso, nomeou, como ministro do Exército, Sylvio Frota e tentou isolá-lo dos comandos militares após os assassinatos de Herzog e de Manoel Fiel Filho e, assim, criar um ambiente que o levasse a pedir demissão. Em meio a essas disputas por poder, Mares Guia acredita que sua não contratação era uma forma de o grupo militar contrário ao projeto de distensão mostrar que ainda tinham poder:

Quando... o tempo passa, foi exatamente o momento que eu entrei na universidade, e o Sylvio Frota radicalizando. Neste momento, o general Antonio Bandeira, que era uma peça do tabuleiro do Sylvio Frota, tinha sido nomeado comandante da 4ª Região Militar. Quem é Antonio Bandeira? É um militar tresloucado, que na época da Guerrilha do Araguaia, esse maluco queria imitar a estratégia do exército americano na Guerra do Vietnã. Que que o exército americano fazia? A selva tá aqui, ele punha uma plataforma aqui, uma plataforma aqui, uma plataforma aqui, muitíssimo bem armada pra fazer incursões em grandes esquadrões de trinta, quarenta, cinquenta homens com cobertura de helicópteros e tal, antes jogando aquela bomba incendiária pra depois penetrar no território. Ele queria reproduzir isso na Amazônia pra combater, o auge da guerrilha eram 69 pessoas. A guerrilha já tava reduzida a dois terços disso e foi cada vez menor, eles foram derrotados na primeira campanha, que foi um desastre que eles fizeram, não tinham informação, não tinham nada. Na segunda também, na terceira ele queria fazer isso. Aí ele foi afastado. Não sabiam o que fazer com ele, levaram ele pra Brasília, ele assumiu um comando militar em Brasília, depois, se não me engano, Polícia Federal, e finalmente puseram ele aqui na 4ª Região Militar. Que que ele fez? Pra confrontar com o Geisel e fazer o jogo do Sylvio Frota. O Aureliano Chaves era o governador nomeado e ligado ao Geisel. Muito ligado. Era amigo do Cisalpino e foi ele que conseguiu a nomeação do Cisalpino pra UFMG. Que era uma pessoa de personalidade forte, muito centralizador, até com um perfil de certo modo autoritário, entretanto, um sujeito íntegro e que respeitava profundamente o valor da autonomia da universidade. E tem várias atitudes dele que são de fato muito meritórias. Nesse primeiro momento, ele agiu muito corretamente no meu caso. De fato, houve uma nova ordem, que eu retornasse à sala de aula no início já do segundo semestre. Retornei. Ainda sem contrato e sem receber.

É possível que o pedido de informação que partiu da AESI-UFMG só tenha sido realizado após pressões oficiosas de órgãos militares, principalmente se considerarmos a

³⁴¹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 35/1976, Maço 59, Folha 1333.

³⁴² GUIA, João Batista dos Mares. Entrevista a Iara Silva. 28 de outubro de 2016.

demora entre o início da atividade docente de Mares Guia, no primeiro semestre de 1976, e a data dos pedidos de informação, 15 de outubro de 1976. Todos os pedidos de informação foram respondidos com informações “desabonadoras” sobre João Batista dos Mares Guia, com registro de atividades políticas desde 1968 até 1975. A lista é extensa: fora detido em 1968 na Faculdade de Medicina da UFMG após manter como reféns, com outros estudantes, professores e funcionários da faculdade; chefiou comícios relâmpagos no Centro da cidade; discursou para mais de mil pessoas no Cine Palladium, atacando o governo e “falando em termos de luta armada”; fora indiciado em IPM com base no AI-5, julgado e condenado em 1969³⁴³. Em registro de outubro de 1972, consta que “o marginado está reintegrado à sociedade”. Mesmo assim, ainda permaneceu vigiado. Há registros de 1975 que informam que estava empregado no Colégio Pitágoras, lecionando História e realizando em suas aulas comparações entre o Absolutismo e o “governo da revolução”. Em registro de fevereiro de 1976, consta que Mares Guia era professor da FAFICH-UFMG e, em assembleia na faculdade, teria proposto a

fundação da ANP (Aliança Nacional Popular) – para implantar no país uma “Democracia do Proletariado”, sendo seus legítimos representantes o “CEBRAP” (Centro Brasileiro de Pesquisas) e o jornal “MOVIMENTO”. Estaria também em fase de criação, a FNUD (Frente Nacional da Unidade Democrática), que, sustentada pelo jornal “OPINIÃO” e pelos os “MESQUITAS” (O Estado de São Paulo) além de elementos do MDB, apoiará a ANP para a derrubada do regime³⁴⁴.

Em resposta ao pedido de informação da AESI-UFMG, a Secretaria de Estado de Segurança Pública enviou, inclusive, fotocópia da ficha do DOPS de Mares Guia. Em 13 de dezembro de 1976, foi enviado ao reitor Eduardo Cisalpino ofício assinado pela professora Maria Zelia Castilho de S. Rogedo em nome de todos os docentes do 1º Ciclo da Área de Ciências Sociais³⁴⁵. Na correspondência, a professora relata as dificuldades na efetivação da contratação de João Batista dos Mares Guia, ainda que ele estivesse lecionando desde o início do ano e afirma que souberam que a não contratação do professor se dava por pressões de órgãos externos à universidade e sem nenhuma relação com aspectos didáticos ou científicos.

Possivelmente devido a um ambiente aparentemente menos ameaçador em meio à distensão, o documento é mais direto:

³⁴³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 34/1976, Maço 38, folha 820.

³⁴⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 34/1976, Maço 38, folha 821.

³⁴⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 35/1976, Maço 44, folhas 947 e 948.

Consideramos que a aceitação de interferências dessa natureza colide com os altos objetivos da Universidade, quais sejam o desenvolvimento do ensino e da pesquisa científica, do saber e da cultura. Fere diretamente a autonomia universitária, que é a garantia maior da realização desses objetivos³⁴⁶.

De acordo com Mares Guia, em setembro houve uma nova ordem para que interrompesse suas aulas. Todas as comunicações e conversas teriam sido apenas orais, possivelmente por telefone e, ao fim, uma questão visivelmente política transformou-se em uma questão da justiça trabalhista – um professor que lecionou por alguns meses e não recebeu seus proventos.

Chegamos ao final do ano, em momento algum eu fui chamado pelo reitor, ou por alguém que representasse o reitor pra sequer ter acesso a uma informação, ao dossiê, me dar uma explicação cabal do que estava acontecendo e poder negociar comigo uma transição. Qual vai ser a estratégia que nós vamos adotar. Absolutamente. Nenhuma. Passou o ano novo, início do... do ano letivo, nenhuma palavra. Aí eu procurei a universidade, e aí eu senti que o clima já tinha mudado. As pessoas, mais do que constrangidas, já viam que envolver-se naquele caso era uma coisa, de alguma forma, mais delicada. Aí eu não tive alternativa, eu procurei a Justiça do Trabalho Federal com uma reclamação trabalhista pra receber³⁴⁷.

Em novembro de 1977, mais de um ano após João Batista suspender suas atividades docentes em definitivo, o diretor da DSI/MEC encaminhou ofício ao reitor da UFMG solicitando algumas informações sobre o professor: se ainda lecionava na universidade, a data de sua admissão, a forma de contrato e quais as atividades desenvolvidas por ele³⁴⁸. A resposta de Eduardo Cisalpino ao órgão de informação foi rápida e, no mesmo mês, enviou ofício esclarecendo que a decisão da reitoria sobre o “possível aproveitamento do epigrafado” não havia se modificado e para corroborar envia em anexo um documento encaminhado para o diretor da FAFICH em 25 de abril de 1977³⁴⁹. Possivelmente, o ofício a que Cisalpino se refere trata da comunicação de um veto definitivo e explícito à contratação de Mares Guia, no entanto, apesar de referenciado no ofício enviado à DSI/MEC, o documento não consta no acervo AESI-UFMG.

Em dezembro do mesmo ano, há um novo ofício da DSI/MEC para o reitor da UFMG insistindo nas mesmas questões, “tendo em vista informes do recente exercício do magistério nessa Universidade por parte do epigrafado³⁵⁰”. A repetição das mesmas dúvidas foram

³⁴⁶ Acervo AESI-UFMG. Caixa 35/1976, Maço 44, folha 948.

³⁴⁷ GUIA, João Batista dos Mares. Entrevista a Iara Silva. 28 de outubro de 2016.

³⁴⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 37/1977, Maço 29, folha 240.

³⁴⁹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 37/1977, Maço 29, folha 240A.

³⁵⁰ Acervo AESI-UFMG. Caixa 37/1977, Maço 29, folha 240B.

motivadas por uma informação da Agência de Belo Horizonte do SNI (ABH-SNI) de que João Batista teria participado em 18 de outubro de uma aula-seminário sobre movimento político, movimento de massa e constituinte na FAFICH, conduzindo as discussões em parceria com o professor do ciclo básico daquela faculdade, Domingos Antônio Giroletti. Ambos teriam chegado ao “absurdo de pregar a tomada do poder através da conscientização da classe estudantil”³⁵¹. No entanto, Mares Guia já não exercia a docência na UFMG desde o ano anterior e participou do debate como jornalista do jornal Movimento, de acordo com informações da própria ABH-SNI.

Há, ainda, o registro de um caso em que a estratégia de acomodação foi colocada em prática para contratação e indicação para chefia de departamento de um professor. Ronaldo de Noronha era professor da UFMG, mais especificamente do curso de Sociologia, desde 1969, mas o formato da carreira da época previa que, para que um docente passasse para a classe de assistente, era necessária a realização de um novo concurso público e de uma nova admissão³⁵². Em abril 1975, ao ser aprovado para a disciplina de Metodologia e Técnicas de Pesquisa, seguiu-se o procedimento de Pedido de Informação para os órgãos de informação. Consta da documentação da AESI-UFMG respostas da 4ª Brigada de Informações do Exército e também da DSI/MEC informando sobre os antecedentes do professor³⁵³. Noronha teria sido indiciado e absolvido em IPM na década de 1960 por conta suas “atividades subversivas no meio universitário de Belo Horizonte” na FACE. Além disso, seria filiado ao Partido Comunista Brasileiro. Mesmo com o ofício da Divisão de Segurança e Informação do MEC afirmando que “existem registros desaconselhando R. de N.”, no próprio documento o então reitor, Eduardo Cisalpino, despachou de próprio punho “Ronaldo de Noronha – Considerando a informação do item 1, não vejo prejuízo em autorizar a contratação”. Noronha foi nomeado como professor assistente da UFMG em 07 de maio de 1975³⁵⁴.

Em 10 de setembro do mesmo ano, a AESI-UFMG, a fim de prestar esclarecimentos solicitados DSI/MEC, enviou para o então diretor da FAFICH, José Ernesto Ballstaedt, ofício questionando se Ronaldo de Noronha teria assumido o cargo de chefe de algum dos departamentos da Faculdade³⁵⁵. No mesmo dia, Ballstaedt respondeu aos questionamentos.

³⁵¹ Acervo AESI-UFMG. Caixa 37/1977, Maço 30, folha 245.

³⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 234.

³⁵³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 28/1975, Maço 20, folhas 301 e 305.

³⁵⁴ Acervo AESI-UFMG. Caixa 30/1975, Maço 18, folha 192.

³⁵⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 30/1975, Maço 18, folha 186.

Segundo suas informações, Noronha ocupava a chefia do Departamento de Sociologia e Antropologia desde junho. Diante da resposta e da comunicação da Assessoria com a DSI/MEC, a Divisão do Ministério reafirmou que desaconselhava o aproveitamento de Ronaldo de Noronha para chefe de departamento e exigia saber as providências tomadas diante do fato que ele já teria sido nomeado mesmo sem aprovação do nome³⁵⁶. O diretor da FAFICH justificou a escolha de Noronha com vários argumentos, os principais foram a baixa qualidade do departamento de Sociologia e Antropologia, apontado pelo diretor como de produção intelectual baixa, com desatualização teórica e didática dos docentes, desatualização programática das disciplinas, desinformação teórica dos alunos. Ainda havia que se lidar com a tendência dos alunos mais atuantes exclusivamente para a sociologia marxista e também fomentar o desenvolvimento das correntes funcionalista e fenomenológica³⁵⁷. José Ernesto argumentou que buscou “dotar o Departamento e o Colegiado de professores dinâmicos e de prestígio cultural, capazes de levar o processo à frente e de harmonizar os vários grupos de professores”. A escolha pelo nome de Ronaldo de Noronha era corroborada pelo fato de pertencer ao “grupo jovem” dos professores, era mestre e cogitava realizar o doutorado e, “sobretudo”, era de orientação weberiana. Ao final do ofício, solicitou a compreensão do reitor “para aguardar a evolução do Curso e do Departamento no futuro imediato, para confirmar ou não a designação feita até ulterior deliberação”³⁵⁸.

A AESI-UFMG repassou à DSI/MEC a resposta do diretor da FAFICH e ainda fez questão de mencionar que, de acordo com o Estatuto da UFMG, “a designação de Chefe de Departamento nas Unidades Universitárias é da exclusiva competência do Diretor dessas Unidades”³⁵⁹. A referência ao estatuto da Universidade não apresentou resultado e, em outubro de 1976, a DSI/MEC respondeu reafirmando a decisão anterior e lembrando que, de acordo com as normas vigentes, era necessário realizar a consulta de nomes anteriormente a qualquer nomeação³⁶⁰.

Os nomes de outros dois docentes também são questionados pela agência do SNI de Belo Horizonte, apontados como não recomendados³⁶¹. Na documentação, não há justificativa

³⁵⁶ Acervo AESI-UFMG. Caixa 30/1975, Maço 18, folha 193.

³⁵⁷ A estratégia de Ballstaedt é sagaz, no sentido de justificar a contratação de um professor mal visto pelos setores de informação como forma de aplacar o excessivo marxismo dos estudantes de Ciências Sociais. Ver Acervo AESI-UFMG. Caixa 30/1976, Maço 18, folha 197.

³⁵⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 30/1976, Maço 18, folha 196.

³⁵⁹ Os grifos são do próprio encaminhamento. Acervo AESI-UFMG. Caixa 30/1976, Maço 18, folha 199.

³⁶⁰ Acervo AESI-UFMG. Caixa 30/1976, Maço 18, folha 200.

³⁶¹ Sobre Michel Le Ven ver Acervo AESI-UFMG. Caixa 32/1976, Maço 2, folha 47. Sobre João Machado

para isso, mas Michel Le Ven, professor da FAFICH, havia tido passagens pelo DOPS na década de 1960 devido ao seu envolvimento com movimentos populares da cidade, e João Machado Borges Neto, professor da FACE, foi presidente do DCE da UFMG na primeira metade da década de 1970. Não há registros sobre o desenvolvimento da trajetória dos dois professores, mas, apesar da indicação do SNI de que não poderiam ser contratados, ambos foram admitidos na UFMG.

3.3 Memórias e esquecimentos sobre violações da autonomia universitária

Memórias que se contrapõem à narrativa oficial da resistência da UFMG e de seus dirigentes em relação à ditadura militar e à suposta preservação da autonomia da instituição foram já apresentadas no primeiro capítulo com o caso da demissão do técnico de laboratório da universidade, Irany Campos. Nesta parte do trabalho, irei discutir outras memórias que se relacionam diretamente à atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFMG, as quais vão também de encontro à memória oficial da instituição.

João Batista dos Mares Guia, professor que chegou a lecionar por alguns meses como professor de Sociologia do ciclo básico da FAFICH, lembra com tristeza de sua não contratação. Mas, para ele, pior do que sua não efetivação pela universidade é o fato de que, mesmo anos depois, com a mudança de conjuntura e a abertura do regime em 1979, o seu caso nunca teve nenhuma repercussão institucional. De forma similar ao caso de Irany Campos, João Batista dos Mares Guia não fez parte e sequer foi citado em nenhuma das homenagens ou das publicações oficiais da UFMG.

E tanto é que passou-se o tempo, reitor atrás de reitor, aí o que que aconteceu? Não foi falha minha. Veio a anistia. Em 79. Ninguém falou do meu caso. Ninguém. Muito menos o Cisalpino. Que aí, já tinha a anistia, já tinha acabado o AI-5, já tinha derrubado o bipartidarismo, já havia o pluripartidarismo, o general Sylvio Frota já tinha sido demitido do cargo em 77, o Bandeira já estava reformado e tido e havido como um cara tresloucado. (...) E eu não fui chamado por ninguém e nunca tive uma explicação de quem quer que seja.

Ao ser perguntado se procurou a universidade em algum momento em busca de algum tipo de reparação, afirmou:

O meu raciocínio foi o seguinte, eu lutei a vida inteira contra o arbítrio e queria muito a democracia, eu me senti muito constrangido dessa vez, ainda que do ponto de vista do princípio eu estivesse correto, mas como eu era, ao mesmo tempo, por assim dizer, princípio e interesse, eu me contive. Porque

é como se fosse em causa própria. Não é nada ilegítimo, mas eu queria ter voltado pela anistia. *E eu fui a... a pessoa esquecida.* (grifos meus)

Mares Guia relata, ainda, que seu caso não foi lembrado pelo Conselho Universitário, muito menos pela APUBH, fundada no final da década de 1970. Mas com o passar do tempo, durante a gestão de Tomaz Aroldo, afirma ter considerado um momento propício para expor seu caso, já que Aroldo teria sido seu companheiro de lutas do movimento estudantil ainda nos anos 1960. Disse ter redigido um documento objetivo de uma página e meia e o enviou à Reitoria da UFMG.

E a resposta foi aquela resposta anônima, absolutamente protocolar e burocrática, fria, fria, que desconhece completamente a história real que está por trás disso, pra resumir a coisa a um ato de direito positivo resolvido administrativamente porque é matéria julgada. Parecer da Procuradoria Jurídica. (...)

Ao contrário do Cristovam Buarque que, quando era reitor da UnB, ele não levou em conta absolutamente parecer de procuradoria. Ele tratou a coisa no plano de uma questão como ela se colocava, uma questão política e assim foi resolvido.

A matéria julgada a que Mares Guia se refere é a causa trabalhista que moveu contra a UFMG para que fosse remunerado pelo trabalho exercido. Sua percepção geral sobre a questão e sobre como a universidade teria lidado com sua situação, incômoda para a narrativa de resistência e de preservação da autonomia, é de que:

Então é uma história que eu acho, é curioso, eu fico com vergonha pela universidade. Eu fico com vergonha. Pela universidade. Como é que pode tanta omissão e aí tem várias responsabilidades. E a principal responsabilidade, por omissão, omissão e ocultação de um fato grave como esse e não assumir as próprias responsabilidades, sem lhe tirar a característica de fortaleza moral e de coragem que em vários outros episódios ele demonstrou, é do Eduardo Osório Cisalpino. Em primeiro lugar. Em segundo lugar da... do Conselho Universitário. Em terceiro lugar, da Associação dos Professores. Daí em diante é cada qual com... com a sua consciência individual. Mas qual é o meu sentimento hoje? Eu sinto vergonha pela universidade. É o meu sentimento. Por ela, eu sinto vergonha. Eu não vou mover uma palha, não vou solicitar coisa alguma.

(...) Agora, o que, sim, eu teria direito, incontestável, é de retornar à minha carreira universitária. Isso sim. Que é uma coisa que eu tenho paixão, eu já tô ficando velho, já tá fora de hora, mas pleitear eu não vou pleitear.

Ao ser perguntado se tinha conhecimento das homenagens recebidas pelos docentes cassados na segunda metade da década de 1960, incluindo as concessões de títulos de professores eméritos, sua recontração e a publicação do livro *UFMG: Resistência e Protesto*, analisado no primeiro capítulo, João Batista afirmou que “isso é um pouco o estado cartorial brasileiro”. Para ele,

as coisas que estão documentadas, protocoladas, escritas, solenizadas, essas são legitimadas. E o meu caso, que era um caso muito mais grave, até certo ponto muito mais grave, né, pelas circunstâncias que eu te descrevi, porque já não era o momento inaugural da ditadura militar, ou de um AI-5. Foi num momento em que o país estava iniciando a chamada distensão lenta, gradual e segura, e aconteceu o que aconteceu. E, além do mais, o governo Geisel já... já estava em... Acabando, o general Frota já tinha sido exonerado, demitido, o risco que me tirou da universidade já tinha sido superado, e não houve nenhum reconhecimento. Aí a falta maior não é institucional, reitoria, universidade, a falta maior é do Eduardo Osório Cisalpino, que penso, tinha o dever de dar um depoimento, relatar isso à UFMG, pedir uma reunião do Conselho Universitário e que ele tomasse a decisão que julgasse a mais adequada. Mas que pelo menos a coisa fosse colocada com toda nitidez pra conhecimento pleno da comunidade universitária.

Como já afirmado anteriormente, algumas temáticas ficam de fora das versões oficiais sobre o passado da UFMG e de suas vivências durante o regime militar brasileiro. A não contratação de João Batista dos Mares Guia não é similar a dos docentes cassados por meio de publicações no Diário Oficial da União. As demissões destes não tiveram relação alguma com a atuação da universidade. No caso de Mares Guia, torna-se complicado falar em demissão, já que não há demissão de quem, legalmente, nunca fora contratado. Justamente por não ter conhecimento de uma documentação que corrobore sua história, João Batista acredita que seria necessário que fossem tomadas outras providências que não dependessem de documentos escritos.

Então dependia muito de que? De uma narrativa feita pela autoridade institucional da época, né, olha, aconteceu isso. Nós vamos fazer a reparação. Mas nunca. Foi um silêncio. E daí em diante eu tenho a impressão que deve ter ocorrido um movimento psíquico de racionalização: ah, mas o João Batista dos Mares Guia é um líder político, é tido e havido aí, agora é secretário geral do PT, certamente vai ser um parlamentar, então. Isso é argumento pra que eu não retorne à vida acadêmica?

O silenciamento de algumas questões incômodas do passado da UFMG também se fez presente nas entrevistas concedidas ao projeto Memória Oral da Ciência. Nenhum dos entrevistados mencionou a existência da AESI-UFMG. Pelo contrário, Ramayana Gazzinelli, professor envolvido com as altas esferas administrativas da instituição e que fez parte do grupo articulador da reforma universitária afirmou, como já mencionado anteriormente, que a universidade nunca teria implantado sua assessoria de informações. A AESI-UFMG realmente nunca teve um militar ou um indivíduo de fora da comunidade universitária como seu funcionário ou chefe, mas ela existiu e atuou. Mais do que isso, a existência da Assessoria não era secreta. Grande parte da documentação que lá circulava era sigilosa e contava rotineiramente com os carimbos que citavam a legislação que obrigava o sigilo dos

documentos. O papel da Assessoria poderia ser obscuro ou até desconhecido para grande parte da comunidade universitária, mas sua existência não era secreta nem mantida em segredo para a comunidade universitária.

Em relatórios de gestão anuais, publicações encadernadas e provavelmente distribuídas em algumas unidades para os diretores e chefias de departamento, era comum a presença de organogramas dos órgãos que compunham a Reitoria, que tinha uma constituição cada vez mais complexa e profissionalizada, de acordo com o crescimento das demandas que a instituição deveria atender com o avanço da implementação da reforma universitária. Desde o relatório do ano de 1974, a AESI constava no organograma da Reitoria.

Eduardo Cisalpino relatou em sua entrevista a escolha do funcionário que iria ser o responsável pela Assessoria, ainda durante a gestão de Marcello Coelho:

Mas o Marcello, habilmente, espertamente, não colocou nenhum oficial do exército, nada, nessa AESI. Colocou um funcionário de confiança dele. E ele que assinava os documentos. Com isso, muita coisa foi filtrada, né? Vinha... mas... aí... ia informação. Pra nomear um professor, você tinha que fazer uma ficha. Então às vezes os diretores tradicionais, diretores da revolução! Seguiam aquela ficha rigorosamente. Vinha a ficha dizendo pra ele não nomear e tudo, e ele não nomeava. Então a universidade tava mais ou menos dividida, né? Entre o grupo contra a reforma, contra... contra a revolução, mas tinha que ser contra com modos, né? Nós tivemos professor cassado, reitor cassado. Isso você já apurou, né? E... e então o Marcello foi contornando isso³⁶².

Interessante observar que Cisalpino não nega a existência da AESI e reconhece seu funcionamento. Sua fala sintetiza a relação da universidade com os militares durante o regime: *tinha que ser contra, com modos*. Isso significa que em alguns momentos, quando possível e considerado conveniente, a UFMG se esforçava para preservar a autonomia universitária, mas sem criar grandes conflitos e embates. Os casos citados na entrevista são os conhecidos e homenageados pela história oficial da instituição: os docentes cassados por atitudes externas à universidade. O que Cisalpino silencia em sua entrevista é sobre os momentos em que os jogos de acomodação não foram possíveis, e a UFMG contribuiu com o sistema de informações ou nada pôde fazer em defesa de sua autonomia.

A partir de 1976, a AESI-UFMG passou a lidar com constantes pressões do Serviço Nacional de Informações para que enquadrassem sua estrutura dentro das exigências normativas. De acordo com o Decreto 75.640, de abril de 1975, a pessoa indicada para ocupar

³⁶² CISALPINO, Eduardo Osório. Entrevista a Iara Silva. 10 de junho de 2016.

a chefia das Assessorias de Segurança e Informações deveria atender a determinados requisitos: Curso de Escola Superior de Guerra (ESG) ou Curso “A” da Escola Nacional de Informações (ESNI) ou Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) ou ainda o equivalente das demais Forças Armadas. O servidor que ocupava a chefia da AESI-UFMG e também seu único funcionário, Roberto Marcus Faleiro de Faria, escolhido ainda na gestão de Marcello Coelho por ser de confiança, não atendia às exigências da nova legislação, por não ter nenhum dos cursos necessários³⁶³. No ano de 1976, dois ofícios de conteúdo similar foram encaminhados pela DSI/MEC para o reitor da UFMG, alertando para o fato de que a pessoa indicada para ocupar a chefia da Assessoria não atendias às exigências legais³⁶⁴.

A solução para resolver o descumprimento das normas vigentes foi indicar Faleiro para realizar o Curso A da Escola Nacional de Informações, de longa duração, que iria de 28 de fevereiro a 16 de dezembro de 1977. Em ofício enviado para a DSI/MEC em julho de 1976, Cisalpino justificou a impossibilidade do afastamento de Roberto Faleiro para realizar o curso. Único servidor lotado na AESI-UFMG e também importante assessor do reitor, não poderia deixar suas atividades na universidade por tanto tempo, além de ter apresentado a Eduardo Cisalpino motivos de ordem pessoal para que não pudesse realizar o curso³⁶⁵. Em setembro de 1976, Faleiro renuncia a suas atividades como chefe da AESI-UFMG³⁶⁶, e o reitor, Eduardo Cisalpino, comunica à DSI/MEC que, enquanto não fosse designado um novo funcionário, ele próprio passaria a ser o responsável pelo acervo da Assessoria e por seu funcionamento³⁶⁷.

Já em novembro do mesmo ano, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra enviou à UFMG, em nome do vice-reitor em exercício, José Mariano Duarte Lanna Sobrino, resposta a ofício enviado pela própria universidade com uma lista de possíveis nomes para ocupar a chefia da AESI-UFMG. A lista é de nomes de pessoas residentes em Belo Horizonte que teriam feito algum dos cursos regulares da Escola Superior, Comando e Estado Maior das Forças Armadas e Informações, até 1972, já que em 1973 o curso passou a ser ofertado exclusivamente em Brasília, pela Escola Nacional de Informações. A lista

³⁶³ Acervo AESI-UFMG. Caixa 34/1976, Maço 38, folha 812.

³⁶⁴ Um dos ofícios é de dezembro de 1976, o outro, de outubro. Ver Acervo AESI-UFMG. Caixa 34/1976, Maço 38, folha 812 e Caixa 34/1976, Maço 43, folha 880.

³⁶⁵ Acervo AESI-UFMG. Caixa 35/1976, Maço 53, folha 1154.

³⁶⁶ Acervo AESI-UFMG. Caixa 35/1976, Maço 56, folha 1308.

³⁶⁷ Acervo AESI-UFMG. Caixa 35/1976, Maço 56, folha 1309.

relaciona dezesseis nomes, incluindo o ano em que o curso foi realizado e a ocupação atual das pessoas. Entre os nomes, há dois deputados federais (Aécio Cunha e Murilo Paulino Badaró), militares e também diretores de órgãos públicos³⁶⁸.

Alguns dias depois, já com Cisalpino de volta ao cargo, o reitor envia ao diretor da DSI/MEC correspondência comunicando o recebimento da lista. Entretanto, afirma que não seria possível nomear para chefia da AESI-UFMG um dos indicados, já que todos possuíam outros encargos e atividades. Desta forma, era colocada a possibilidade de nomear para o cargo um dos nomes encaminhados em um ofício anterior³⁶⁹, assumindo o compromisso de que o nome indicado realizaria o mais rápido possível o curso da Escola Nacional de Informações³⁷⁰.

Em sua entrevista, Eduardo Cisalpino relatou que a demora em nomear um dos nomes indicados pelos órgãos de informação era uma tentativa de evitar que um sujeito externo à universidade e que não fosse comprometido com a autonomia universitária ocupasse a AESI.

Aí o governo, governo decidiu que na chefia da AESI, na unidade das escolas, tinha que ser um oficial de Estado Maior. E agora hein? Como é que vai ser? Eu já tava na Reitoria. Então eu tive... um dos problemas sérios é que a AESI era no mesmo andar do gabinete do reitor. Eu chamei o prefeito da cidade universitária que, era engenheiro, falei assim: ó, você faz lá um gabinete pro sujeito da AESI.

(...) Bem longe, pra ele não andar aqui no gabinete. Então você põe bandeira, põe tudo lá. E sempre que chegava algum oficial, eu olhava se tem estado maior, mesmo que não tivesse estado maior, eu mandava. E fomos ganhando tempo.

O então reitor chegou a entrevistar alguns militares que levavam o currículo à universidade, que eram encaminhados para a DSI/MEC para apreciação, processo que por si só levava alguns meses, mas protelava a escolha. A estratégia escolhida teve sucesso, e Cisalpino, em sua narrativa conclui, “E com isso nós passamos... nós não tivemos milico na AESI, sabe?”.

A tática utilizada por Cisalpino para evitar a nomeação de um militar ou de alguém externo à comunidade universitária e também a efetivação de Ronaldo de Noronha como professor assistente, a despeito da existência de “registro desaconselhando” sua nomeação, apontada anteriormente, podem ser compreendidas como eventos que ajudaram a constituir e

³⁶⁸ Acervo AESI-UFMG. Caixa 35/1976, Maço 62, folha 1362.

³⁶⁹ Este ofício referenciado não está no acervo da AESI-UFMG.

³⁷⁰ Acervo AESI-UFMG. Caixa 35/1976, Maço 62, folha 1364.

a consolidar a memória da UFMG resistente. A existência de acontecimentos como esses mostra que a ideia de que a universidade teria conseguido se preservar das ações repressivas da ditadura não é mentirosa ou falsa. Ela está baseada em determinados eventos e em sua narrativa. Nessa versão do passado, acontecimentos como esses são repetidos e renarrados constantemente, e outros que poderiam contrariar a perspectiva de preservação da autonomia são excluídos.

A tentativa de conquistar uma relativa hegemonia no interior da própria UFMG era, para o grupo que dirigia a instituição, uma estratégia importante para manter a unidade e conseguir implementar a reforma universitária. Como já apontado anteriormente, a universidade estava dividida quanto à implementação das alterações em sua estrutura e também quanto ao regime militar. Cisalpino narra como teria conseguido autorização do Ministro da Educação para contornar parte da legislação que fazia com que as universidades perdessem parte de sua autonomia.

De acordo com as normas então vigentes, quem deveria escolher os diretores das unidades acadêmicas era o próprio ministro da educação. Assim que assumiu o ministério, Ney Braga teria dito a Cisalpino que gostaria que, ao enviar a lista sêxtupla para o MEC, o reitor assinalasse qual era seu nome de preferência. Em sua entrevista, Cisalpino afirmou que teria dito ao Ministro:

O senhor nomeia quem o senhor quiser. Só com um detalhe, se o diretor criar caso, problema é com o senhor. Eu não tenho nada com isso. Viu? O senhor é o ministro, o senhor... Eu não tenho nada com isso. Falei franco com ele, sabe. Aí ele falou assim: eu sei que eu sou ministro, mas vamos acertar isso. É... Você indica, quem você indicar eu nomeio. Nossa mãe, sô! Eu falei, uai, ele caiu do jeito que eu tô... Sim, senhor. E aí eu passei a indicar. E indiquei todos. Eu chamava o candidato que queria ser na escola e falava: você quer ser diretor? Quero. Tem apoio? Tenho. Tá nomeado. Então eu fiz um grupo de diretores.

Manter uma boa relação de diálogo com o Ministro da Educação era fundamental, e por isso se buscava contornar a maioria dos possíveis conflitos, evitando o confronto direto e aberto. Em sua narrativa, Eduardo Cisalpino relatou que tinha uma boa relação com Ney Braga e também afirmou: “Eu nunca dei uma entrevista contra... contra o governo, absolutamente. Agora, no gabinete dele eu falava. Olha ministro, desse jeito não pode, não vai, fica difícil, sabe”. Perguntado sobre outras pressões que receberia, vinda de outros órgãos, afirmou que

o general daqui era... Comandante da região, também pressionava. O coronel chefe do SNI aqui também. Esses pressionavam a gente com mais discricão, sabe. A discricão maior. E vinha por escrito. Era... Era uma pressão que a gente tinha que saber. Mas com o Ney Braga eu me dei bem, sabe. Porque ele não queria ter chateação. Então eu assumia, tinha problema, era comigo.

A documentação presente no acervo AESI-UFMG permite afirmar que a Universidade Federal de Minas Gerais também foi integrada ao Serviço de Inteligência. Os olhos do regime estavam presentes na instituição e, em diversos momentos, intervieram em seu cotidiano nas mais variadas situações, desde a publicação de jornais estudantis que criticavam abertamente a ditadura até aulas em que a professora abordaria sua sexualidade. Outros casos não foram aqui apresentados, já que demandariam análises mais profundas e específicas. Mas é importante mencionar que a UFMG teve, no período da ditadura militar, professores cassados, impedidos de assumir o cargo, e também alunos expulsos enquadrados no Decreto 477, claras violações ao princípio da autonomia universitária.

Com isso não quero dizer que na universidade absolutamente tudo que não fosse favorável ao regime era censurado e reprimido com o aval e com a colaboração dos dirigentes da instituição. A documentação analisada indica que nem tudo era alvo de repressão. Mais que isso, muitas vezes os arranjos institucionais e políticos dos grupos que compunham a universidade se esforçavam no sentido de garantir maior autonomia para pesquisas e para aulas, por exemplo. Na própria documentação da AESI da UFMG, encontrei situações em que os diretores das unidades ou o próprio reitor saem em defesa de alunos, de professores e de funcionários acusados de algum ato “subversivo”.

Como argumentei ao longo desse capítulo, existem diversos vestígios que apontam para uma relação dúbia da universidade com o regime militar. Tais episódios foram e ainda são silenciados pelas narrativas de memórias oficiais analisadas anteriormente. Mas, por outro lado, outras memórias, como a de João Batista dos Mares Guia e a de Irany Campos, apresentada no primeiro capítulo, mostram que existem outras versões sobre esse passado ao expor o problema publicamente em suas narrativas. Campos teria, em evento oficial da universidade para homenagear os estudantes da instituição assassinados pelo regime autoritário, relatado na presença do reitor Jaime Ramirez como se deu sua demissão e como nunca houve reconhecimento de que ela se deu por motivações políticas. Mares Guia expôs publicamente o caso de sua não contratação em outubro de 2012, em Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade, que ocorreu no auditório da Reitoria da UFMG. A audiência temática tinha o nome de *Universidade, Estudantes e Ditadura*, contou com a presença de

alguns dos membros da CNV e do então reitor, Clélio Campolina Diniz, e constituiu-se em uma sessão de depoimentos de familiares dos estudantes da UFMG assassinados pelo regime militar. João Batista relatou sua situação no momento em que o evento permitiu falas do público presente e, após o exposto, nada foi dito pelo representante máximo da UFMG presente no evento. Na nota divulgada na página de notícias da Universidade, também não há nenhuma referência à fala de João Batista³⁷¹. O silêncio da instituição em relação aos episódios de envolvimento da UFMG com a ditadura, denominados de acomodação, de acordo com o conceito proposto por Motta, foi problematizado por esses sujeitos³⁷². A memória oficial da UFMG, de resistência e de preservação da autonomia universitária, também foi confrontada pela documentação escrita mobilizada neste capítulo.

³⁷¹ A audiência abordou os assassinatos dos estudantes e não tocou nas diversas outras ações repressivas que ocorreram no interior da universidade, nas várias violações da autonomia universitária e muito menos tratou sobre as relações existentes entre a UFMG e a ditadura. Ver <https://www.ufmg.br/online/arquivos/026025.shtml>. Acessado em 15 de fevereiro de 2017.

³⁷² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse inicial do objeto da dissertação surgiu como uma curiosidade de compreender qual teria sido o lado escolhido pela UFMG durante a ditadura militar. A ilusão de que existiriam apenas dois lados, apoiadores ou resistentes, acabou por se tornar uma das versões do passado a ser questionada por este estudo.

A existência de uma memória institucional, construída e reafirmada por sujeitos que pertenceram ao grupo que implementou a reforma universitária na UFMG de que a instituição teria conseguido se manter relativamente ilesa diante do autoritarismo foi apresentada no primeiro capítulo. Vimos que, em diversas publicações, efemérides e até monumentos, fala-se sobre as violências e expurgos vindos de fora da comunidade universitária. Entretanto, há um apagamento no que diz respeito a atitudes da própria comunidade universitária em circunstâncias em que trabalharam com o regime, inclusive na aplicação de sanções repressivas e no funcionamento do sistema de informações. Casos como a demissão de Irany Campos, a contratação que nunca foi efetivada de João Batista dos Mares Guia, as saídas do país para estudo recusadas para Élvio Moreira e para Maria Augusta Cesarino, são silenciados nas narrativas sobre o passado da UFMG.

Pode parecer lugar comum afirmar que a pesquisa não pretendeu esgotar o tema, mas ainda assim acredito ser necessário fazê-lo: a pesquisa não pretendeu esgotar o tema. A universidade é uma instituição de grandes dimensões, e é possível que outros casos silenciados como os aqui analisados existam. A documentação do acervo AESI-UFMG também é vasta e repleta de temáticas ainda a serem exploradas por outros pesquisadores.

A proposta deste trabalho não foi em momento algum encontrar respostas definitivas para o que foi a história da UFMG ou para a questão: afinal de contas, a universidade conseguiu garantir sua autonomia no período da última ditadura militar? Em uma análise comparativa com algumas instituições de nível superior, como USP, UFRGS e UnB, acredito que a Universidade Federal de Minas Gerais teria sofrido menos intervenções, menos ataques e menos violência. Porém isso não é sinônimo de que tenha sido menos controlada, vigiada ou reprimida. A análise de estudos, ainda escassos, sobre a situação particular de outras instituições de ensino superior e sobre suas relações com o Ministério da Educação, com o Serviço de Informações e com os órgãos de repressão seria interessante e enriquecedora para uma análise comparativa.

Entretanto, tal afirmação não é o suficiente para que seja corroborada a narrativa oficial de que a UFMG teria se preservado totalmente e passado ilesa por todo o período da ditadura militar. Como indicado anteriormente, reitores e alguns docentes tentaram mediar situações de conflito e tentaram evitar que a autonomia da universidade fosse violada. Em algumas situações, as negociações feitas deram certo, principalmente quando a própria Universidade tomava a iniciativa de investigar e tomar atitudes com relação a comportamentos “indesejados” no ambiente universitário. Fato é que o princípio da autonomia universitária, compreendido de acordo com a legislação da própria época como autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, foi desrespeitado em diversas ocasiões: diretórios acadêmicos e unidades acadêmicas foram invadidas pela Polícia Militar, professores e funcionários foram aposentados compulsoriamente devido às suas posições políticas, estudantes da universidade foram expulsos, presos e quatro foram assassinados pelo regime militar. Docentes tiveram impedimentos e revezes em suas carreiras e até eventos cotidianos, como refeições de grau, cerimônias de formatura e finais de semana no clube da UFMG foram alvo de preocupação. Como afirmar que a universidade teve sua autonomia respeitada diante de tantas evidências apontando o contrário?

As memórias instituídas em torno da afirmação de que a UFMG teria sido diferente da maioria das instituições de ensino superior e que teria conseguido preservar sua autonomia foram constituídas por sujeitos que se esforçam por estabelecer um discurso coerente, em que apareçam como pessoas que defenderam e que acreditaram na democracia como um valor fundamental desde sempre. Tal constatação não é sinônimo de afirmar que os sujeitos entrevistados (docentes e ex-reitores) compactuaram com o regime militar, porém há que se refletir sobre a tendência de supervalorização das ações de resistência à ditadura. À luz da ideia de resistência como compreendido por Motta em seus estudos sobre as universidades apontada anteriormente, entendida como atos de recusa coletiva ao poder instituído³⁷³, não há como interpretar o comportamento dos dirigentes da UFMG como resistência.

Os esquecimentos podem ser voluntários ou não. Nas memórias aqui analisadas, muitos se esqueceram da existência da AESI, esqueceram-se da vigilância constante, esqueceram-se do ambiente de medo e preferiram dar ênfase à união que ocorreu em alguns

³⁷³ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Páginas*: Revista digital de la Escuela de Historia. Universidad Nacional de Rosario. Año 8 – n° 17, Mayo – Agosto, 2016.

momentos entre os setores da universidade e às estratégias que foram desenvolvidas para minimizar os impactos da ação repressiva. É importante ressaltar que, nas entrevistas realizadas no projeto Memória Oral da Ciência na UFMG, a existência da Assessoria Especial não foi colocada. A questão que constava nos roteiros referentes à ditadura militar era mais genérica e buscava compreender qual era a percepção dos professores sobre esse período, principalmente no que diz respeito às pesquisas e ao seu desenvolvimento. Mas impressiona a afirmação de um dos entrevistados de que a UFMG não teria criado a “tal assessoria” que outras universidades tinham, principalmente se levarmos em conta que a existência da AESI não era secreta, e o órgão constava no organograma da universidade.

A maneira como a UFMG lida com esse passado teve diversas oportunidades de alteração de foco e de dar espaço a outras narrativas além da que a instituição conseguiu resistir e preservar sua autonomia. O momento da Anistia teria sido a primeira oportunidade de falar abertamente sobre as vivências da instituição sob o regime militar, mas se fez a escolha de apresentar a versão da preservação da autonomia. As ações do regime autoritário que desrespeitaram esse princípio, como as aposentadorias compulsórias e a expulsão de estudantes, seriam então apresentadas como externas ao ambiente acadêmico.

Em todas as efemérides de aniversário da UFMG, o discurso permaneceu bastante similar. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, diversas universidades criaram suas comissões da verdade específicas, em grande parte articuladas com a CNV. De acordo com Müller e Fagundes, tinham em comum o objetivo de “romper com a cultura do silêncio e construir a cultura do acesso à informação, no sentido de reconstruir os episódios que marcaram os *campi* brasileiros³⁷⁴” ao longo da última experiência autoritária.

A instalação dessas comissões universitárias e suas investigações em busca de documentações, ainda não encontradas ou disponibilizadas para consulta, propiciou a descoberta e a recuperação de alguns fundos documentais até então desaparecidos, como os da ASI da Universidade Federal da Bahia e também da Universidade Federal do Espírito Santo³⁷⁵. A CNV, em seu relatório final, dedicou uma parte para abordar exclusivamente as violações de direitos humanos nas universidades. Neste capítulo do Relatório, de autoria de Angélica Müller, há a informação de que, em outubro de 2012, a CNV teria enviado ofícios

³⁷⁴ MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, Dez. 2014, p. 45.

³⁷⁵ *Ibidem*. p. 46.

aos reitores de todas as universidades públicas solicitando informações sobre professores e funcionários cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivações políticas entre 1964 e 1985. De maneira surpreendente, apenas oito instituições responderam com dados. Todas as outras responderam que não tinham informações nem acervos sobre o assunto³⁷⁶. A UFMG foi uma das universidades que respondeu não ter dados. Muito provavelmente, a resposta da universidade ao ofício da Comissão Nacional da Verdade foi feita com conhecimento de que existe documentação, mas ela se encontra dispersa por toda a instituição.

Um dos problemas enfrentados pela pesquisa é a total descentralização dos arquivos institucionais da universidade. Saber se determinada documentação existe ou não, ou onde estaria localizada é um trabalho quase colossal. O acervo da AESI-UFMG, como já afirmado no capítulo anterior, está bem organizado e disponível para consulta. Entretanto, para consultar qualquer outros tipos de documentação relacionados ao período, as dificuldades se apresentam mesmo que se saiba sua localização.

Há registros de que o Conselho Universitário da UFMG teria aprovado uma moção de apoio à “revolução”, ainda em abril de 1964. Uma informação como esta muito provavelmente está registrada nos livros de atas do CONSUNI, documentação que deveria ser de acesso público. Entretanto, não foi possível consultar nenhum dos livros de atas do período da ditadura militar, com a justificativa de que não estariam em boas condições, mesmo com a vigência da Lei de Acesso à Informação, que determina que, mesmo que a documentação não esteja em bom estado, o órgão responsável por sua guarda deverá propiciar condições de consulta. Busquei consultar também, com a autorização do servidor, a pasta funcional de Irany Campos, em busca do processo administrativo aberto pela Faculdade de Medicina para sua demissão. Mesmo após meses de tentativa, o acesso à pasta não foi liberado.

São todos indícios de que a UFMG não está preparada, nem instrumentalizada para cumprir as determinações da lei de acesso à informação. As comissões da verdade universitária tentaram cumprir, entre outras coisas, o papel de sistematizar as informações até então conhecidas. A Universidade Federal de Minas Gerais foi uma das poucas instituições de tamanho similar que não criou uma comissão da verdade própria. O momento político talvez tenha sido perdido, principalmente levando em conta o quanto a conjuntura para se propor

³⁷⁶ MÜLLER, Angélica. Violações dos direitos humanos na Universidade. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade, vol. 2*. Brasília: CNV, 2014. p. 266.

uma comissão da verdade se alterou de 2011 para cá. Mas isso não significa que os silenciamentos devam permanecer e serem constantemente repetidos.

Em setembro de 2017, a UFMG completará 90 anos de sua fundação. Desde setembro de 2016, deu início às comemorações, com a criação de uma página virtual dedicada exclusivamente para tratar dos 90 anos da universidade. A página não toca em nenhuma das ações repressivas vivenciadas no interior da instituição³⁷⁷. A narrativa de resistência é reafirmada novamente já na apresentação da página comemorativa ao afirmar que “estudantes, técnicos, professores e dirigentes da Instituição resistiram, de formas diversas, às arbitrariedades do regime implantado com o golpe civil-militar de 1964”³⁷⁸.

Em uma outra parte do endereço virtual, chamada “Depoimentos”, estão presentes pequenos textos de felicitações pelos 90 anos de autoria dos mais recentes ex-reitores da universidade. O depoimento de José Henrique dos Santos, reitor da UFMG de 1982 e 1986, se dedica a “destacar a obstinada defesa das liberdades exercida pela Universidade durante todo o período do regime militar”. Santos vai além e afirma que

não só durante minha gestão, como também na dos reitores que me antecederam, nunca aceitamos que fosse instalado na reitoria o “gabinete de segurança” comandado por oficial do exército, que decidia sobre fatos acadêmicos tidos como subversivos e perigosos. Entre 1982 e 1986, pude acompanhar o que acontecia nas outras universidades federais. Creio que a UFMG foi a única que não compactuou com essa exigência, de modo que a política universitária nunca foi decidida fora da Instituição³⁷⁹.

O site ainda pode ser alimentado com novas informações e depoimentos, mas o que é possível perceber até então é que as comemorações dos 90 anos da UFMG trazem a reafirmação da mesma narrativa de resistência e de preservação da autonomia da universidade. José Henrique repete a versão de Ramayana Gazzinelli de que a instituição sequer teria instalado sua assessoria de informações e de que as decisões universitárias teriam sido sempre tomadas no interior da UFMG, sem interferências dos militares. O acervo da AESI-UFMG está repleto de documentação que aponta o contrário. Como apresentado no decorrer deste trabalho, a universidade sofreu intervenções e pressões em assuntos dos mais variados ao longo da ditadura militar.

³⁷⁷ Esperava que na “Galeria de reitores” presente no site, ao apresentar a biografia resumida de Aluísio Pimenta e Gerson Boson constaria a informação de que ambos foram aposentados compulsoriamente pelo regime autoritário. No entanto não há referência alguma ao ocorrido. Ver <https://www.ufmg.br/90anos/galeria-de-reitores/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

³⁷⁸ Ver <https://www.ufmg.br/90anos/apresentacao/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

³⁷⁹ Ver <https://www.ufmg.br/90anos/depoimentos/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

Em seu estudo sobre a ABI, Denise Rollemberg conclui sobre o que deveria ser a busca do historiador:

Recuperar essa história, desconstruir a memória unipolar, sem ambivalências, é romper com as versões entrincheiradas, muradas em campos bem definidos. É superar as confortáveis dicotomias, os fáceis maniqueísmos. É refletir por que a lenda se tornou realidade. É explicar sua capacidade mobilizadora e impulsionadora da ação política concreta. É, enfim, compreender culturas políticas que explicam os 21 anos de ditadura, a lenta transição de 11 anos, sempre sob o controle dos militares e/ou dos antigos políticos da Arena. É desvendar a construção da memória que excluiu os civis do golpe e da ditadura, que persiste e insiste em desconhecer a História, fechando, assim, os caminhos para a compreensão do presente³⁸⁰.

³⁸⁰ ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 133.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38. p. 399-417, Jul / Dez 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*. São Paulo: ADUSP, 1979.

AVERBUCK; CAMPILONGO; HOLZMANN; MIRANDA; SANTOS; TAITELBAUM (orgs.). *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964-1984)*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.

CLOT, Yves. La otra ilusión biográfica. *Acta Sociológica*, n. 56, Cidade do México, p. 129-134, 2011.

CORDEIRO, Janaina. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CRUZ, José Vieira da. Estudantes Vigíados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977). *Ponta de Lança*: São Cristóvão, v. 2, nº 3, out. 2008 – abr. 2009.

CUNHA, Janaína Dias. *A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

CUNHA, Luiz. *A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior da república populista*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary, CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI-UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295-316.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

FERREIRA, MORAES. Apresentação. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis da ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: Madri, 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev: uma interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACIEL, Carlos Alberto; MALARD, Maria Lúcia (orgs.). *Territórios da universidade: permanências e transformações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MAIA, Andrea Casa Nova; MENEZES, William Augusto. APUBH: 20 anos: *História Oral do Movimento Docente da UFMG*. Belo Horizonte: APUBH – S. Sind., 1998.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos da UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1968)*. Dissertação (Mestrado). PUC-RS, 2009.

MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr., 2009.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus Editora, 1995.

MORAES, Eduardo R. Affonso. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1971.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Páginas: Revista digital de la Escuela de Historia*. Universidad Nacional de Rosario. Año 8 – n° 17, Mayo – Agosto, 2016.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle. Université de Paris 1 – Pantheon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010.

MÜLLER, Angélica. Violações dos direitos humanos na Universidade. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*, vol. 2. Brasília: CNV, 2014.

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, Dez. 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporanea: Historia y problemas del siglo XX*. Volumen 2, Año 2, 2011.

NICOLATO, Maria Auxiliadora. *A caminho da lei 5540/68. A participação de diferentes atores na construção da reforma universitária*. (Dissertação) Mestrado. Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: v. 10, jul/dez 1993.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. *Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2016.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatistas. REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. REIS FILHO; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. *VERSÕES e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. REIS FILHO, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRÍGUEZ, Laura Graciela. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina, vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX, v. 1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. Memória, história e autoritarismos. ROLLEMBERG; QUADRAT (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG. História memória e verdade: em busca do universo dos homens. SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES; Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas, SP: Editoria Alínea, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. Das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

6. FONTES

1. Textuais

70 Anos UFMG 1927-97, 1997 - Conjunto de peças.

Administração 1974/1977: reitor Eduardo Osório Cisalpino – Relatórios, 1977.

Arquivo Coleção AESI/ASI UFMG, 1964-1982, 39 caixas-arquivo. Biblioteca Universitária / UFMG, Belo Horizonte.

CARNEIRO, Plínio; FERREIRA, Rosângela UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *UFMG: informações úteis*. Belo Horizonte: Serviço de Relações Universitárias da UFMG, 1974.

CONSENZA, Ramon (org.). *Memórias do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

DIAS, Fernando Correia. *Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

MENESES, José Newton Coelho. *Uma história da Veterinária: exercício e aprendizagem de ferradores, alveitares e veterinários em Minas Gerais e a Escola de Veterinária da UFMG – 80 anos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *80 anos UFMG: álbum de figurinhas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

STARLING, Heloisa Maria Murgel.; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia.; CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. *Medicina: história em exame*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

UFMG: Resistência e protesto. Belo Horizonte: Vega, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Coletânea de Resoluções do Conselho Universitário: 1980*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: anos de 1964, 1965 e 1966*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1967.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Comissão Central de Planejamento. *Relatório-Diagnóstico*. Belo Horizonte: Comissão Central de Planejamento, 1966.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: Ano de 1967*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1968.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: Ano de 1968*. Belo Horizonte: UFMG, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: ano de 1969*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: Anos de 1970 e 1971*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: anos de 1972 e 1973 – até 30 de maio*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1973.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: anos de 1973 (Res. 5/73) e 1974*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Secretaria do Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: 1975-1976*. Belo Horizonte: Secretaria do Conselho Universitário, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Secretaria do Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: 1977*. Belo Horizonte: Secretaria do Conselho Universitário, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Secretaria do Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: 1978*. Belo Horizonte: Secretaria do Conselho Universitário, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Secretaria do Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: 1979*. Belo Horizonte: Secretaria do Conselho Universitário, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Secretaria do Conselho Universitário. *Resoluções do Conselho Universitário: 1981*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Conselho de Graduação. *Coletânea de Resoluções da Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG – 1969-1980*. Belo Horizonte: Conselho de Graduação da UFMG, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *A reforma da UFMG: plano de reforma*. Belo Horizonte: A Universidade, 1967.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Relatório das atividades de 1969*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; BOSON, Gerson de Britto Mello; BESSA, Pedro Parafita de. *Relatório das atividades de 1968*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; CISALPINO, Eduardo Osório. *Relatório das atividades de 1974*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; CISALPINO, Eduardo Osório. *Relatório das atividades de 1975*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; CISALPINO, Eduardo Osório. *Relatório das atividades de 1976*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG, 1976.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; CISALPINO, Eduardo Osório. *Relatório das atividades de 1977*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; COELHO, Marcello de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1970*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; COELHO, Marcello de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1971*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; COELHO, Marcello de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1972*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1973.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; COELHO, Marcello de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1973*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1973.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; PINHEIRO, Celso de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1978*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; PINHEIRO, Celso de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1979*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; PINHEIRO, Celso de Vasconcellos. *Relatório das atividades de 1980*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG, 1981.

2. Entrevistas

AGUIRRE, Luís Antônio. Entrevista a Maria Eliza Borges, Otávio Dulci e Iara Silva. 19 de janeiro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

AVRITZER, Dan. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Luca Palmesi, 4 de junho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

BARRETO, Francisco Cezar Sá. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Mário Sérgio Pollastri. 18 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo

Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

CAMPOS, Irany. Entrevista a Iara Silva. 16 de junho de 2016.

CARVALHO, Ewaldo Mello de. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Mário Sérgio Pollastri de C. e Almeida. 16 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

CARVALHO, José Alberto Magno. Entrevista a Otávio Dulci e Pierre Picasso Pimenta. 2 de fevereiro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

CARVALHO, Maria das Graças. Entrevista a Betânia Gonçalves Figueiredo e Pierre Pimenta. 14 de agosto de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

CISALPINO, Eduardo Osório. Entrevista a Iara Silva. 10 de junho de 2016.

DINIZ, Clélio Campolina. Entrevista a Otávio Dulci e Iara Silva. 17 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

DOMINGUES, Ivan. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Pierre Pimenta. 22 de fevereiro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

DUARTE, Aldeysio Duarte. Entrevista a Iara Silva. 4 de outubro de 2016.

FARIA, Ana Maria Caetano de. Entrevista a Betânia Gonçalves Figueiredo e Pierre Pimenta. 9 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. Entrevista a Mauro Condé e Mario Sérgio Pollastri. 23 de abril de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

FREITAS, Renan Springer de. Entrevista a Maria Eliza Borges e Luca Palmesi. 21 de agosto de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

GAZZINELLI, Ramayana. Entrevista a Otávio Dulci, Mauro Condé e Pierre Pimenta. 14 de novembro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

GOMEZ, Marcus Vinicius. Entrevista a Otávio Dulci, Mauro Lúcio Condé e Iara Silva. 28 de novembro de 2006. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo

Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

GUIA, João Batista dos Mares. Entrevista a Iara Silva. 28 de outubro de 2016.

LEITE, Rômulo Cerqueira. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Pierre Pimenta. 4 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MACHADO, José Caetano. Entrevista a Maria Eliza Borges e Luca Palmesi. 8 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MENEZES, Ivo Porto de. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Pierre Pimenta. 5 de junho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MOREIRA, Élvio Carlos. Entrevista a Maria Eliza Borges, Mário Sérgio Castro e Almeida, 3 de julho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

PENA, Sérgio Danilo Junho. Entrevista a Betânia Gonçalves Figueiredo e Iara Silva. 2 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

PIANETTI, Gerson. Entrevista a Betânia Gonçalves Figueiredo e Iara Silva. 3 de maio de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

PIRES, Antonio Sérgio Teixeira. Entrevista a Mauro Lúcio Condé, 6 de agosto de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

PRATES, Antonio Augusto Pereira. Entrevista concedida a Otávio Dulci e Maria Eliza Borges. 20 de junho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

QUEIROZ, Dulciene Maria de Magalhães. Entrevista a Maria Eliza Borges e Carla Corradi Rodrigues. 22 de dezembro de 2006. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

QUINTÃO, Marcio. Entrevista a Mauro Lúcio Condé e Mário Sérgio Pollastri. 6 de junho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SANCHIS, Joseph François Pierre. Entrevista a Maria Eliza Borges e Lucas Menezes. 8 de dezembro de 2006. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

SANTOS, Tomaz Aroldo da Mota. Entrevista a Betânia Gonçalves Figueiredo e Mário Sérgio Pollastri. 8 de agosto de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SOARES, Magda Becker. Entrevista a Maria Eliza Borges e Lucas Menezes, em 6 de fevereiro de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SOARES, Márcio Gomes. Entrevista a Mauro Lúcio Leitão Condé e Luca Palmesi. 27 de junho de 2007. CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Núcleo de História Oral. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

7. ANEXOS

ANEXO A – Reitores da UFMG

Francisco Mendes Pimentel – professor da Faculdade de Direito e reitor de novembro de 1927 a novembro de 1930.

Lúcio José dos Santos – professor da Escola de Engenharia e reitor de março de 1931 a maio de 1933.

Otaviano Ribeiro de Almeida – professor da Faculdade de Medicina e reitor de maio de 1933 a março de 1934 e de setembro de 1935 a outubro de 1937.

Francisco José de Almeida Brant – professor da Faculdade de Direito e reitor de outubro de 1937 a setembro de 1941.

Mário Casassanta – professor da Faculdade de Direito e reitor de novembro de 1930 a abril de 1931 e de julho de 1941 a setembro de 1944.

Alcindo da Silva Vieira – professor da Escola de Engenharia e reitor de novembro de 1944 a dezembro de 1945.

Manoel Pires de Carvalho e Albuquerque – professor da Escola de Engenharia e reitor de janeiro de 1946 a janeiro de 1949.

Otávio Coelho de Magalhães – professor da Faculdade de Medicina e reitor de março de 1949 a março de 1952.

Pedro Paulo Penido – professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia e reitor de abril de 1952 a abril de 1955 e de abril de 1958 a julho de 1960.

Lincoln Prates – professor da Faculdade de Direito e reitor de abril de 1955 a abril de 1958.

Orlando Magalhães Carvalho – professor da Faculdade de Direito e reitor de março de 1961 a fevereiro de 1964.

Aluísio Pimenta – professor da Faculdade de Farmácia e da Faculdade de Filosofia e reitor de fevereiro de 1964 a fevereiro de 1967.

Gerson de Brito Melo Boson – professor da Faculdade de Direito e reitor de fevereiro de 1967 a outubro de 1969.

Marcello de Vasconcellos Coelho – professor do Instituto de Ciências Biológicas e reitor de dezembro de 1969 a dezembro de 1973.

Eduardo Osório Cisalpino – professor do Instituto de Ciências Biológicas e reitor de fevereiro de 1974 a fevereiro de 1978.

Celso de Vasconcelos Pinheiro – professor da Escola de Arquitetura e reitor de março de 1978 a março de 1982.

José Henrique Santos – professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e reitor de março de 1982 a março de 1986.

Cid Veloso – professor da Faculdade de Medicina e reitor de março de 1986 a março de 1990.

Vanessa Guimarães Pinto – professora da Faculdade de Educação e reitora de março de 1990 a março de 1994.

Tomaz Aroldo da Mota Santos – professor do Instituto de Ciências Biológicas e reitor de março de 1994 a março de 1998.

Francisco Cesar de Sá Barreto – professor do Instituto de Ciências Exatas e reitor de março de 1998 a março de 2002.

Ana Lúcia Almeida Gazzola – professora da Faculdade de Letras e reitora de março de 2002 a março de 2006.

Ronaldo Tadêu Pena – professor da Escola de Engenharia e reitor de março de 2006 a março de 2010.

Clélio Campolina Diniz – professor da Faculdade de Ciências Econômicas e reitor de março de 2010 a março de 2014.

Jaime Arturo Ramírez – professor da Escola de Engenharia e reitor de março de 2014 até os dias atuais.

ANEXO B – Unidades Acadêmicas

Faculdade de Direito – fundada em 1892 ainda em Ouro Preto, veio para Belo Horizonte com a transferência da capital. Em 1927 passou a integrar a Universidade de Minas Gerais.

Escola de Odontologia e Farmácia – fundada em 1907, em 1927, com a fundação da UMG, passou a integrar a universidade. A partir de 1930 adotou o nome de *Faculdade de Odontologia e Farmácia*. A separação que deu origem à Faculdade de Farmácia e à Faculdade de Odontologia se deu em 1963.

Faculdade de Medicina – fundada em Belo Horizonte em 1911 passou a integrar a UMG a partir de sua fundação em 1927.

Escola de Arquitetura – fundada em 1930, foi incorporada à UMG em 1946.

Faculdade de Filosofia – fundada em 1939 foi incorporada à UMG em 1948. Com a reforma universitária deu origem à FAE, FALE, ICB, ICEx e IGC. Em de 1968 teve seu nome alterado para Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Faculdade de Ciências Econômicas – fundada em 1941 com o nome de Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, foi incorporada à UMG em 1948.

Escola de Veterinária – fundada em 1920 em Viçosa, foi transferida para Belo Horizonte em 1942. Foi incorporada à UMG em 1961.

Escola de Música – criada em 1925 como Conservatório Mineiro de Música, foi incorporada à UMG em 1962. Em 1972 teve seu nome alterado para *Escola de Música*.

Escola de Ciência da Informação – criada em 1950, ainda com o nome de Escola de Biblioteconomia, foi incorporada à UFMG em 1966. Em 2000 passou a ser chamada de Escola de Ciência da Informação.

Escola de Belas Artes – em 1957 foi criado o curso de Belas Artes na Escola de Arquitetura. Em 1963 o curso foi desligado da Arquitetura e passou a ser ligado diretamente à Reitoria. Em 1968 foi criada a Escola de Belas Artes.

Escola de Enfermagem – fundada em 1933 e incorporada à Faculdade de Medicina da UMG em 1950. Passou a ser uma unidade independente em 1968.

Instituto de Ciências Biológicas – fundado em 1968.

Instituto de Ciências Exatas – fundado em 1968.

Instituto de Geociências – fundado em 1968.

Faculdade de Letras – fundada em 1968.

Faculdade de Educação – fundada em 1968.

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – fundada em 1953, foi incorporada à UFMG em 1969.